

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

VINÍCIUS MONTOVANI DE CAMARGO SGARBE

**ILUSÃO, MAL-ESTAR, E NARCISISMO DAS PEQUENAS DIFERENÇAS:
FUNDAMENTALISMO PENTECOSTAL NA DEMOCRACIA DO BRASIL**

**CURITIBA
2023**

VINÍCIUS MONTOVANI DE CAMARGO SGARBE

**ILUSÃO, MAL-ESTAR, E NARCISISMO DAS PEQUENAS DIFERENÇAS:
FUNDAMENTALISMO PENTECOSTAL NA DEMOCRACIA DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Verardi Bocca.

CURITIBA

2023

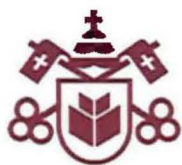
Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Sônia Maria Magalhães da Silva – CRB 9/1191

Sgarbe, Vinícius Montovani de Camargo
S523i Ilusão, mal-estar, e narcisismo das pequenas diferenças: fundamentalismo
2023 pentecostal na democracia do Brasil / Vinícius Montovani de Camargo Sgarbe;
orientador: Francisco Verardi Bocca. – 2023.
90 f.; 29,7 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba,
2023
Bibliografia: f. 85-90

1. Filosofia. 2. Psicanálise. 3. Pentecostalismo. 4. Política. I. Bocca, Francisco
Verardi. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-
Graduação em Filosofia. III. Título.

CDD. 20. ed. – 100



**Programa de
PÓS-GRADUAÇÃO
EM FILOSOFIA
PUCPR**

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO N.º 241
DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

Vinícius Montovani de Camargo Sgarbe

Aos dez dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, às treze horas, reuniu-se por videoconferência a Banca Examinadora constituída pelos professores: Prof. Dr. Francisco Verardi Bocca, Prof. Dr. Caio Padovan Soares de Souza e Prof. Dr. Vinícius Armiliato, para examinar a dissertação do mestrando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, **Vinícius Montovani de Camargo Sgarbe**, ano de ingresso 2021, intitulada: **ILUSÃO, MAL-ESTAR E NARCISISMO DAS PEQUENAS DIFERENÇAS: FUNDAMENTALISMO PENTECOSTAL NA DEMOCRACIA DO BRASIL**. Após apresentação e defesa da Dissertação, o mestrando foi **APROVADO** pela Banca Examinadora. Proclamados os resultados, o Presidente da banca **OUTORGOU** ao candidato o título de Mestre em Filosofia. A sessão encerrou-se às 15h30. Os avaliadores participaram da defesa por videoconferência e estão de acordo com os termos acima descritos. Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelo presidente da banca e pela coordenação do Programa.

Presidente:

Prof. Dr. Francisco Verardi Bocca (PUCPR)

Convidado Externo:

Prof. Dr. Vinícius Armiliato (UNIVILLE)

Participação videoconferência

Convidado Externo:

Prof. Dr. Caio Padovan Soares de Souza
(Université Paul Valéry, Montpellier III)

Participação videoconferência

Prof. Dr. Federico Ferraguto
Coordenador do Programa de Pós-Graduação
em Filosofia – *Stricto Sensu*



Com devoção, a afilhados
Gabriel Joaquim, e Davi Menim.

AGRADECIMENTOS

A meu irmão João Guilherme Sgarbe, cuja vida me proporciona tanto, muito mais do que posso retribuir; e a sua esposa Fernanda Ramos. Mãe, Janine, pai, Renato, que vida riquíssima vocês me dão. A presença e o incentivo de Aroldo Almeida tornaram esta pesquisa menos difícil (senão possível), por meio de companhia, reconhecimento, e horas de debate psicanalítico. Expresso minha gratidão ao Prof. Dr. Francisco Verardi Bocca, por sua orientação serena e confiante. Nesse sentido, ele me ensinou que o ofício de professor envolve o momento certo de plantar, regar, podar, e colher. O apoio de Prof. Dr. Kleber Bez Birolo Candiottto foi essencial para a reunião da literatura, e do Prof. Dr. Eduardo Ribeiro da Fonseca para as questões profundas de tradução do alemão. Cassiana Pizaia, minha dupla no jornalismo, recomendou-me dedicar tempo à pesquisa. Ela tinha a impressão de que isso seria bom, e estava certa. Ágata Soares, amiga que ouviu tantas interpretações freudianas, obrigado. A meus compadres Bárbara e Dudson Seraine, Francielly e Emanuel Menim, Gislaine e Bruno Nichols, Francine e Ivanildo Joaquim, Luiza e Pedro Camargo, Beatriz Rezende e Gustavo França, o amor compartilhado entre nós ameniza o peso da vida. Barbara Nichols, sem teus afetos eu teria morrido de fome. Aos amigos João Gustavo Racca, e Guilherme Cunha Pereira, leitores das versões preliminares, e parte de meu conselho pessoal. A minha supervisora em Análise Transacional, Maku de Almeida, e a supervisora em psicanálise clínica Áurea Moneo. Ao sacerdote Paulo Penteado, que garantidamente é um homem santo. Wilson Biancolini Junior foi o responsável por manter minha coluna em condições de trabalhar. Agradeço também aos professores da Universidade Federal do Paraná, que me guiaram nos últimos anos, Dra. Kelly Prundencio, e Dr. Rafael Cardoso Sampaio, meu orientador na pesquisa de comunicação, pela condução generosa de minhas jornadas profissional e acadêmica. À jornalista Juliane Silva, pelo apoio durante as últimas revisões. Finalmente, a dois homens inteligentes cujas vidas me transformam em homem inteligente. Gladimir Nascimento, que há alguns anos dedicou o depósito de uma de suas dissertações a mim, quando transformou o recibo de protocolo em um bilhete pessoal. E Luca Rischbieter, quem sabe o humano mais crédulo de que minha burrice poderia ser ainda mais humilhante.

“E agora, as forças reunidas em torno do conceito de grupo declararam uma guerra de extermínio contra a preciosidade, a mente do homem. Por meio de desprezo, fome, repressão, direção forçada e os golpes contundentes e chocantes de condicionamento, a mente livre e errante está sendo perseguida, encurralada, embotada, drogada. É um curso triste e suicida que nossa espécie parece ter tomado.”

—John Steinbeck, *A leste do Éden*.

RESUMO

Este estudo explora a interseção entre a filosofia da psicanálise e a participação política, e analisa a capacidade da abordagem psicanalítica de esclarecer questões políticas contemporâneas. A partir de uma revisão da literatura psicanalítica freudiana sobre os conceitos de "ilusão" religiosa, "mal-estar" no Estado, e "narcisismo das pequenas diferenças" na formação de grupos, a pesquisa investiga a aplicação de tais conceitos a eventos políticos. A metodologia adota uma abordagem filosófica da psicanálise para compreender as complexas dinâmicas subjacentes aos fenômenos sociais, e políticos. Reconhecem-se as limitações de aplicar a psicanálise à esfera política, especialmente em um contexto social complexo. No entanto, ressalta-se a relevância de abordar esses desafios de maneira filosófica, em um convite a uma compreensão complexizada dos fenômenos sociais. A dissertação propõe uma narrativa destinada a fomentar reflexões individuais, e interpretações variadas, em consonância com os princípios de um discurso informado, e aberto. A coexistência dos aspectos emocional e racional da abordagem freudiana é marcante nesta psicanálise, em termos da gênese anímica das decisões políticas. O corpus da pesquisa é compreendido pela literatura freudiana relacionada aos conceitos mencionados. Ocasionalmente, autores de temas correlatos são citados para a finalidade de tensionamento teórico. Conclui-se que uma das ramificações do fundamentalismo pentecostal é a prática religiosa convertida em força política.

Palavras-chave: Filosofia; Psicanálise; Pentecostalismo; Política.

ABSTRACT

This study explores the intersection between the philosophy of psychoanalysis and political participation and analyzes the ability of the psychoanalytic approach to clarify contemporary political issues. From a review of the Freudian psychoanalytic literature on the concepts of religious "illusion", "malaise" in the State, and "narcissism of small differences" in the formation of groups, the research investigates the application of such concepts to political events. The methodology takes a philosophical approach to psychoanalysis to understand the complex dynamics underlying social and political phenomena. Although there are limitations in the application of psychoanalysis to the political sphere, especially in a complex social context, the study shows the relevance of approaching these challenges in a philosophical way, in an invitation to a complexized understanding of social phenomena. The dissertation proposes a narrative aimed at fostering individual reflections and varied interpretations, in line with the principles of an informed and open discourse. The coexistence of the emotional and rational aspects of the Freudian approach is striking in this psychoanalysis, in terms of the soulful genesis of political decisions. The corpus of the research is understood by the Freudian literature related to the concepts mentioned. Occasionally, authors of related themes are cited for the purpose of theoretical tension. It is concluded that one of the ramifications of Pentecostal fundamentalism is the religious practice converted into a political force.

Keywords: Philosophy; Psychoanalysis; Pentecostalism; Politics.

RÉSUMÉ

Cette étude explore l'intersection entre la philosophie de la psychanalyse et le participation politique et analyse la capacité de l'approche psychanalytique à clarifier la problématique politique contemporaine. À partir d'une revue de la littérature psychanalytique freudienne à propos de concepts d'« illusion » religieuse, de « malaise » dans l'Etat et de « narcissisme des petites différences » dans la formation de groupes, la recherche étudie l'application de ces concepts aux événements politiques. La méthodologie adopte une approche philosophique de la psychanalyse pour comprendre la dynamique complexe qui soutient les phénomènes sociaux et politiques. Les limites de l'application de la psychanalyse dans le domaine politique sont reconnus en particulier dans un contexte social complexe. Cependant, la pertinence d'une abordage philosophique de ces challenges est soulignée, encourageant une vision complexifiée des phénomènes sociaux. La thèse propose un récit visant favoriser les réflexions individuelles et des interprétations variées, selon les principes d'un discours bien informé et ouvert. La coexistence des aspects émotionnel et rationnel de l'approche freudienne est remarquable dans cette psychanalyse, en termes de genèse animique des décisions politiques. Le *corpus* de la recherche est compris par la littérature freudienne liée aux concepts mentionnés. Parfois, les auteurs de thèmes connexes sont cités pour créer une tension théorique. On en conclut que l'une des ramifications du fondamentalisme pentecôtiste est la pratique religieuse convertie en force politique.

Mots-clés : Philosophie ; Psychanalyse ; Pentecôtisme ; Politique.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	14
2	ILUSÃO	18
2.1	INTERNALIZAÇÃO DA CULTURA.....	23
2.2	AÇÃO POLÍTICA DA RELIGIÃO	26
2.3	FUNDAMENTALISTA PENTECOSTAL E MORTE	31
3	MAL-ESTAR	39
3.1	ESTRUTURAS PSÍQUICAS SIMULTÂNEAS.....	48
3.2	VIOLÊNCIA E PSICOPOLÍTICA.....	54
4	NARCISISMO DAS PEQUENAS DIFERENÇAS	59
4.1	MASSA ELEITORAL E AGRESSÃO	64
4.2	LIBERDADE SEXUAL E RISCO DE DISSOLUÇÃO	69
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
	REFERÊNCIAS.....	85

1 INTRODUÇÃO

No presente trabalho, considera-se que a filosofia da psicanálise tem a capacidade de realizar uma observação qualificada da ação política, no sentido de colher informações que possam ser úteis para uma abordagem psicanalítica. Para isso, inicialmente, realiza-se revisão da literatura freudiana da cultura, com foco nos aspectos "ilusão", relacionada à religião, "mal-estar", ligado ao Estado, e a escolha de adesão a grupos com base no critério do "inimigo em comum", do "narcisismo das pequenas diferenças" (FREUD, 2020a, 2020b, 2020c). Esses conceitos são descritos, e tensionados, com a ação política contemporânea no Brasil. Nesse contexto, este trabalho se concentra na análise de ações políticas contemporâneas, proposta que se revela desafiadora, considerada a separação temporal entre as teorias de Freud e o mundo atual.

A ilusão, conceito explorado no primeiro capítulo, para Freud (2020a), está conectada ao infantilismo fantasioso da religião. A busca por um pai substitutivo convertido na figura de um deus se reflete na adesão a líderes espirituais e a políticos. Outro aspecto é que, para Freud, a religião desapareceria uma vez atingido o primado da razão, o que, como fica demonstrado, não se confirma.

Já o mal-estar é produto da intromissão, no indivíduo, e ao longo do tempo, das exigências da cultura. Embora se possa admitir que a cultura, de fato, prevaleceu, e garante certa organização, grau mínimo de liberdade, e certa proteção contra a violência, tal fenômeno não foi capaz de suprimir resquícios de inquietude e desconforto psicológico, não necessariamente conscientes ou compreendidos por quem os experimenta (FREUD, 2020b). Nesse cenário, a tensão remanescente se expressa tanto na política como na religião.

Quanto à formação de grupos, no que se incluem as religiões, a deliberação sobre assuntos políticos, ou a torcida esportiva, fica evidenciado, pela perspectiva freudiana, que os serem humanos se conectam prioritariamente pela possibilidade de suspensão de seus padrões morais pessoais. Além disso, o grupo pode ofertar condições para que o impulso de violência encontre uma maneira de se realizar. Essa característica da ação violenta remete à pulsão de morte, também conceituada por Freud (2021a).

A análise de episódios que revelam o prazer humano na agressão e na busca pelo poder levanta questões sobre os limites morais. Isto é, quando a agressividade é integrada ao conjunto do que é prazeroso ao ser humano, tal qual Elias (2011)

demonstra, a violência pode ser observada com certa distância das regras morais atuais. Um ser humano pode, assim, extrair um gozo próprio a partir do sofrimento do outro, mesmo no assassinato. A religião não poderia ter um padrão moral maior do que o da sociedade que dá suporte a ela, de modo que o encantamento moral da religião encontra uma crítica possível.

Ao mesmo tempo, nos âmbitos da política e das constituições, a preservação da vida constitui valor fundamental do Estado Democrático de Direito, onde a resolução de conflitos deve ocorrer sem derramamento de sangue (POPPER, 2019). Tem-se, pois, um aparente conflito entre o que é parte integrante da constituição psíquica dos indivíduos (o prazer de agredir) e as exigências da vida em comunidade (a proibição de agredir). Nesse contexto, é demonstrado que, na sociedade brasileira contemporânea, o fundamentalismo ligado à política tende a se alinhar a uma dessas vertentes. O problema da violência se ilustra, nesta pesquisa, a partir de uma prática homicida específica, qual seja a morte de um eleitor. Tal assassinato ganha relevância particular, por se ter consumado a partir de um conjunto de elementos como o excesso de afetos individuais, o rebaixamento intelectual, e a marcante lealdade a um *Führer*, e a um grupo. Esses elementos são analisados a partir da doutrina da formação de grupos segundo Freud (2020c). No caso em questão, o Ministério Público e a Justiça consideraram que o crime foi motivado por divergências políticas. Esse assunto é detalhado, com abordagem psicanalítica, no capítulo *Narcisismo das pequenas diferenças*.

No país, entre janeiro e junho de 2023, pelo menos 33 pessoas foram assassinadas devido a posições políticas (BORBA et al., 2023a, 2023b). Esses assassinatos podem ser resultado do fenômeno do "narcisismo das pequenas diferenças" levado a condições limite, mas se destaca a característica pela qual indivíduos "de bem" podem se tornar assassinos fúteis devido a estímulos afetivos profundos, embora rudimentares do ponto de vista intelectual. Segundo Freud (2020b):

Em circunstâncias que lhe são favoráveis, quando foram excluídas as forças anímicas contrárias que costumam inibi-la, ela se manifesta, até mesmo espontaneamente, revelando o ser humano como uma besta selvagem, alheia à tendência de poupar a própria espécie (FREUD, 2020b, p. 363).

A partir da ideia de que a agressividade precisa de um caminho para a sua realização, os seres humanos tendem a se unir em grupos. Ainda para o autor, "sempre é possível ligar um grande número de pessoas pelo amor, desde que

restem outras para que se exteriorizem a agressividade” (FREUD, 2020b, p. 366). É a esse funcionamento que Freud dá o nome de “narcisismo das pequenas diferenças”¹. Freud (2011) observa que as massas são excitadas por estímulos desmedidos e influenciadas mais por imagens fortes e repetição do que por argumentos lógicos. Essa dinâmica da psicologia de massas também é relevante para examinar ações políticas contemporâneas na democracia do Brasil.

Inclinada a todos os extremos, a massa também é excitada apenas por estímulos desmedidos. Quem quiser influir sobre ela, não necessita medir logicamente os argumentos; deve pintar com as imagens mais fortes, exagerar e sempre repetir a mesma coisa. [...] Como a massa não tem dúvidas quanto ao que é verdadeiro ou falso, e tem consciência da sua enorme força, ela é, ao mesmo tempo, intolerante e crente na autoridade (FREUD, 2011, p. 27).

Uma parte das pesquisas científicas recentes da área de humanidades se ocupou de análises das conjunturas políticas (CONCEIÇÃO, 2017; DE CAMPOS; SIMÕES, 2023; DE FREITAS; BOAVENTURA, 2022; DOS SANTOS, 2017; EMPOLI, 2020; FERREIRA; FUKS, 2021; GUADALUPE, 2020; MISKOLCI; CAMPANA, 2017; PASSOS, 2020). É notável, nessas pesquisas, a associação entre as práticas religiosa e política, com ênfase nos comportamentos individuais e de grupo, do que emerge a denominada “nova direita” (EMPOLI, 2020). Vale destacar, contudo, a necessidade de se aprofundar o exame da consequência homicida da polarização política. Nessa toada, ficaria, portanto, incompleto não associar que a suspensão da moral individual em favor de um grupo possa resultar em assassinatos. No caso observado, invoca-se a “guerra” empreendida por fundamentalistas contra o que apontam como “comunismo”.

Para examinar como esses fenômenos psíquicos, institucionais e religiosos se expressam em termos de prática política, traz-se Habermas (2014), com sua conceituação de esfera pública. Ocorre que a visão habermasiana sobre a participação da religião na política (2013) pode soar idealizada, pois, para o autor, a religião seria ator legitimado à participação no espaço democrático em determinadas condições. Para ele:

¹ Embora o conceito freudiano esteja presente na obra *O mal-estar na cultura*, ele aparece pela primeira vez em *O tabu da virgindade*.

É certo que, do ponto de vista do Estado liberal, só merecem o predicado “razoáveis” as comunidades religiosas que, *segundo seu próprio discernimento*, renunciam à imposição violenta de suas verdades de fé, à pressão militante sobre as consciências de seus próprios membros, e tanto mais à manipulação para atentados suicidas (HABERMAS, 2013, p. 6).

O autor considera, em sua abordagem sobre fé e saber, que as religiões atendem às condições mínimas para a participação, isto é, que estariam dispostas a não levar ao campo público aquilo que, em verdade, mais tem aptidão de mobilizá-las. Para as religiões que se mostram aptas, Habermas (2013) é conivente a ponto de não exigir sustentação racional para a defesa de suas posições.

Ao fim desse percurso, fica evidenciada a consequência da crescente interferência fundamentalista nas atividades dos Três Poderes, e, por consequência, no funcionamento democrático como um todo. Ao se ligar a agressões à vida humana, algo cuja coibição é um dos fundamentos básicos do Estado Democrático de Direito, esse fenômeno representa, do ponto de vista freudiano, negação dos pressupostos da cultura.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Algumas das principais limitações da aplicação da psicanálise em relação ao objeto de pesquisa, ou seja, à ação política de fundamentalistas religiosos, merecem destaque. A abordagem psicanalítica de um fenômeno social pode ser erroneamente associada exclusivamente aos domínios de investigação da psicologia ou das ciências sociais. No entanto, é essencial frisar que, dentro desta investigação, o objetivo é preservar uma perspectiva psicanalítica que se insere em um contexto filosófico.

A abordagem empreendida não se revela como uma trilha de trajetória linear e desimpedida. A análise se depara com obstáculos e desafios intrínsecos a sua natureza. Mesmo diante dessas limitações, é possível perceber a relevância da filosofia da psicanálise como lente valiosa para a compreensão da complexidade dos fenômenos sociais e políticos. Essa perspectiva não só permite explorar as nuances da ação política, mas também oferece uma oportunidade de investigar as motivações psíquicas por trás dos atores políticos.

Dessa forma, a abordagem adotada reconhece a capacidade dos leitores de estabelecer paralelos entre os conceitos psicanalíticos e as complexidades das interações políticas, na intenção de promover uma compreensão abrangente e contextualizada. Através desse método, ambiciona-se que os leitores ampliem seu

entendimento, ao conectar os conceitos psicanalíticos às nuances das dinâmicas políticas, o que enriqueceria a perspectiva sobre a democracia.

A decisão de adotar essa abordagem, portanto, está enraizada na intenção de criar um espaço para a reflexão individual e a interpretação diversificada, alinhada com os princípios de um discurso aberto e informado. Isso implica que o leitor é livre para explorar as relações entre os conceitos psicanalíticos e as interações políticas de acordo com sua perspectiva particular.

Na linha de raciocínio de Monzani (2014), adota-se uma perspectiva de continuidade à obra freudiana, em contraposição a uma abordagem de ruptura. Isto é, a leitura de que esta pesquisa é adepta admite a validade das diversas etapas da obra freudiana, sem que, portanto, algum ponto precise ser repudiado em favor do desenvolvimento de outro – que pode ou não parecer mais adequado. Essa inclinação remonta a um dos pontos de divergência entre Comte e Freud, que reside na concepção do desenvolvimento humano. Comte sustentou a ideia de etapas finalizadas que culminam no pensamento racional, enquanto Freud postulou que os estágios de desenvolvimento não são encerrados, mas assimilados por estágios posteriores.

Quanto à disparidade entre as concepções de Comte e Freud, no que se constitui em certo entrave estabelecido entre o método positivista e o método psicanalítico, considera-se que, a título de análise da formação de grupos, o segundo autor forneça caminhos mais ricos para a pesquisa. Torna-se evidente que na perspectiva psicanalítica os aspectos anímicos e racionais coexistem simultaneamente. Segundo Bocca (2016):

Aqui começam a despontar as divergências de Freud em relação a Comte, bem como em relação ao otimismo deste último quanto à conquista progressiva e definitiva da racionalidade pela comunidade humana. Levado ao extremo, queremos acrescentar que fica em Freud aberta a possibilidade de um funcionamento regressivo, ou mesmo involutivo do aparelho psíquico e das modalidades de representação que executa, bem como dos produtos culturais que engendra, já que os estados que percorre não foram, em acréscimo, descritos como dotados de uma incompatibilidade radical e de um progresso inexorável, como apontado por Comte (BOCCA, 2016, p. 42).

"Portanto, uma tarefa de suma importância para a recepção filosófica da psicanálise é abordar duas questões essenciais: 1) traçar sua trajetória histórica e 2) demonstrar sua abordagem metodológica" (PINTO, 2021, p. 146). No entanto, nenhum trabalho individual ou mesmo programa de pesquisa conseguiria abordar integralmente essas duas questões complexas. Isso se deve ao fato de que, mesmo

entre os pesquisadores da filosofia e da psicanálise, não há consenso em relação à história da psicanálise e, por consequência, tampouco em relação aos seus métodos. Torna-se oportuno reconhecer a natureza intrinsecamente evolutiva e multifacetada tanto da história quanto dos métodos da psicanálise. Embora uma investigação singular possa oferecer contribuições a esses aspectos, é fundamental compreender que o entendimento completo e definitivo dessas questões permanece um desafio.

A menção a fatos políticos contemporâneos constitui uma recompensa ambígua, em termos de contribuição ao texto. Se, por um lado, as informações poderiam ser um ponto de partida para uma abordagem psicanalítica, por outro a escolha das notícias exige a crença do leitor de que tal escolha é suficientemente razoável para o propósito do trabalho – aliás, de que tal escolha foi realizada de maneira desinteressada. Quando se opta em trazer alguns fatos a serem examinados, observa-se que a temática do "declínio da religião", como prenunciada por Freud (2020a), tem raríssima presença. Seja na forma de uma ameaça sutil de enfraquecimento ou nas diversas variantes da profecia freudiana acerca da decadência da ilusão religiosa, o tema é notadamente escasso na vida comum contemporânea.

Vê-se que, em verdade, a esfera pública política brasileira não dá sinais do declínio da religião. Quando muito, há críticas que, no geral, recaem sobre a prática religiosa aplicada à ação política, mas a política fica frequentemente mais evidenciada. Sob tal ótica, embora o noticiário, seja por intermédio de reportagens ou de artigos de opinião, teça críticas acerca da interligação entre práticas religiosas e assuntos políticos, tal dinâmica somente testemunha a constatação de que se mantém o influxo religioso nos domínios partilhados. Esse influxo extravasa os limites dos domínios familiares e das comunidades privadas – não se trata, pois, de questão afeta à intimidade dos indivíduos –, projetando-se na esfera política democrática.

Esse cenário justifica investigação mais profunda da natureza da religião presente na democracia brasileira. Para tal empreendimento, investiga-se de que modo a religião fundamentalista contemporânea se alinha à descrição freudiana ou, ainda, em que medida se pode afirmar que a religião fundamentalista pentecostal se converteu parcial ou totalmente em partido político. Essas duas afirmações podem ser tomadas por hipóteses desta pesquisa. Embora essas hipóteses sejam agora claramente descritas, o que se pode antecipar é que esta pesquisa mais se presta a apontar seus contornos que a comprovar uma ou outra.

A análise da metamorfose da religião em força política ativa pode engendrar percepções esclarecedoras sobre as intrincadas dinâmicas entre religião, política e sociedade, no contexto contemporâneo brasileiro. Por conseguinte, tal análise tem o potencial de convidar a um debate sobre o cruzamento entre a esfera pública e a vida religiosa privada.

2 ILUSÃO

Neste capítulo inicial de revisão da literatura, o conceito freudiano de ilusãoⁱ é revisado em ordem cronológica à apresentação do tema em *O futuro de uma ilusão*. Para a finalidade de uma abordagem psicanalítica da política, o criador do conceito de esfera pública, Habermas, é mencionado como autor de suporte, bem como ideias presentes em *Totem e tabu*, e informações factuais que colaboram para a compreensão de fenômenos políticos contemporâneos. O pentecostalismo é descrito a partir de comentadores atuais, especialmente na discussão sobre sua decisão de afastamento da cultura. As hipóteses da pesquisa são explicadas neste capítulo. Uma conexão entre fundamentalismo pentecostal e psicanálise também é apresentada.

As seções que abrangem as partes I a IV da obra *O futuro de uma ilusão* estabelecem o alicerce argumentativo de Freud (2020a) para a conceituação da ilusão sob perspectiva psicanalítica. Inicialmente, ele informa sua concepção de cultura e, de maneira sucinta, aponta para a sua função intrínseca. Nas palavras de Freud:

É notável que os seres humanos, embora não possam existir no isolamento, sintam, não obstante, como gravemente opressivos os sacrifícios que a cultura deles espera para que a vida em comum seja possível. A cultura precisa, portanto, ser defendida contra o indivíduo, e os seus dispositivos, instituições e mandamentos colocam-se a serviço dessa tarefa; estes visam não apenas instaurar uma certa repartição de bens, mas também mantê-la; na verdade, eles precisam proteger das moções hostis dos seres humanos tudo aquilo que serve para a conquista da natureza e para a produção de bens (FREUD, 2020a, p. 234).

Para Freud (2020a), a coerção pela cultura é toda voltada contra o indivíduo, que é levado à renúncia dos instintos, e ao trabalho necessário à obtenção de bens vitais. Em um cenário mais amplo, a cultura seria uma maneira de os povos se organizarem contra as forças da natureza. Com o desenvolvimento dos povos, houve a interiorização da cultura. Isto é, aquela coerção inicial que antes era de fora para dentro, do ambiente cultural contra o indivíduo, passa a funcionar autonomamente no interior do indivíduo. Essa mudança, dentre outros efeitos, leva à objetificação do outro – que tem seu trabalho explorado, e é colocado na posição de objeto sexual. É nesse contexto que surgem as figuras dos líderes sobre a massa (FREUD, 2020a).

A “coroação” de líderes sobre a massa coincide com uma condição especial desse líder – o talento que ele tem para incentivar os subordinados à renúncia dos instintos, e ao trabalho. Mas, assim como esse líder tem poder sobre a massa que

governa, essa mesma massa é capaz de influenciar o líder. Na compreensão de Freud (2020a), não somente a massa influencia o líder, como é mais comum que ela o modifique do que o contrário. Diante de uma massa que se insubordina, instala-se a condição perfeita para que a liderança imprima força, no sentido coercitivo, contra o povo, e, por consequência, contra o indivíduo. A força serve ao líder que não quer perder seu poder de influência. O método da força desponta como uma opção natural do sistema, uma vez que, para o autor, argumentos valeriam o mesmo que nada diante das paixões da massa (FREUD, 2020a).

Não se trata, portanto, de uma coerção “civilizada”, na qual se considera o outro como igual, a quem se fazem convites racionais às causas comunitárias, mas do emprego da força para a manutenção do poder de influência. Para Freud (2020a), é nesse caminho que aparecem os homens “amargurados, vingativos e intratáveis” (FREUD, 2020a, p. 237). A descrição desses tipos de homens surge, no texto, logo após o autor afirmar que a motivação egoísta dos líderes da massa não é algo raro (FREUD, 2020a).

Freud (2020a) argumenta que os efeitos nefastos da cultura são causados pela precariedade das instituições, e que, em havendo, em alguma oportunidade, instituições melhores, as gerações futuras poderiam voluntariamente renunciar às paixões, e realizar o trabalho sem a necessidade de coerção. Para o autor, porém, a cultura não havia se desenvolvido de tal maneira em qualquer parte do mundo. Não obstante, esse objetivo haveria de ser perseguido pela humanidade, especialmente na busca de líderes altruístas. Nessa toada, destaca-se o limitado grau de educabilidade dos seres humanos (FREUD, 2020a).

Diante de uma psiquê que requer satisfação individual, uma desejada mudança das instituições haveria de ser eficiente se, irredutivelmente, levasse em consideração o desenvolvimento infantil do indivíduo. As instituições teriam de fazê-lo, quando da definição de seus propósitos, porque os instintos humanos são orientados justamente na infância. O autor questiona, então, até que ponto seria possível reorganizar a relação do indivíduo com a cultura (FREUD, 2020a). Freud:

Novas gerações, educadas no amor e na grande estima pelo pensamento, que experimentaram precocemente os benefícios da cultura, terão uma relação distinta com ela, irão senti-la como seu patrimônio mais íntimo [...]. Elas poderão prescindir da coação e pouco se distinguirão de seus líderes. Se até agora não houve massas humanas dessa qualidade em nenhuma cultura, isso se deve ao fato de nenhuma cultura ter encontrado ainda os dispositivos para influenciar os seres humanos dessa forma, na verdade, desde a infância (FREUD, 2020a, p. 237).

“O experimento ainda não foi feito” (FREUD, 2020a, p. 238), o autor conclui sobre tal educação concentrada nas necessidades do indivíduo particularmente durante sua infância. A título de remediação, o máximo possível seria aumentar o grupo de pessoas aptas para a vida em comunidade – sem que os que se opõem à cultura deixassem de figurar em relevantes não-contribuições, porque sempre haveria os que têm instintos mais fortes do que a vontade de contribuição social. Ainda para Freud (2020a), a cultura, quando passa a recompensar os indivíduos por tal renúncia, deixa de ser uma questão econômica para ser uma questão psicológica (FREUD, 2020a).

A cultura tem, então, de lidar com indivíduos submetidos à frustração, à proibição, e à privação. Quanto à frustração, trata-se da não satisfação instintual, ao passo que a proibição é precisamente o que enuncia, e a privação é o item a ser recompensado pela cultura. Há, então, privações para todos, ou específicas para grupos ou indivíduos. Ocorre que uma parte de tais renúncias se refere ao que o ser humano teria sido há milhares de anos, na vida anímica disposta ao canibalismo, ao incesto, e ao assassinato (FREUD, 2020a). Freud:

Esses desejos pulsionais são os do incesto, do canibalismo e do prazer em matar. Soa estranho quando juntamos esses desejos, com cuja rejeição [*Verwerfung*] todos parecem estar de acordo, àqueles outros, que tanto fomentam debates em nossa cultura sobre a sua concessão ou impedimento, mas que psicologicamente seriam justificados. E também a conduta cultural em relação a esses desejos pulsionais mais antigos não é a mesma de forma alguma; só o canibalismo parece ser desaprovado por todos e, para a abordagem não analítica, inteiramente superado; a força dos desejos incestuosos ainda conseguimos sentir por trás da proibição, e o assassinato continua sendo praticado, e até ordenado, sob certas circunstâncias em nossa cultura (FREUD, 2020a, p. 240).

Para o autor, essas inclinações se repetem a cada novo nascimento, e haveria uma justificativa, sob o ponto de vista psicológico, para que tais inclinações fossem interrompidas. Para Freud (2020a), o canibalismo está totalmente superado em abordagens não psicanalíticas, mas o incesto tem traços mais presentes na vida instintual do indivíduo, na forma de forças de proibição. Quanto ao assassinato, é inclusive um empreendimento da cultura. “A maior parte do que se

ouve falar sobre a falta de retidão moral das pessoas está relacionada a isso” (FREUD, 2020a, p. 241), afirma. Nesse contexto, não é possível concluir que as fraquezas morais estejam restritas apenas aos indivíduos neuróticos, ou a casos especiais. Para o autor, seria surpreendente descobrir o grande número de pessoas que repudiam o incesto, ou o assassinato, mas não hesitariam em causar outros tipos de danos, como a agressão, se tivessem a oportunidade de fazê-lo sem sofrer consequências (FREUD, 2020a).

Quando a cultura não pode ir além da proibição de algo a alguns, e da permissão dessas mesmas proibições a outros, como é o funcionamento dos que exercem a coerção e dos que são coagidos, há então insatisfação perene. Para Freud (2020a), quanto mais internalizada é a cultura, mais chances ela tem de se manter. Por essas razões, a moralidade, os ideais, e as obras de arte são tidos como bens psíquicos da cultura. Os ideais são resultado, inicialmente, de uma disposição interna que encontra as condições ambientais para uma realização. A partir dessa experiência de sucesso nasce o ideal, como modo de perpetuar aquela realização. Ocorre, porém, que é da natureza do ideal que, para que tenha qualquer relevância, deva haver ideais rivais. “Dessa maneira, os ideais culturais passam a ser a ocasião de divisão e de inimizade entre diversos grupos culturais, tal como a que aparece com a maior nitidez entre as nações” (FREUD, 2020a, p. 243). A partir desse mecanismo de rivalidade cultural se encontraria uma origem do desentendimento entre as nações (FREUD, 2020a). Essa característica da escolha de um rival, de um inimigo comum do grupo, é aprofundada no capítulo *Narcisismo das pequenas diferenças* (p. 59).

Por esses critérios é que porções menos abastadas dentro de suas próprias culturas dão conta de permanecer em tal cultura. Embora tidos como endividados ou assediados pelo serviço militar, por exemplo, têm a prerrogativa de se arrogar contra os que não participam de suas culturas. Como prova histórica dessa prerrogativa estão os cidadãos romanos à época das conquistas territoriais: por pior que fosse a vida romana, ela ainda era vista como melhor que a dos outros povos. O ideal seria, portanto, narcísico. Mas, para Freud (2020a), nenhum desses itens de inventário psíquico é mais importante que:

Talvez a parte mais importante do inventário psíquico de uma cultura ainda não tenha sido mencionada. Trata-se, em seu sentido mais amplo, de ideias [*Vorstellungen*] religiosas; em outras palavras, que justificaremos mais adiante, de suas ilusões (FREUD, 2020a, p. 244).

Para Freud (2020a), a serventia da cultura é permitir a vida em comunidade, e uma certa proteção contra as forças da natureza. Isto é, se antes os seres humanos foram animais, e, naquela condição, tinham uma completa realização de seus desejos, eram ao mesmo tempo expostos à crueldade de morrer pelo que a eles trazia prazerⁱⁱ. O texto freudiano fantasia um mundo sem nenhuma restrição cultural. Nesse exercício de ficção, o autor muda o cenário real para um em que os homens poderiam tomar por objeto sexual qualquer outro que quisessem, apossar-se de coisas ao bel prazer, e, ainda, aniquilar quem a eles fizesse oposição. O autor destaca que, em tal cenário de ausência de cultura, somente um único homem, um tirano ou equivalente, poderia obter proveito da vida (FREUD, 2020a).

Nesse passo, é oportuno rememorar alguns aspectos apresentados por Freud (2012a) em *Totem e tabu*. Primeiro, aqueles seres humanos passam a existir em uma vida cívica a partir do assassinato de seu pai primevo, enquanto aqueles filhos são ligados por uma potente fraternidade. Depois, os irmãos passam a empreender que nenhum deles seria tratado pelo grupo como o pai foi, ou seja, que não haveria novo assassinato. “Assegurando a vida uns aos outros, os irmãos afirmam que nenhum deles pode ser tratado por outro como o pai foi tratado por todos em conjunto” (FREUD, 2012a, p. 222). O que levou os irmãos a matarem o pai foi o papel ocupado por ele de autoridade castradora. Mas, ainda segundo o autor, quando esse pai é assassinado, os que o mataram perguntam “o que fizemos?” (FREUD, 2012a). É a essa consciência culposa que se pode chamar mais especificamente “ato fundador”.

Em se tratando da perda do pai, e de uma busca por um pai que substitua o que foi assassinado, a cultura explicita algo da relação parental experimentada pelo indivíduo. Isto é, o homem, antes, já esteve amedrontado pelos perigos da natureza. E, na infância, tinha o pai como figura de proteção, ao mesmo tempo que esse pai era realmente suficiente para a proteção contra os perigos conhecidos. A cultura oferece, portanto, algo similar. Ela concede a grupos e indivíduos, além da penitente tarefa de renunciar a instintos, a possibilidade de um lugar de segurança. Na cultura, tem-se certo grau de planificação diante dos outros, certo consolo diante do infortúnio que ela própria, a cultura, e a relação com outros seres humanos causam (FREUD, 2020a).

A cultura sugere, portanto, que os contratempos da vida podem ser superados à força da humanização da natureza, processo que antecede o reconhecimento de deuses. Amar, mentir, dissimular, subornar, assassinar: por mais contraditórias que tais ações sejam, sabem-se de antemão quais são seus

limites. A essa proteção da cultura Freud (2020a) chama de relação parental, de reencontro com o pai assassinado. E contra o que efetivamente se requer proteção? Para Freud:

Aqui estão os elementos que parecem debochar de qualquer coerção humana: a terra, que treme, rompe se soterrando tudo o que é humano e obra do ser humano; a água, que, em turbulência, tudo inunda e afoga; a tempestade, que varre tudo para longe; e depois vêm as doenças, que só a pouco tempo reconhecemos como sendo ataques de outros seres vivos; e finalmente o doloroso enigma da morte, para o qual até agora nenhum remédio foi encontrado nem é provável que o seja (FREUD, 2020a, p. 245).

Contra as poderosas forças destruidoras e irreconciliáveis da natureza, o pai é procurado, bem como os deusesⁱⁱⁱ. Freud (2020a) evidencia que a moralidade ganha notoriedade à medida em que se adquire consciência de que os deuses também estão sujeitos a um destino acima deles. Esses deuses, vistos como arquitetos da natureza avassaladora, abandonaram-na a ela mesma. Desse ponto em diante, o autor anota o que considera a última fase de uma série de aprimoramentos que a religião experimentou até que estivesse consolidada como “branca e cristã” (FREUD, 2020a, p. 251).

2.1 INTERNALIZAÇÃO DA CULTURA

Quando passa a escrever a parte IV de *O futuro de uma ilusão*, Freud (2020a) faz súbita mudança de estilo narrativo. Tal mudança no estilo literário traz requintes fictícios ao texto, na concessão de aspas a um opositor imaginário, o que pode configurar um recurso de linguagem que reforça as etapas de internalização da cultura pelos indivíduos. Uma crítica autônoma passa a existir no texto freudiano, de modo que o próprio autor se contradiz e se ataca, pelo uso de personagens imaginários – ou seja, uma espécie de ataque a si sem a necessidade um detrator que não seja o próprio detratado. Em tal recurso, fica marcado o funcionamento semelhante ao da coerção pela cultura, que, de uma altura em diante, sequer é necessária externamente, dada a sua instalação suficiente no interior do indivíduo. Quando Freud (2020a) escreve contra si mesmo “o senhor usou repetidamente as expressões: ‘a cultura cria essas ideias religiosas’” (FREUD, 2020a, p. 252), originalmente “*Sie haben wiederholt die Ausdrücke gebraucht: die Kultur schafft diese religiösen Vorstellungen!*” (FREUD, 1928, p. 12), ele imprime o pronome “*Sie*”, que em alemão é mais formal que “você” e menos formal que “senhor” em português. Segundo o autor:

Uma investigação que avança imperturbada como um monólogo não está inteiramente livre de perigo. Cedemos muito facilmente a tentação de deixar de lado pensamentos que queiram interrompê-la e, em compensação, ficamos com uma sensação de incerteza que, por fim, pretende se dobrar como um excesso de assertividade. Estou, então, imaginando-me um opositor que acompanhe as minhas explicações com desconfiança e estarei lhe passando a palavra de vez em quando (FREUD, 2020a, p. 251).

O primeiro questionamento feito pelo opositor imaginário de Freud (2020a) tem a ver com a religião estar tão fundamentada na cultura quanto a distribuição de bens ou similares. Essas últimas, questões corriqueiras, poderiam ser mais facilmente compreendidas como conquistas culturais. Porém, colocar a religião no mesmo patamar corresponderia a abdicar da religião como revelação divina. A religião descrita por Freud (2014) teria função dupla – um recurso cultural contra as forças da natureza, e, ao mesmo tempo, de corretora das imperfeições da própria cultura^{iv}. Diante do opositor que é ele mesmo, Freud (2020a) defende que sua obra *Totem e tabu* foi capaz de elucidar as origens do totemismo, e assegura que sua visão sobre religião não é contradição ou parcialidade sobre o que publicou anteriormente (sobre uma espécie de religião totêmica, pela qual o preceito moral e a religião não estariam separados). A gênese do impasse imaginário é que, do ponto de vista totêmico, o homem havia criado uma forma física para representar o antigo complexo paterno – o pai, que muito precocemente se mostra mais forte que a mãe, é simultaneamente um perigo para o indivíduo, e a proteção contra tal perigo. Essa ambivalência se teria materializado no totem, no animal que de tão sagrado somente podia ser comido uma vez por ano. Para Freud (2020a), é improvável e inesperado que se realize uma imediata ligação entre as práticas do totemismo e a religião cristã, na qual um homem sagrado toma o papel de redentor do povo e é devorado por ele². De toda maneira, Freud (2020a) termina a parte IV do texto com a clareza de que, em sua perspectiva, há diferença o bastante entre a religião e a concepção de Deus (FREUD, 2020a).

Ocorre que, psicanaliticamente, a religião é um ensinamento, ou palavras equivalentes a “ensinamento”, e, mais precisamente, sobre o que há de “mais importante e o mais interessante” (FREUD, 2020a, p. 256) sobre a vida. Pela religião, o indivíduo chega a conclusões a que não conseguiu ou a que sequer conseguiria chegar sozinho. Não obter essas conclusões torna esse indivíduo desinformado, insciente, ao passo que

² No catolicismo, mais especificamente, a Missa é justamente a memória do Cristo sacrificado e o consumo da carne dele. Para a Santa Sé, não se trata de um simbolismo, mas, pela prática da fé, o pão ofertado aos fiéis seria verdadeiramente carne humana.

os que conseguem incorporar a si mesmos, às próprias vidas, são enriquecidos. Entra em questão o significado psicológico da religião (FREUD, 2020a).

Em uma atitude pedagógica e pessoalizada, Freud (2020a) escreve sobre um acontecimento corriqueiro: em aulas simplíssimas de ciência, um conhecimento é informado, bem como o caminho investigatório que leva àquele conhecimento. Ele utiliza um exemplo da geografia, quando, ele, mais velho, teve a oportunidade de comprovar por si mesmo que as localizações informadas nas aulas eram precisamente as que tinha ouvido falar. Para o autor, informar sobre o caminho da investigação, no caso das aulas, seria uma oferta da cultura para que os indivíduos tenham interesse de concluir eles mesmos o que a cultura enuncia (FREUD, 2020a).

No caso dos ensinamentos religiosos, esse funcionamento de informar o caminho da investigação, de abreviação do resultado por transmissão, depara-se, ainda segundo Freud (2020a), com pelo menos três proposições, a saber: i. nossos antepassados teriam acreditado no que é proposto atualmente; ii. possuiríamos as provas relacionadas à época desses antepassados; e iii. não se podem questionar tais provas. O comentário do autor é de que o atrevimento da dúvida quanto a essas proposições era punido com severas penas, e que “ainda hoje [1927] a sociedade não vê com bons olhos [dudar da religião]” (FREUD, 2020a, p. 258). Porém, para o psicanalista, essas três proposições pareciam não se harmonizar entre elas, uma vez que “seguramente nenhuma tese pode provar a si mesma” (FREUD, 2020a, p. 259). Freud:

Chegamos assim ao curioso resultado de que precisamente aquelas manifestações de nosso patrimônio cultural que poderiam ter a maior importância para nós, às quais foram atribuídas as tarefas de nos esclarecer os enigmas do mundo e de nos poupar dos sofrimentos da vida, de que justamente elas possuem a mais frágil comprovação. Não iríamos poder nos decidir por aceitar um fato tão banal quanto o de as baleias parirem os seus filhotes em vez de botarem ovos, se ele não tivesse melhor demonstração (FREUD, 2020a, p. 259).

As inquietações acerca dos ensinamentos religiosos, contudo, não constituem novidade substancial na trajetória da história humana. Isso porque, em períodos anteriores, a ascensão da espécie também testemunhou a emergência dessas questões, embora sob uma pressão tão avassaladora que as teria suprimido em grande parte. Inúmeras mentes ao longo do tempo foram atormentadas e submetidas a danos consideráveis decorrentes de suas dúvidas (FREUD, 2020a). Freud registra nos termos a seguir:

Esse estado de coisas é, em si, um problema psicológico notável. E que ninguém acredite que as observações anteriores sobre o caráter indemonstrável dos ensinamentos religiosos contenham algo novo! Ele foi sentido em todas as épocas, certamente também pelos antepassados pré-históricos que nos legaram uma herança como essa. É provável que muitos deles tenham se aproximado das mesmas dúvidas que nós, mas pesava sobre eles uma pressão forte demais para que eles tivessem ousado expressá-las. E, desde então, inúmeros seres humanos atormentaram-se com as mesmas dúvidas, que queriam reprimir, porque se consideravam obrigados a acreditar; muitos intelectos brilhantes sucumbiram a esse conflito, muitos caracteres sofreram danos em razão dos compromissos nos quais eles procuravam uma saída (FREUD, 2020a, p. 259).

A partir do ponto de vista psicanalítico apresentado por Freud sobre a religião, e a consequente ilusão relacionada a ela, procura-se contornar, de agora em diante, de que modo a vertente da religião fundamentalista pentecostal contemporânea poderia ter convertido sua prática religiosa em atividade política parcial ou completamente. Nesse caso, a força empreendida para coibir os que ousavam duvidar das imposições da religião, ao questionar a validade de tal tradição, poderia ter assumido uma nova roupagem. Se a religião fundamentalista pentecostal se converteu parcial ou totalmente em partido político, então a dúvida proibida que antes se relacionava a determinado dogma ou rito, agora pode se apresentar na forma de imposição eleitoral.

2.2 AÇÃO POLÍTICA NA RELIGIÃO

Quanto a uma religião que pudesse provar a si mesma, uma quantificação de seus elementos seria inatingível. Ainda para Freud (2020a), seria indiscutível que a agonia da perseguição aos que duvidam da religião ainda pudesse prevalecer em 1939, mesmo que tal fenômeno demandasse abordagens metodológicas diferentes para ser elucidado. Na contemporaneidade, a depender de variáveis como localização geográfica, nível de educação, e a consequente sofisticação da aplicação prática do credo religioso, aqueles que manifestam dúvidas em relação à doutrina religiosa podem ficar mais suscetíveis a enfrentar reprimendas sociais em suas comunidades religiosas. Em grupos mais isolados, tanto física como intelectualmente, a chegada de novos argumentos fica dificultada, ou ainda é dificultada a consciência do que viria a ser um debate público sediado na razão, tão somente pela falta de referências próximas. Isto é, não é incomum que, a depender do grau de dependência que determinada família tem da religião, seus membros opositores, os que trazem dúvidas quanto à religião corrente, sejam tidos como perigosos à manutenção do sistema de

credos sobre o qual pode estar sustentada grande parte da dinâmica familiar. Assim como o apóstata da fé não é quisto entre os que com ele antes professavam determinada crença, quando a religião cobre a vida pública com suas práticas de contenção da dúvida, aquele que duvida é empurrado para fora das relações sociais dos que em determinado momento governam o Estado. Um político que adota sua prática religiosa como modo de empreender a vida pública, e dessa adoção goza de privilégios eleitorais, tem dificuldade para dialogar com ideias que não sejam precisamente aquelas que sua religião apartada da dúvida evoca. Em linhas gerais, essa dificuldade pode ser superada pelo encastelamento, quando não somente os outros são impedidos de se aproximar, mesmo de modo democrático, a partir de discursos políticos formais, como também se rompe a relação com a imprensa profissional, pela qual se dá parte da sustentação da democracia.

Esse empurrar para fora das relações sociais é propriamente a exclusão ou subalternização de indivíduos que não compartilham do mesmo credo de determinados debates públicos. Esse funcionamento fica notável no contexto daqueles que não têm o mesmo entendimento dos fundamentalistas religiosos sobre o aborto. Para esses indivíduos, sua representatividade e reconhecimento enfrentam sérias limitações (MARSICANO; BURITY, 2021). Tal recusa de reconhecer o outro como um ser que existe, e que duvida, expõe uma conexão íntima entre cultura política contemporânea e religião, numa dinâmica que se alinha à decadência da arena política. Nesse cenário, grupos minoritários se encontram em desvantagem, e frequentemente carecem de oportunidades – tais como mobilizações especiais ou particular atenção midiática – para serem considerados como atores do debate público. A observação da esfera pública que está fora das casas legislativas, como em encontros circunstanciais de cidadãos, devolve resultados semelhantes quanto ao confronto dos que divinizaram suas perspectivas políticas e dos que desconsideram tal aspecto divinizado. Como parte da defesa de suas posições, figuras públicas e comentaristas fundamentalistas têm por tática e operação a desqualificação daquele que rompe com as prerrogativas de sua religião, na qual, dentre os aspectos principais, está a submissão à vontade e à orientação do líder.

É notável a similaridade entre as imposições religiosas empreendidas em comunidades de fé e daquelas aplicadas no palco político contemporâneo, exatamente quanto à evocação de uma autoridade divina que legitima a decisão

política – decisão da qual se esperaria outro tipo de participação, a saber: que a política estivesse integrada no “público de pessoas privadas que discutem mediante razões” (HABERMAS, 2014, p. 287). Além do mais, seria uma abordagem ingênua negligenciar que aquilo que foram conflitos armados sob a bandeira da religião esteja atravessando uma transição para o domínio digital. Também seria imprudente desconsiderar que as antigas estruturas de punição tenham sido substituídas quase que por completo em meio a transformações linguísticas, cibernéticas, e outras complexas derivações, embora seja necessário complementar com a informação de que alguns dos métodos antigos permanecem. Há, contudo, formas de perseguição na cultura que não estão relacionadas à religião, pelo menos não de maneira direta. Essa questão põe em xeque a relevância de a religião conseguir conquistar para si o reconhecimento de que seja produto de uma revelação divina. Isto é, as sociedades podem prescindir da religião e de sua divindade para a prática dos mesmos fenômenos políticos e sociais empreendidos por religiosos. Habermas:

"Além disso, há o embrutecimento dos costumes quando os súditos são instigados pelo governo a agir ilegalmente, espionar e propagar informações falsas ou agir com traição – por exemplo, como franco-atiradores ou assassinos dissimulados" (HABERMAS, 2018, p. 283).

Esse contexto remete novamente a Freud (2020a). No que diz respeito às observações sobre a doutrina espírita, fundada cerca de um século antes da publicação de *O futuro de uma ilusão*, o psicanalista emprega uma forma específica de crítica para argumentar que a religião não apresenta um caminho investigativo de resultados concretos. Ele ressalta que os espíritas observados por ele, que acreditavam na sobrevivência da alma individual, tentavam comprovar essa crença por meio da invocação de espíritos de mortos. Assim, eles traziam novamente à vida personalidades notáveis do pensamento. Contudo, os discursos resultantes eram tão destituídos de profundidade e substância que, segundo Freud (2020a), o que se evidenciava era que aqueles espíritos invocados possuíam a capacidade de se adaptar às crenças e expectativas dos que os invocavam.

Para Freud (2020a), é inerente à religião a realização de um desejo profundo por proteção parental, especialmente quando a figura paterna interna é superada por uma mais poderosa. Tal transformação é acentuada pela aceitação social nas comunidades nas quais o indivíduo está inserido. No entanto, devido a essas características combinadas com o conhecimento sobre o mundo, as crenças religiosas

podem se assemelhar a delírios (FREUD, 2020a). Quanto à fé nas doutrinas religiosas, Freud (2014) indaga por que a humanidade, que dedicaria tanto esforço em questões menos relevantes, e busca por respostas incansavelmente, negligenciaria aplicar um nível semelhante de rigor ao abordar o enigma da divindade.

Entretanto, a perspectiva freudiana de que a razão poderia lançar luz sobre a religião gradualmente perdeu sua solidez, à medida que o tempo avançou. Nesse contexto de distanciamento da razão, o conceito de religião como ilusão emerge também na contemporaneidade. A provocação de Freud (2020a) acerca do futuro da religião oferece um padrão para explorar questões do âmbito religioso sob a perspectiva psicanalítica. É notável que a religião possa ter persistido ao longo dos séculos por ser uma verdade universal que substitui os anseios infantis.

Freud (2020a), após ultrapassar a metade de seu texto, observa que a imoralidade e a moralidade encontraram territórios semelhantes dentro da religião. Ele ressalta que a religião, por meio de seus representantes organizacionais, os sacerdotes, teve de se acomodar com o pecado. Para o autor, a cultura encontra uma ameaça proveniente daqueles que dela têm pouco a usufruir, como os oprimidos, de modo que a religião teve de fazer concessões. Segundo o psicanalista, assim que houvesse uma mudança na crença em Deus, as proibições associadas a essa crença também desapareceriam. Ao se examinar a relação entre religião e comportamento político dos fundamentalistas na contemporaneidade, depara-se com:

Como é uma tarefa delicada separar o que o próprio Deus exigiu e aquilo que deriva muito mais da autoridade de um parlamento todo-poderoso ou de um alto magistrado, seria uma vantagem indubitável deixar Deus absolutamente fora do jogo e admitir de forma honesta a origem puramente humana de todos os dispositivos e preceitos culturais. Com a pretendida sacralidade, cairia também a rigidez e a imutabilidade desses mandamentos e leis. Os seres humanos poderiam compreender que estes foram criados não tanto para dominá-los, mas muito mais para servir a seus interesses; e conquistariam uma relação mais amigável com eles, estabelecendo como meta, em vez de sua abolição, apenas sua melhoria. Esse seria um avanço importante no caminho que leva à reconciliação com a pressão da cultura (FREUD, 2020a, p. 276).

Freud (2020a) aborda o que acredita ser o destino da crença em Deus: seu desaparecimento. Entretanto, nos últimos cem anos, desde a "profecia da razão" freudiana, pela qual as sociedades chegariam à conclusão de que a religião não tinha mais serventia, isso não se confirmou. Ou, então, o que hoje se pratica, na verdade, não se relaciona com crer ou não em Deus. Isso é evidente no Brasil atual, não apenas

pelo aumento numérico de comunidades religiosas³ em diversos bairros (MARIANO, 2008), e até mesmo em ilhas distantes⁴, mas também pelo fortalecimento político dessas organizações a cada nova eleição. O proeminente impacto das igrejas pentecostais nas eleições presidenciais de 2018 e 2022 no Brasil não é, todavia, um caso isolado, em termos de cultura. Mesmo em comunidades ancestrais, como é o caso do povo persa, vê-se no atual Irã a representação parlamentar dividida por credos religiosos. Naquela república islâmica há espaço para judeus no legislativo – além disso, cristãos, judeus e zoroastras são protegidos pelo governo (EL DIN, 2023).

De volta ao texto de Freud (2020a) sobre a religião, o autor elogia a coerência dos estadunidenses que, à época do começo do Século 20, instauraram o notável “Julgamento do Macaco”⁵.

Nas comunidades da razão contemporâneas, não é incomum que haja pequenos “Julgamentos do Macaco” na prática política e acadêmica, ocasião em que o dogmático atenta contra a experiência. O que é apontado por Habermas (2013) como má filosofia, a obstinação em relação à ciência, refere-se precisamente a uma ciência que se lança no expediente do objetivismo, e acaba por desprezar as percepções individuais em sua investigação. Nesse caso, essa ciência específica, essa maneira de operar a ciência, na qual algo é colocado no lugar de um deus, principalmente pelo atributo da perfeição, pode muito facilmente ser confundida com mais uma religião.

³ “Desde os anos 50, o Pentecostalismo cresce no Brasil. Mas sua expansão acelera-se acentuadamente a partir da década de 1980, momento em que esse movimento religioso passa a conquistar igualmente crescente visibilidade pública, espaço na tevê e poder político partidário. Segundo os Censos Demográficos do IBGE, havia 3,9 milhões de pentecostais no Brasil em 1980, 8,8 milhões em 1991 e 17,7 milhões em 2000” (MARIANO, 2008, p. 69).

⁴ Superagui, no litoral norte do Paraná, última ilha do estado na divisa com São Paulo, tem uma comunidade de aproximadamente 800 pessoas. Há uma única igreja católica, e pelo menos mais duas de confissão pentecostal.

⁵ Freud se refere a um julgamento realizado em uma pequena cidade do estado do Tennessee. Em 1925, dois anos antes da publicação de *O futuro de uma ilusão*, o professor de ciências John Thomas Scopes foi processado por ensinar evolução. A imprensa da época tornou o caso famoso internacionalmente. A defesa do professor utilizou, dentre outros recursos discursivos, a Bíblia para seus argumentos sobre evolução e liberdade (LINDER, 2007). Desse modo, para que os argumentos da defesa alicerçados na Bíblia tivessem relevância, foi necessário demonstrar, primeiro, que o conteúdo do texto era mesmo relevante. No julgamento, o principal advogado de Scopes, Clarence Darrow, teve a oportunidade de interrogar o principal advogado da acusação, William Jennings Bryan. Segundo Linder (2007), sobre o primeiro se criticou: “*comes off as something of an anti-religious cynic*” [surge como uma espécie de cínico antirreligioso] (2007, p. 5). Já sobre o segundo, uma crítica cravou: “*sort of Fundamentalist Pope*” [algo como um Papa Fundamentalista] (2007, p. 1). O julgamento pouco teve a ver efetivamente com a infração de uma lei pelo professor, mas acabou por revelar uma diferença abissal entre os “tradicionalistas, antigos Vitorianos [e os] jovens modernistas” (2007, p. 1). Sem descartar as escrituras, Darrow fez melhor uso delas para sustentar suas teses.

Para Freud (FREUD, 2020a), a compreensão de que Deus não existe poderia seguir dois caminhos distintos. O primeiro seria impedir que tal entendimento se estabeleça, ou seja, manter as massas afastadas da intelectualidade. Isso garantiria que as proibições atribuídas a Deus permanecessem intactas. No entanto, para Freud, esse caminho seria imperfeito, pois mais cedo ou mais tarde, as massas perceberiam que o Deus proibitivo não proíbe efetivamente nada. O outro caminho seria repensar a relação entre a cultura e a religião (FREUD, 2020a).

2.3 FUNDAMENTALISMO PENTECOSTAL E MORTE

De modo teórico, as esferas da religião e das ciências humanas podem coexistir, até mesmo em termos de transdisciplinaridade, quando a teologia e a sociologia, ou a teologia e a psicanálise, por exemplo, usariam o expediente de se interferir mutuamente a partir das contribuições de cada área. Essa perspectiva, entretanto, não foi explorada por Freud (2020a) na psicanálise da religião. O autor optou por algum nível de generalidade em vez das especificidades das práticas religiosas, e dos elementos que estão em volta dessas práticas, como ritos em particular (embora mencione o catolicismo e o espiritismo). Neste trabalho, que não é transdisciplinar, mas exclusivamente psicanalítico, encontra-se um ponto de contato entre a psicanálise histórica de Viena e o fundamentalismo pentecostal.

Na conexão entre psicanálise e fundamentalismo pentecostal proposta por Adams (2010), não se trata propriamente de uma harmonia, mas de resultados diametralmente diferentes para uma mesma inquietação, qual seja a da iminência da morte. De acordo com a perspectiva freudiana, a cultura é um elemento responsável pela moderação do impulso de destruição. Na cultura, ao longo do desenvolvimento humano, encontram-se meios para inibir agressões, e assassinatos. Isso ocorre porque a cultura oferece compensações por tais restrições. São notáveis, entretanto, os indícios de que o fundamentalismo pentecostal do começo dos anos 1900, bem como o recente, buscou o afastamento da cultura. Do ponto de vista dos púlpitos pentecostais, foi comum que assistir televisão e ler jornais fossem ações proibidas (DA COSTA, 2018). Da Costa (2018) apresenta o pentecostal que chama de tradicional:

Apesar de haver pentecostalismos, o Assembleiano, fiel pertencente à maior igreja pentecostal do mundo: as Assembleias de Deus (AD), é um tipo em extinção, seria a construção de um tipo ideal Weberiano. É aquele que se afasta do mundo, no seu ascetismo intramundano. A imagem do senso comum, o crente de terno e gravata, em pleno calor do Rio de Janeiro com bíblia debaixo do braço, ou a Irmã de saias e cabelos compridos ainda existem, porém isso tem mudado. Primeiramente tal identidade significava existir fora do mundo moderno, sem vaidade, sem participar do capitalismo, sem televisão, sem participar de esportes em um semi-isolamento psico-espiritual. Essa identidade tem relação com uma memória histórica que se encontra em plena extinção. Mas é essa identidade, esse tipo ideal a que me refiro nesse trabalho, o que se denomina de pentecostalismo tradicional (DA COSTA, 2018, p. 10).

Esse perfil de pentecostal, de “assembleiano”, é apontado por Da Costa (2018) como um religioso cada vez mais raro. Um apelo missionário chega às comunidades de prática, e isso se torna uma justificativa para mudanças improváveis, como a permissão para assistir à TV. “[A missão de evangelizar] foi fundamental para a mudança da identidade fiel pois trouxe consigo a permissão para ver televisão e flexibilização das doutrinas e costumes em vestimentas” (DA COSTA, 2018, p. 18). Ainda segundo o autor, a televisão, que antes foi um símbolo do que não se deveria consumir, passa a ser uma forma prestigiada de os líderes contemporâneos alcançarem seus públicos. A liturgia religiosa chega a ser afetada pelo surgimento de um púlpito televisionado. Por se tratar de um evento televisionado, trata-se, então, de um programa de televisão – com os rigores técnicos para a conquista e a manutenção das audiências. Nesses termos, a própria liturgia dos pentecostais muda para se conformar às necessidades da comunicação de massa. Ao batismo, à imposição de mãos, à unção dos doentes, são acrescentados, por exemplo, o momento da leitura de cartas de pessoas que pedem ajuda, e uma bênção oferecida pelo apresentador a um copo d’água que é colocado pelos espectadores sobre o rádio ou a televisão.

É razoável, entretanto, descrever de que modo essas mudanças nos costumes acabam por afetar o que não é da religião, mas o que é da vida pública. Entenda-se por vida pública aquilo que é patrocinado diretamente pelo cidadão, pela retenção de parte de seus ganhos na forma de impostos diversos. Recorde-se que o patrocinador da democracia é o cidadão. Desde o depósito de fundos partidários e eleitorais, do pagamento de vencimentos a eleitos e despesas de gabinete, da manutenção de edificações, e variações desses gastos, até a realização das eleições, todo centavo é retirado do trabalho do contribuinte. Mas nenhum desses aspectos chama mais atenção do que o dispêndio em projetos enviesados pela religião – nem sempre interrompidos nas comissões de Constituição, alguns chegam a plenário.

Essa surpreendente multiplicação e diferenciação de grupos pentecostais encontra-se relacionada, segundo a literatura nacional, com a revisão da posição de apartamento da cultura e da política partidária brasileira que predominara durante grande parte do século XX. No campo da cultura, os analistas [...] identificam entre as mudanças mais significativas: a flexibilização dos usos e costumes; a adoção da Teologia da Prosperidade; a capacidade de selecionar e incorporar elementos da agenda política de movimentos sociais; e os investimentos crescentes nos meios de comunicação eletrônicos. No campo da política, vários estudos [...] salientam a aproximação dos atores religiosos com os partidos políticos; a ampliação da presença de líderes religiosos no Legislativo; e o interesse tanto pelas concessões de canais de televisão e de rádio, quanto pelas parcerias com as agências governamentais na área da ação social (MACHADO; BURITY, 2014, p. 604).

As afirmações de Machado e Burity (2014) são complementares às de Da Costa (2018), muito embora tenham sido publicadas cerca de quatro anos antes. Isso porque, para tais autores, fica saliente a aproximação dos religiosos com os partidos políticos, como forma de “revisão da posição de apartamento da cultura e da política partidária brasileira” (DA COSTA, 2018, p. 604). Ocorre, porém, que embora esses autores tenham demonstrado que havia até mesmo um de otimismo em relação à conversão dos religiosos à cultura (DA COSTA, 2018; MACHADO; BURITY, 2014), na realidade trata tão somente de um deslocamento. Isto é, se a televisão é permitida, então se pode assistir ao que é determinando pelo líder; se assistir ao noticiário é permitido, que seja especificamente o telejornal da preferência do líder; se a política é permitida, que seja somente para os casos em que o eleitor tiver optado por apoiar o candidato que o líder da congregação determinou como certo. Por essas razões, “a revisão da posição de apartamento da cultura” (DA COSTA, 2018, p. 604) fica sob suspeição. Nesse passo, ao decorrer de oito anos dessas pesquisas, a partir de 2014, chega-se a 2022 com a realidade de que os fundamentalistas pentecostais inauguraram formas mais sofisticadas de afastamento da cultura.

“Pesquisas já mostraram que certos sites evangélicos são os principais divulgadores daquilo que se convencionou chamar de *fake news*. E as pessoas repassam isso acriticamente. Isso tem gerado muitas vezes medo, porque a linguagem da religião é uma linguagem de esperança, mas também de medo. Coisas associadas ao fim do mundo, ao fim dos tempos, à perseguição, isso tem muito apelo e as pessoas repassam” (ALEIXO, 2022).

As disseminações de notícias falsas não se limitam ao ambiente digital das discussões políticas, mas também ocorrem em reuniões presenciais híbridas – híbridas no sentido de serem cultos e comícios políticos realizados simultaneamente. Durante um desses encontros, pouco antes do segundo turno das eleições presidenciais de 2022 no Brasil, na sede de uma das maiores igrejas de Belo Horizonte, a esposa de um candidato

apoiado pela congregação proferiu as seguintes palavras, em um discurso público: "É um momento muito bom, quando a gente está reunido com nossos irmãos em Cristo Jesus". Porém, a premissa é negada exatos três segundos depois, quando ela continua com: "É um momento muito difícil, irmãos. Não está sendo fácil. [...] É uma briga do bem. É uma guerra do bem contra o mal". Esse discurso não encontra, porém, resistência de seu público cativo. Uma fala desorientada, quando submetida aos critérios exigidos pelo domínio da razão, é rejeitada. Por razões a serem elaboradas no capítulo *Narcisismo das pequenas diferenças*, a participação do indivíduo na massa carece, dentre outras condições, que ele se sujeite ao rebaixamento intelectual (FREUD, 2020a). No que diz respeito ao envolvimento dos fundamentalistas pentecostais na política partidária brasileira, são explicadas agora as duas hipóteses da pesquisa.

A primeira é que o pentecostalismo se inseriu na política partidária, contudo sob a condição imposta pelas elites políticas de manter distância da cultura – dos livros “perigosos”, das notícias não favoráveis, da televisão que não seja a evangélica –, e que funcione como um repositório de conteúdos (especialmente nas pregações sobre o fim do mundo, “guerra espiritual”, bem contra o mal) que alimente um grau mínimo de medo em relação à morte (ADAMS, 2010). Nessas condições de alienação, o grupo se constitui como base eleitoral, mas sem participar efetivamente da deliberação sobre políticas públicas – o que exige, bem ao contrário do afastamento da cultura, a observação e a análise de cenários maiores que os enxergados em comunidades religiosas, porque haveria de se reconhecer a existência do outro, do diferente, do contraditório, e o debate teria de ser racional e não teológico.

A segunda é um entendimento, que não contradiz o primeiro, mas o torna secundário, de que a integração dos pentecostais na política partidária ocorre por motivos que não estão verdadeiramente sustentados na religião. Em vez disso, suas práticas são tão somente partidárias. Nesses termos, tanto quanto a liturgia pentecostal mudou para se adaptar à televisão (DA COSTA, 2018), ela também muda para se adaptar à política. Nesse entendimento, os cultos pentecostais se tornam legítimos comícios ou propagandas eleitorais, de maneira exclusiva à época das eleições, e de modo parcial ao longo do ano. Corrobora para tal entendimento que a legislação brasileira proíba a execução de músicas em comícios desde 2006, e que pastores pentecostais, em 2022, tenham se preocupado com tal proibição quando deram em seus cultos preferência ao comício em vez do culto^v. Em resumo, tem-se uma adesão à democracia que envolve disputas por visibilidade, para fins eleitorais, e composição de bancadas, para fins

legislativos. Isso confere ao pentecostalismo o mesmo papel ocupado por qualquer outro grupo político. No entanto, a investigação científica e livre associação psicanalítica não se contenta com a mera oposição dos pentecostais à cultura.

Adams (2010) analisa a relação entre fundamentalismo pentecostal e psicanálise, e, para tal, apresenta um trecho icônico da pregação de um televangelista estadunidense. John Hagee discursou que “Deus estava interessado exclusivamente em seu próprio povo”, e tal povo de Deus seria constituído exclusivamente de pentecostais. O autor apresenta, a título de introdução, uma premissa fornecida por um conhecido conservador daquele país, pastor Jerry Falwell: “o fundamentalista é um evangélico que está com raiva de algo⁶” (ADAMS, 2010, p. 26). As guerras culturais nos Estados Unidos, iniciadas no Século 20, seriam abastecidas por tal raiva. No entanto, os liberais, que são os adversários em tais guerras culturais, tendem a subestimar o grau de descontentamento que os pentecostais experimentam em relação à modernidade – um descontentamento que, por outro lado, é acolhido pelo fundamentalismo (ADAMS, 2010). Esse mesmo tipo de acolhimento é descrito por Habermas (2022) em sua análise de eventos políticos recentes.

A relação entre o pentecostalismo e a pulsão de morte é explorada por Adams (2010). Ele argumenta que o descontentamento pouco reconhecido dos pentecostais os leva a uma impaciência para que o mundo seja vingado por Deus. O autor afirma que se “a religião, conforme afirmado por Freud, é um desejo regressivo pelo pai, então os fundamentalistas são os mais religiosos dos religiosos, os mais infantis dos infantis” (ADAMS, 2010, p. 27). Após a Primeira Guerra Mundial, uma facção conservadora se consolidou a partir da Convenção Batista do Norte, cujo relatório propunha a reconciliação da fé cristã com a ciência. No entanto, essa tentativa de reconciliação não foi universalmente aceita, e houve os que se voltaram para o fundamentalismo que rejeitava a ciência. Esse movimento se desenvolveu como resposta à modernidade, e ao secularismo crescente, e suas características podem ser compreendidas sob uma perspectiva psicanalítica, que explora as emoções subjacentes, como a raiva e o medo, e que impulsionam a busca por uma crença religiosa rígida e absolutista (ADAMS, 2010). O texto proposto na convenção foi:

⁶ Tradução nossa.

“[...] propomos que uma nova palavra seja adotada para descrever os homens entre nós que insistem que os marcos não devem ser removidos. Sugerimos que aqueles que ainda se apegam aos grandes fundamentos e que pretendem travar uma batalha real pelos fundamentos sejam chamados fundamentalistas” (ADAMS, 2010, p. 28).

O que anteriormente se enquadrava como um debate teológico evoluiu para ser tratado como uma guerra cultural, quando seus “guerreiros” sentem que o destino da civilização está em jogo. Nesse contexto, surge uma “fantasia de vingança”, um conceito que Adams (2010) caracteriza como uma neurose específica do fundamentalismo. O apego à interpretação literal das escrituras serviria, então, como uma base material para os eventos da vida, o que abrange a crença na ressurreição de Cristo, e em seu pendente retorno.

Segundo Adams (2010), Freud teria se equivocado ao esperar que a razão e a experiência superassem tudo, pois a contradição inerente à religião seria demasiadamente palpável para isso. Portanto, a ideia de que o primado da razão poderia eventualmente neutralizar o incômodo bélico instalado na cultura, desde as guerras materiais até as simbólicas, não se concretizou. Em vez disso, o pentecostalismo se propagou significativamente, como fica evidenciado em seu desenvolvimento no Brasil.

A época em questão, primeira metade do Século 20, coincide com o desenvolvimento do movimento pentecostal no Brasil. Esse movimento é resultado de dissidências de igrejas protestantes, algumas com atividade missionária em território brasileiro. A dissidência acabou por se consolidar como um meio de propagação das comunidades de prática. Divergências no seio dessas comunidades são frequentemente solucionadas com a separação daqueles que estão em conflito (LÉONARD, 1951). É notável, de todo modo, para a finalidade psicanalítica, que a dissidência esteja no ato fundador das igrejas protestantes, saídas do catolicismo romano.

O reformista Lutero (2017) tinha em sua 92ª tese: “Fora, pois, com todos estes profetas que dizem ao povo de Cristo: Paz! Paz! e não há Paz”. Além da dissidência e do espírito bélico, elementos para a psicanálise, acrescenta-se o modo particular de interpretação das escrituras. Isso porque, para o catolicismo romano, a interpretação do cânone é uma responsabilidade do Magistério da Igreja. Para todos os efeitos, pelo Catecismo, há uma centralidade, e, quando é o caso, o auxílio do direito canônico para solucionar questões de ensino. Algumas teologias protestantes tradicionais foram capazes de manter suas interpretações, especialmente as que dão sustentação a suas

identidades. Presbiterianos e batistas, por exemplo, estão permanentemente diferenciados pelo que entendem ser a maneira correta de realizar batismos. Mas à medida em que as dissidências geram a fragmentação das comunidades, fragmentam-se também as interpretações do cânone – até a consequência de alguns casos exigirem, mais recentemente, a interferência do Ministério Público, pela prática de crimes financeiros, e sexuais. Nesse contexto de fragmentação, porém, a figura divina central é mantida, e tal ligação compreende tanto as comunidades pentecostais como o catolicismo. Mas outra ligação aponta para a integridade dos grupos pentecostais como um todo, relativamente à adesão à política. De acordo com Passos (2020), os pentecostais se alinham pela ideia de um estado teocrático:

Portanto, na contramão ou no subsolo dessa história ocidental sinônima de racionalização, os pentecostais têm reproduzido uma cosmovisão religiosa da realidade centrada no poder de Deus em oposição às mediações racionais modernas que desencantam as relações de causa e efeito e ponderam os discursos sobre Deus (com as diversas teologias), assim como as práticas rituais e as normas morais. Tal percepção encantada da realidade [...] vem alojada em empresas religiosas e conta com os mecanismos de uma organização burocrática decidida em utilizar-se de todos os meios de subsistência e expansão mediante a inserção direta no mercado e a participação no poder político. Essa postura constitui a pedra angular do edifício que hoje mostra suas representações e práticas teocráticas à luz do dia (PASSOS, 2020, p. 1122).

No contexto de uma abordagem psicanalítica, destaca-se um exemplo de discurso utilizado durante a campanha presidencial brasileira de 2022. Um cabo eleitoral influenciador digital publicou um vídeo com as seguintes palavras: "No dia do juízo, do juízo particular, quando você morrer, Jesus vai falar assim para você, 'escuta, por que você não fez campanha para o Bolsonaro?'".

ⁱ “Não quero te iludir, nem agora, nem em outra oportunidade – considero as ilusões nocivas e sei que o pressentimento de se tratar de ilusões estraga sua fruição. Mas também não precisa delas” (FREUD, 2021c, p. 44). O trecho é de uma carta de Freud à filha mais velha, em 26 de março de 1908, diante da “primeira vez” que Mathilde Hollittscher, sobrenome de solteira Freud, pede ajuda ao pai. Passam-se 19 anos entre a correspondência pessoal e a publicação de *O futuro de uma ilusão*. Inferimos que a palavra “ilusão”, bem como o que dela se pode experimentar no mundo da vida, teve atenção longa de Freud. Na carta, ele trata de um assunto médico.

ⁱⁱ Desde 1992, o site *Darwin Awards* concede prêmios e menções honrosas a mortes causadas pela ignorância. Em sua descrição, a página traz: “Uma tática é usar o humor e o ridículo para deslegitimar a elite totalitária. Devemos aprender a tratar os demagogos e aspirantes a ditadores em nosso meio com a arma do ridículo. Se tratado com humor, o demagogo começará a desmoronar. Uma tática recomendada por Vaclav Havel é a construção de 'estruturas paralelas' de liberdade e sanidade”.

ⁱⁱⁱ Poucos anos antes do nascimento de Freud, morria Mikhail Bakunin. No livro dele *Deus e o Estado*, há repugnância explícita contra a religião, tal qual neste trecho: “A severa lógica que me dita estas palavras é muito evidente para que eu necessite desenvolver esta argumentação. E me parece

impossível que os homens ilustres, dos quais citei os nomes tão célebres e tão justamente respeitados não tenham sido tocados e não tenham percebido a contradição na qual eles caem ao falar de Deus e da liberdade humana simultaneamente. Para que tenham passado ao longo do problema, foi preciso que tivessem pensado que esta inconsequência ou esta injustiça fosse, na prática, necessária para o próprio bem da humanidade” (BAKUNIN, 2012, p. KL 253-255). Não presumimos que Freud tenha afeição pela anarquia, ou ainda que tenha lido Bakunin, muito embora a anarquia e a psicanálise tenham em comum um certo desaforo pelo poder do mundo. O que frisamos neste ponto, e a que serve à citação, é que pouco importa, em nosso ponto de vista, o grau de elegância, ciência ou respeito – verdadeiro ou não – que se põe a criticar a religião, impõe-se automaticamente ao crítico um papel maldito. Se temos o pai autoritário em *Totem e tabu*, poder-se-ia ter no crítico da religião aquele que é o infrator do tabu, ou algo semelhante.

^{iv} A nosso entendimento, torna-se perfeitamente discernível que a religião tal como abordada por Freud desempenha o papel de corrigir as imperfeições intrínsecas à cultura. Em um período abarcando a elaboração desta dissertação, mais precisamente entre o desfecho do primeiro turno das eleições presidenciais e o decorrer do segundo turno no ano de 2022, a religião emergiu como uma figura central nas campanhas políticas. O caráter messiânico e salvífico inerente à fé cristã pentecostal, em particular, conduziu um dos candidatos a expressar “humildes desculpas” durante propagandas televisivas e plataformas digitais de redes sociais. Esse ato denota a influência direta de um código moral peculiar àquela prática religiosa, que dita a necessidade de retratar-se e pedir perdão. Nesse contexto, torna-se aparente a norma que veta o uso de linguagem profana, um aspecto que não é tolerado dentro dos preceitos desta mesma prática religiosa. Este episódio ilustra a maneira pela qual determinadas crenças religiosas exercem influência direta na esfera política e na conduta dos candidatos, moldando as estratégias de campanha e até mesmo os conteúdos de suas mensagens. Este fenômeno reflete a penetração profunda da religião no tecido político da sociedade, conferindo-lhe uma dimensão moral e normativa que se sobrepõe aos espaços estritamente religiosos, e que assume um papel de direcionamento comportamental até mesmo em contextos políticos públicos e secularizados.

^v Um desses episódios se deu em Curitiba, durante um lançamento de candidaturas de uma igreja. Tal ocasião, da preocupação dos organizadores com a legislação e sua decisão favorável a um “culto” sem música em favor da campanha eleitoral, foi presenciada por este pesquisador.

3 MAL-ESTAR

Neste capítulo, o assunto central da revisão teórica é a busca de sentido e de felicidade na vida humana, pela perspectiva freudiana. São apresentadas as principais fontes de sofrimento, e os métodos identificados por Freud para que tal sofrimento seja pelo menos diminuído. Na observação do autor, a religião fica distanciada do propósito de estimular os seres humanos a empreender seus próprios caminhos de felicidade. A constituição psíquica dos indivíduos é trazida ao debate, como forma de contornar psicanaliticamente os efeitos dos símbolos culturais nas escolhas políticas. Para a continuidade de uma abordagem psicanalítica da participação política dos fundamentalistas pentecostais no Brasil, é apresentado o líder escolhido por eles nas últimas eleições, junto a um comentário político. Os episódios Capitólio e Oito de Janeiro são trazidos para a mesma finalidade, e para ilustrar a conversão do agir político no que se classifica como psicopolítica.

Em seus parágrafos introdutórios de *O mal-estar na cultura*, Freud (2020b) explicita que o tema da religião de *O futuro de uma ilusão* não está esgotado, e que o novo texto é uma continuaçãoⁱ. Entre os dois títulos, Freud publica o comentário de uma carta recebida por ele, sob o título *Uma vivência religiosa*ⁱⁱ – um conteúdo que, segundo Ianninni e Tavares (2020d) teve pouca repercussão. Em *O mal-estar na cultura*, o autor apresenta conclusões psicanalíticas de sua observação do funcionamento da cultura, e lista i. utilização de falsos critérios, ii. admiração nos outros, e iii. ânsias para si de poder, sucesso e riqueza. A tal lista, criticamente, Freud chama de “tal julgamento genérico⁷” (“*solchen allgemeinen Urteil*”). Em seguida, menciona a grandeza de alguns homens, e que tal grandeza não está necessariamente ligada aos anseios da massa. Então, ele passa a discutir outra carta que recebeu de um amigo (FREUD, 2020b, p. 305).

Enquanto em *O futuro de uma ilusão* Freud (2014) contorna com psicanálise a prática religiosa, como demonstrado no capítulo anterior, em *O mal-estar na cultura* o autor progride sua crítica sobre a influência da cultura no indivíduo. Nesse último caso, não diferentemente do primeiro, a religião é o assunto central, uma vez que se trata de uma continuação. Freud reintroduz o assunto deste modo:

⁷ Tradução: Prof. Dr. Eduardo Ribeiro da Fonseca.

Em meu escrito *O futuro de uma ilusão*, tratou-se muito menos das fontes mais profundas do sentimento religioso e muito mais daquilo que o homem comum entende como sua religião, do sistema de doutrinas e de promessas que, por um lado, esclarecem-lhe os enigmas deste mundo com uma perfeição invejável, e, por outro, asseguram-lhe uma Providência cuidadosa que zelará por sua vida e compensará por eventuais frustrações em uma existência no além. Essa Providência o homem comum não pode imaginar senão como um pai grandiosamente elevado (FREUD, 2020b, p. 317).

Freud (2020b) aponta para a natureza infantil e desconectada da realidade da busca por um esclarecimento perfeito da vida por meio de doutrinas e promessas religiosas. “É tão flagrantemente infantil, tão estranho à realidade” (FREUD, 2020b, p. 317). Ele confronta as concepções religiosas com as concepções humanistas, e ressalta a dificuldade da visão humanista de aceitar que a grande maioria dos indivíduos nunca conseguirá superar a concepção religiosa da vida (FREUD, 2020b, p. 317).

Quanto à substituição da religião pelo primado da razão, está-se, aqui, a esposar o “ponto de vista do derrotado”. Trata-se claramente do modo como o autor arrogou que “uma grande parte das pessoas que hoje vivem, que necessariamente precisam admitir que essa religião não se sustenta, procure, entretanto, defender cada pedacinho dela em lastimáveis combates de retirada” (FREUD, 2020b, p. 317). A ideia dele sobre tal necessidade de admissão de que a religião não se sustenta encontra reverberação no debate filosófico, teológico, acadêmico. Porém, quanto a uma análise da democracia do Brasil, tal “admissão” é raríssima, ou simplesmente não é encontrada. De volta a *O mal-estar*, o Freud registra:

A vida, tal como nos é imposta, é muito difícil para nós, traz-nos muitas dores, desilusões, tarefas insolúveis. Para suportá-la, não podemos prescindir de medidas paliativas. [...] Essas medidas talvez sejam de três tipos: distrações poderosas, que nos permitem menosprezar a nossa miséria, satisfações substitutivas, que a amenizam, e substância entorpecentes, que nos tornam insensíveis a ela. Qualquer coisa dessa espécie é indispensável (FREUD, 2020b, p. 318).

Freud (2020b) oferece em seu texto uma lista de elementos que, segundo seu ponto de vista, integram um conjunto indispensável para tornar a vida um pouco menos ruim. As distrações poderosas (que incluem a atividade científica), as satisfações substitutivas (que incluem a arte), e as drogas são o resultado da observação do psicanalista. Ele, porém, escreve que “não é fácil indicar a posição da religião no interior dessa série” (FREUD, 2020b). Ato contínuo ao registro dessa dificuldade, o autor muda rapidamente o assunto para “o propósito da vida humana”.

Em Freud (2020b), sob a perspectiva do mal-estar, a recorrente questão sobre o propósito da vida humana sequer é importante. Segundo ele, a ideia dos que consideram que a perda do “propósito” faria a vida perder o valor é uma ameaça que “não muda nada” (FREUD, 2020b, p. 319). O autor traz uma comparação simplificada entre o propósito da vida humana e o da vida dos animais, para reforçar sua perspectiva de que a sobrevalorização relacionada ao propósito dos humanos observada por ele “parece ser aquela presunção [...] da qual já conhecemos tantas outras manifestações” (FREUD, 2020b, p. 319). Diante da impossibilidade de localizar a religião nas medidas paliativas, e de apresentar a questão do propósito da vida como prescindível, Freud (2020b) retorna à crítica da religião:

A religião é novamente a única a saber responder a pergunta a respeito de um propósito da vida. Dificilmente estaremos errados ao decidir que a ideia de um propósito para a vida venha diretamente do sistema religioso. [...] Por esse motivo, iremos nos voltar para a questão menos pretensiosa de saber o que os próprios seres humanos deixam reconhecer pela sua conduta como sendo o propósito e a intenção de suas vidas, o que eles exigem da vida e o que nela querem alcançar (FREUD, 2020b, p. 320).

Quanto ao que os humanos esperam, Freud (2020b) destaca a felicidade, para a qual duas metas são determinadas. A primeira é a de evitar o desprazer, e a segunda é a experiência de intensos sentimentos de prazer. Para o autor, uma dessas metas pode ser perseguida de modo predominante, a depender dos objetivos do indivíduo, ou até mesmo exclusivamente. Com isso, o autor conclui que o “propósito” da vida é determinado “simplesmente” pelo princípio do prazer. Ocorre, porém, que tal princípio está em conflito “com o mundo inteiro, tanto com o macrocosmo quanto com o microcosmo. Ele é absolutamente irrealizável” (FREUD, 2020b, p. 320).

As dificuldades quanto ao alcance da felicidade por meio das metas propostas por Freud são tantas que o autor crava: “a intenção de que o ser humano seja ‘feliz’ não está no plano da ‘Criação’” (FREUD, 2020b, p. 320). A felicidade procurada viria da repentina satisfação de necessidades “altamente represadas”, o que seria possível apenas de maneira episódica. A continuidade de um prazer almejado tornaria tal prazer morno. Portanto, se por um lado haveria dificuldades para se experimentar a felicidade, por outro lado a infelicidade sempre encontraria condições mais propícias (FREUD, 2020b). De acordo com Freud:

O sofrimento ameaça a partir de três lados: do próprio corpo, que, destinado à decadência e à dissolução, não pode nem mesmo prescindir da dor e do medo como sinais de alarme; do mundo exterior, que pode voltar sua raiva contra nós com suas forças descomunais, implacáveis e destrutivas; e, finalmente, das relações com outros seres humanos (FREUD, 2020b, p. 321).

Em Freud (2020b), o sofrimento que provém do outro é sentido de maneira mais dolorosa que qualquer outro. O aspecto de uma infelicidade encontrada na relação com “outros seres humanos” é caro a um exame psicanalítico da democracia, uma vez que a democracia tem por condição a deliberação. Logo, o outro existe. Sem que o “outro” exista não existe, por consequência, democracia. Pode-se inferir, nesses termos, que, pelo viés psicanalítico, a prerrogativa democrática seja uma facilitadora da infelicidade.

A partir desse conjunto de metas e de riscos de infelicidade, os seres humanos acabam por moderar a própria exigência de felicidade, de modo que o princípio do prazer se converte, ainda que moderadamente, no que Freud (2020b) denomina princípio de realidade. O isolamento social, e o objetivo comum de utilizar a ciência para dobrar a natureza à vontade dos humanos são apresentadas como saídas para contornar o sofrimento. Por sua vez, o uso de entorpecentes tem destaque no texto freudiano, ainda que com as ressalvas de que, em certas circunstâncias, a aproximação com drogas seja desperdício de quantidades grandes de energia que “poderiam ser utilizadas para o melhoramento da sorte humana” (FREUD, 2020b, p. 323).

A complexa constituição do aparelho anímico permite uma série de influências diversas. Enquanto a satisfação pulsional conduz para a felicidade, ela também é a causa do sofrimento quando o mundo exterior não se presta a satisfazer as necessidades do indivíduo. Em uma ação na direção das pulsões, para dirimir o próprio sofrimento, o ser humano procura controlar as fontes internas de suas necessidades. Isso ocorre de modo extremo quando há a mortificação das pulsões. Freud (2020b) faz menção à prática da ioga como exemplo dessa alternativa extrema. Nesse sentido, não há, de todo modo, a aniquilação do propósito de satisfação pulsional, mas o alcance de um certo grau de proteção contra o sofrimento. Por consequência dessa inibição, há a “inegável redução das possibilidades de gozo” (FREUD, 2020b, p. 324), porque a satisfação de uma pulsão não domada é mais intensa do que a de uma submetida ao escrúpulo (FREUD, 2020b).

O sentimento de felicidade na satisfação de uma moção pulsional selvagem não domada pelo Eu é incomparavelmente mais intenso do que a saciação de uma pulsão domada. A irresistibilidade a impulsos perversos, talvez a atração daquilo que é proibido em geral, encontra aqui uma explicação econômica (FREUD, 2020b, p. 324).

Outra maneira de impedir o sofrimento é pelo deslocamento da libido na direção da permissão para sua realização apesar do mundo exterior. Nesse caso, a sublimação das pulsões é um auxílio. “Estaremos obtendo o máximo se soubermos elevar suficientemente o ganho de prazer que provém das fontes de trabalho psíquico e intelectual” (FREUD, 2020b, p. 325). Tanto a relação do artista com sua obra como a relação do cientista com seu resultado possuem a característica de não afetar a corporeidade: “elas nos parecem ‘mais refinadas e mais elevadas’, mas sua intensidade é abafada, quando comparadas com a saciação de moções pulsionais grosseiras e primárias” (FREUD, 2020b, p. 325). Para o autor, o fato de esse mecanismo não ser universal não configura exatamente um problema. O problema é de outra ordem – a escassez das “predisposições especiais e aptidões”, que não estão disponíveis em proporção eficaz (FREUD, 2020b, p. 325). Além disso, esse deslocamento da libido não oferece, especialmente, proteção contra o sofrimento causado pelo corpo.

Freud (2014) reforça que o distanciamento do mundo exterior fica claro como método empregado para a diminuição do sofrimento, mas que esse traço fica ainda mais forte quando o ser humano se presta à satisfação obtida por meio de fantasias. Isto é, aquilo que não foi dispensado diante do desenvolvimento do senso de realidade, e que é de difícil gozo, pode, por meio da fantasia, encontrar realização. Nesse passo, o autor menciona o prazer obtido pelo consumo de obras de arte, ainda que essas não tenham sido necessariamente criadas pelo indivíduo que as goza. Ainda que essa vivência provoque uma “suave narcose”, ela não pode mais do que “produzir uma libertação passageira das necessidades da vida” (FREUD, 2014, p. 327). Ela não seria forte o suficiente para fazer esquecer a miséria real. Pela ordem escolhida por Freud (2020b) para sua argumentação em *O mal-estar na cultura*, essa questão do gozo obtido pelo que o outro criou é o último item antes que ele apresente o comportamento delirante, e então a semelhança desse comportamento com a prática religiosa.

Na análise da democracia, a apropriação da arte, daquela criada pelo outro para a saciação do próprio desejo, pode ser observada no arrebatamento causado pelos discursos políticos.

Cita-se, também, o estilo arquitetônico da política, que se apresenta pela edificação de cúpulas, tal qual o Capitólio, na capital dos Estados Unidos. Inicialmente, esse estilo estava relacionado a templos religiosos (WUCHERER, 1974). Na democracia contemporânea do Brasil, fachadas de condomínios, de residências, e de empresas estampam a preferência política de seus proprietários, ainda que em formas menos exuberantes como a de uma cúpula. As frentes dos imóveis, as que podem ser vistas por quem passa pela rua, ou as que têm a restrição do acesso por portarias, servem como prolongamento do discurso político.

Ainda como tensionamento da proposta de Freud (2020b), outra expressão artística do discurso político se apresenta pela moda do líder e de seus liderados, em sendo moda um resultado da interação entre comportamento e indumentária. O que os nazistas vestiam era de interesse de sua comunicação política, por exemplo. Durante a Segunda Guerra, a marca Hugo Boss foi responsável pela confecção de uniformes para o Partido Nazista (MARCHESAN, 2017).

Um dos retratos emblemáticos do mandato presidencial de Jair Messias Bolsonaro foi tirado em fevereiro de 2019, quando o político recebeu nomes importantes da economia de seu governo para discutir uma reforma previdenciária. Na ocasião, no Palácio do Alvorada, o presidente vestiu roupas indiscretamente inferiores. O lanche servido foi água com bolacha salgada. De modo semelhante à colocação de uma bandeira na fachada, no sentido de reforçar um comportamento de grupo, a roupa escolhida e a comida servida são tão marcantes que dificilmente passariam despercebidas. Não foi a única vez que Bolsonaro utilizou recursos culturais para propagar suas ideias. Ele também apareceu comendo pão com leite condensado, e farofa. Esses elementos contornam a ideia freudiana de que a arquitetura e a moda no discurso político poderiam servir de alívio aos membros daquele repertório cultural.

Em 1851, Marx (2011) iniciou a redação de um artigo político por encomenda de uma revista. Ao longo de dois meses, ele completou o trabalho que, devido ao seu volume, acabou por ser expandido e transformado em um livro. O foco desse trabalho era a política francesa durante o governo de Napoleão III. O sobrinho de Napoleão foi eleito presidente e, posteriormente, autoproclamou-se imperador. Durante o seu governo, ele orquestrou atividades culturais com o objetivo de evocar a memória dos tempos gloriosos da França, especialmente dirigidas aos camponeses reacionários, na perspectiva dele. Para atingir tal intento, Napoleão

III recorria a representações culturais simuladas, visando recriar cenários vivenciados décadas atrás (MARX, 2011).

Esse Bonaparte se constitui como chefe do *lumpemproletariado*, porque é nele que identifica maciçamente os interesses que persegue pessoalmente, reconhecendo, nessa escória, nesse dejetos, nesse refugio de todas as classes, a única classe na qual pode se apoiar incondicionalmente; esse é o verdadeiro Bonaparte, o Bonaparte *sans phrase* [sem retoques]. Como velho e esperto *roué*, ele concebe a existência histórica dos povos e as suas grandes ações oficiais como comédia no sentido mais ordinário possível, como uma mascarada em que os belos figurinos, as palavras e os gestos grandiloquentes apenas servem para encobrir a mais reles safadeza (MARX, 2011, p. 91).

Na democracia contemporânea do Brasil, a intenção política por trás do uso das bandeiras do Brasil, do Hino Nacional, e da manipulação das memórias relacionadas a um governo militar do passado pode ser observada tanto psicanaliticamente, quanto ao consumo de ideias que amenizam o sofrimento, como politicamente, quanto ao desejo de regresso incentivado pelo líder.

A tática de criar uma "impressão artificial de cultura" é adotada como um meio de associar diversos elementos – símbolos, músicas, comportamentos, dentre outros – a um sentimento nostálgico e indignado que, em contraste com o prestígio ancestral da República e o poder militar do passado, reforça a percepção de declínio moral. Isso operacionaliza um "nós contra eles". Ao se identificarem como os que verdadeiramente amam o Brasil, os adeptos dessa perspectiva legitimam sua luta contra o que eles categorizam como "comunismo", ainda que essa legitimidade seja restrita àqueles que dela necessitam. Esse fenômeno impulsiona tanto a discussão política quanto a ação política de maneira abrangente.

Outra medida apresentada por Freud (2020b) diz respeito à “enérgica” e “profunda” decisão de rompimento com a realidade (FREUD, 2020b, p. 327), embora o resultado seja, para o autor, o mesmo que nada, no sentido de que não pode trazer a proteção e a felicidade almejadas. O indivíduo que decide por esse caminho cria para si um mundo à parte, no qual o que o aborrece na realidade não está presente. Ele tem, porém, dificuldade de encontrar pares que realizem o delírio dele. É nesse passo que Freud divide sua percepção de que o espírito do eremita é comum: “diremos que cada um de nós se porta, em algum ponto, de maneira semelhante ao paranoico, que corrige, através de uma formação de desejo, um aspecto do mundo intolerável para ele e inscreve esse delírio na realidade” (FREUD, 2020b, p. 327).

A religião é apontada por Freud (2020b) como um delírio de massa – por sua característica delirante, não pode ser reconhecido como tal por aqueles que dele participam. “Podemos caracterizar também as religiões da humanidade como um delírio de massa dessa ordem. É evidente que o delírio jamais é reconhecido por aquele que ainda o está compartilhando” (FREUD, 2020b, p. 328). Reforça-se que o autor descreve ações que identificou como medidas de proteção contra o sofrimento. Ou seja, na perspectiva freudiana, do ponto de vista do indivíduo humano, a adesão a uma desconexão com a realidade, de modo que se permite participar de um delírio, tem a motivação de proteção.

Outra medida para evitar o sofrimento é o “amor como centro”, com destaque para uma das manifestações do amor, qual seja a “sensação de prazer arrebatadora” presente nas relações sexuais. Nesse caso, não diferentemente dos anteriores, também é buscado um distanciamento do mundo tal qual ele é. Porém, não é pelo evitar do mundo que ele se pratica. Pelo contrário, o método é um apegar-se fortemente à realidade, ao objeto de amor escolhido, e dele extrair o prazer que for possível. Nem mesmo há satisfação na meta, mas há no anseio passional originário. Busca-se uma “realização positiva de felicidade” (FREUD, 2020b, p. 328). Para o autor, a fraqueza desse método está na possibilidade de uma ausência desse amor: “nunca estamos tão desprotegidos contra o sofrimento do que quando amamos, nunca mais desamparadamente infelizes do que quando perdemos o objeto amado ou o seu amor” (FREUD, 2020b, p. 329). A relação com a “beleza” e o “encanto” do mundo “são, originariamente, propriedades do objeto sexual” (FREUD, 2020b, p. 330).

Neste ponto, Freud (2020b) apresenta um resultado preliminar da investigação acerca do mal-estar na cultura: a constatação de que o “ser feliz” imposto pelo princípio de prazer não pode ser realizado, não de forma completa ou perene.

O programa que o princípio de prazer nos impõe, de ser feliz, não pode ser realizado; ainda assim, não temos o direito – não, não podemos – de abandonar os esforços para, de alguma forma, aproximarmo-nos de sua realização (FREUD, 2020b, p. 330).

A felicidade é uma questão de economia libidinal, na direção do ganho de prazer ou do evitar o desprazer. Em sendo a questão dessa natureza, não há, segundo Freud (2020b), um conselho quanto à busca da felicidade que sirva para todas as pessoas. A economia libidinal leva em conta a quantidade de satisfação real que o indivíduo espera do mundo exterior, bem como o quanto age para se livrar dele. Além

disso, entra nessa conta a força que o indivíduo acredita ter para mudar as circunstâncias do mundo exterior de acordo com o que quer. Esses elementos dependem das questões ambientais, externas, e a constituição psíquica do indivíduo é decisiva. O ser humano cuja preferência é erótica buscará por relações afetivas com outras pessoas; o que é mais narcísico procurará pelo prazer dentro de si mesmo, em seus processos anímicos; e o “homem de ação” não desistirá do mundo exterior, e o usará para testar sua força (FREUD, 2020b, p. 330).

As decisões extremas, em termos de escolha do método pelo qual se busca a felicidade pelo evitar do sofrimento, são punidas com a exposição daqueles que as tomaram à insuficiência de uma técnica de vida exclusiva. Freud (2020b) menciona o simplíssimo caso do prudente comerciante que não investe todo seu dinheiro em um único negócio, como metáfora sobre as escolhas de vida. Freud traz ainda:

Aquele que traz uma constituição pulsional particularmente desfavorável e não tiver passado, de acordo com as regras, pela reconfiguração e pelo reordenamento dos componentes de sua libido, indispensáveis para uma atividade posterior, terá dificuldades em obter felicidade a partir de sua situação exterior, sobretudo quando for colocado diante de tarefas mais difíceis. Como última técnica de vida, que ao menos lhe promete satisfações substitutivas, é-lhe oferecida a fuga para a doença neurótica, fuga, na maioria das vezes, já consumada na juventude. Aquele que então, em um período posterior de sua vida, vê fracassarem os seus esforços pela felicidade ainda encontra consolo no ganho de prazer da intoxicação crônica, ou empreende a tentativa desesperada de rebelião da psicose (FREUD, 2020b, p. 331).

Haja vista que anteriormente Freud (2020b) argumenta que todos os seres humanos possuem algum grau de delírio, pode-se inferir que esses mesmos seres também compartilham certo grau de fracasso na busca pela felicidade, em diferentes graus de debilidade. Desse modo, o autor retoma o papel da religião no conjunto dos métodos de proteção. Para ele, “a religião prejudica esse jogo de escolha e adaptação, na medida em que impõe a todos, de igual maneira, o seu caminho para a obtenção da felicidade e para a proteção contra o sofrimento” (FREUD, 2020b, p. 332). Freud (2020b) argumenta que a técnica da religião é rebaixar o valor da vida e desfigurar o mundo real de modo delirante. O pressuposto de tal religião é, para o autor, a intimidação da inteligência. Por meio da fixação violenta de um infantilismo psíquico, e da inserção do indivíduo em um delírio coletivo, a religião é, como método contra o sofrimento, capaz de livrar seus crentes de neuroses individuais (FREUD, 2020b).

3.1 ESTRUTURAS PSÍQUICAS SIMULTÂNEAS

Para Freud (2020b), como já mencionado anteriormente, três são as fontes do sofrimento: o poder superior da natureza, a fragilidade do corpo, e a “inadequação” dos dispositivos que regulam as relações dos seres humanos entre si na família, no Estado, e na sociedade. Esse último ponto é de interesse para a investigação relacionada à democracia. Para o autor:

De maneira diferente nos conduzimos em relação à terceira fonte, a social. Esta, não queremos absolutamente admitir, não conseguimos compreender por que os dispositivos criados por nós mesmos não deveriam ser sobretudo uma proteção e um benefício para nós todos (FREUD, 2020b, p. 333).

Freud (2020b) apresenta a suspeita de que o grau de insucesso obtido na prevenção da parcela de sofrimento causada pelas relações sociais pode estar ligado à constituição psíquica dos indivíduos. Nesse caso “surpreendente”, essa parte do sofrimento dos seres humanos é causada pela cultura, essa que, de maneira paradoxal, foi criada para a proteção contra o sofrimento. Uma “insatisfação profunda e de longa duração com o estado cultural vigente”, junto à história, leva à postura de hostilidade em relação à cultura (FREUD, 2020b, p. 333–334).

No dia 6 de janeiro de 2021, uma multidão depredou um edifício-símbolo da democracia dos Estados Unidos, o Capitólio. A formação daquela massa se deu por pessoas que não reconheciam o resultado de uma eleição, e, a eles faltou, parcial ou completamente, a adesão racional à cultura quanto ao pacto de não violência. De acordo com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (2023), como resultado da depredação, mais de 950 pessoas foram presas, em quase todos os 50 estados daquele país. Pelo menos 284 foram acusadas de agredir, resistir, ou obstruir oficiais ou funcionários. Dentre elas, 99 usaram arma letal ou causaram lesões graves a um oficial. Aproximadamente 140 policiais foram agredidos. Foram 860 as acusadas de entrar ou permanecer em área federal restrita. Mais de 295 réus foram acusados de obstruir, influenciar, ou atrapalhar de forma corrupta um processo oficial, ou de tentar fazê-lo. E 50 réus foram acusados de conspiração.

Dois anos e dois dias depois, em 8 de janeiro de 2023, as sedes dos Três Poderes, capital do Brasil, Brasília, foram palco de uma perturbação semelhante. Tal semelhança se contorna pela repetição de um modo de fazer política que começou com a escolha de líderes políticos hábeis em “liberar os *animal spirits*, as pulsões mais secretas e violentas

do público” (EMPOLI, 2020, p. 164), e passa pelo desprezo por pessoas e monumentos que representam as imposições culturais do Estado. No Brasil, pelo menos 1.420 pessoas foram presas em flagrante, ou durante operações da Polícia Federal. A Procuradoria-Geral da República denunciou 653 pessoas ao Supremo Tribunal Federal no mês seguinte aos ataques (ROCHA; SERAPIÃO, 2023), e o número cresceu nos meses seguintes. Mais uma característica semelhante das políticas dos Estados Unidos e Brasil é a contraofensiva do Estado em relação àqueles líderes políticos, por meio de investigações policiais, e processos eleitorais, e criminais.

As duas insurreições, Capitólio e Brasília, são observadas com mais rigor, para a finalidade da pesquisa, mas há outras de igual ou superior importância. Dentre as relutâncias da massa contra o estabelecimento de um mapa cultural comum, algumas têm resultados mais letais, como os levantes ultranacionalistas. O culto ao nacional tem a atenção da psicanálise pelo menos desde que Freud (2020e) e o físico Albert Einstein trocaram cartas em 1933, a convite da Liga das Nações (uma espécie de proto-ONU), e apontaram o nacionalismo como a origem da guerra. Além disso, as manifestações da massa contra a cultura são observadas em múltiplos contextos em todo o mundo, mesmo em países com fortes restrições a esse tipo de protesto.

Os eventos de depredação do Capitólio, e das sedes dos Três Poderes podem ser considerados desdobramento contemporâneo da hostilidade à cultura mencionada por Freud? Na perspectiva de Habermas (2022), há uma argumentação que favorece a resposta sim. O autor escreveu uma atualização sobre seu estudo da esfera pública, e colocou o incidente nos Estados Unidos, e a relação dos insurgentes com seu líder, o então presidente daquele país, em destaque:

“Mas isso está em desacordo com a realidade”, pode-se objetar, mesmo agora nas democracias anglo-saxônicas mais antigas. A aprovação que o assalto ao Capitólio encontrou entre os eleitores de Trump provavelmente também deve ser entendida como a resposta emotiva de eleitores que, por décadas, sentiram a falta de um senso de que seus interesses ignorados são levados a sério pelo sistema político de maneiras concretas e discerníveis. A dinâmica de regressão política na qual quase todas as democracias ocidentais têm sido envolvidas desde o início do milênio pode ser medida pelo declínio, e em alguns países quase o desaparecimento, desse poder racionalizador dos debates públicos. Por outro lado, essa dependência da capacidade de resolução de problemas de uma democracia no fluxo da política deliberativa destaca o papel central da esfera pública política (HABERMAS, 2022, p. 152)⁸.

⁸ Tradução nossa.

É no caminho da motivação anímica, emocional, contra a cultura, que Freud (2020b) e Habermas (2022) encontram-se, dentre outras conexões desses autores registradas em seus trabalhos. De todo modo, atenta-se para a convergência da psicanálise do primeiro e da filosofia do segundo, no sentido de reconhecer a interferência dos processos anímicos na constituição do agir político. Na abordagem de Habermas (2022) sobre o Capitólio, a gênese da destruição se deu porque a massa não teve de seus líderes o reconhecimento de suas necessidades. No Brasil, some-se a percepção de que não somente os políticos são corruptos como também podem ser um risco à liberdade. Três meses depois da derrocada eleitoral de Bolsonaro, quase metade dos brasileiros acreditava que o novo presidente era uma “ameaça comunista” (NOGUEIRA, 2023).

Quando as massas se organizam contra um modo de organização política amplamente admitido pela maioria culturalizada, evidencia-se o enunciado freudiano de que a cultura é causadora de sofrimento, em oposição ao propósito do desenvolvimento da cultura, o de mediar as relações sociais e reduzir os danos que invariavelmente são causados por essas relações. Tal sofrimento pode ser o impulso para a atitude de destruição contra o causador do sofrimento, o Estado, no caso analisado, ou ainda, pelas consequências sociais e jurídicas dessa atitude, um modo de reforçar em si mesmo o próprio sofrimento, confirmando-o (FREUD, 2021a).

Quando a sociedade e a comunidade têm de lidar com o fato de que uma parte de seus membros não está disposta às renúncias pulsionais requeridas, evidencia-se outra situação contraditória, no que se refere ao indivíduo que deu vazão à violência contra o grupo, logo, contra a cultura, ser ele mesmo agora protegido pela cultura que pretendeu abolir. Isto é, os que ousaram contra a democracia, na forma de deslegitimação do resultado de eleições, são agora protegidos por ela. Sob a custódia do Estado, estão guardados, pelo menos em certa medida, dos impulsos agressivos contra eles mesmos, e de serem agredidos pelos membros da comunidade. Do ponto de vista psicanalítico, compara-se ao comportamento dos primitivos que infringiram tabus. “Também sabemos que quem infringiu um tabu ao tocar em algo que é tabu torna-se ele próprio tabu e ninguém pode entrar em contato com ele” (FREUD, 2012a, p. 55). Em outra ocasião, Habermas (2018) situa a individualização na sociedade:

As pessoas, e também as pessoas de direito, somente se individualizam pela socialização. Sob essa premissa, uma teoria dos direitos entendida de modo correto exige precisamente uma política de reconhecimento que também proteja a integridade do indivíduo nos contextos de vida que formam sua identidade. Para isso não é necessário um modelo contrário que corrija o recorte individualista do sistema de direitos sob outros pontos de vista normativos, mas tão somente a sua realização consequente que, contudo, seria mal encaminhada sem os movimentos sociais e sem as lutas políticas (HABERMAS, 2018, p. 349).

Para Habermas (2018), uma correta compreensão da teoria do direito leva a uma política de reconhecimento que torna possível a integridade do indivíduo, que considera os contextos pelos quais se dá a formação da identidade desse indivíduo. Segundo Freud (2020b), a cultura se opõe ao indivíduo – mais precisamente, a religião impõe a ele um caminho pré-estabelecido para que persiga a própria felicidade, que se limita a um conjunto de devoções e promessas. Tal proposta é um convite distribuído indistintamente, ou seja, a todos de igual modo, sem diferenciação. Por essas razões teóricas, a religião de Freud e a política que reconhece o indivíduo de Habermas são concorrentes quando praticadas simultaneamente. Isto é, são de naturezas opostas quanto ao que se pode esperar do indivíduo. Sob esta perspectiva teórica comparativa, explicita-se o grau de dificuldade de compatibilizar a prática religiosa freudiana e o governo da razão habermasiano.

Em *O mal-estar na cultura*, Freud (2020b) apresenta a “vitória do cristianismo sobre as religiões pagãs”, e o incômodo que as viagens de descobrimento causaram em seus emissários, como fatos relacionados ao descontentamento com a cultura. No caso das viagens, os povos alcançados tinham um sistema mais simples de vida, e mais feliz, pelo que foram identificados como participantes de uma cultura menor, em vez de terem, na realidade, a simples ausência de elaboradas exigências culturais. Eles eram capazes de obter da generosidade da natureza, e da comodidade ofertada por ela, a satisfação de suas necessidades.

Freud (2020b) então encaminha o mecanismo das neuroses como disposição contra a cultura. Para ele, o ser humano se torna neurótico quando não consegue tolerar a quantidade de proibições impostas a ele em nome de um ideal cultural. O autor escreve que “disso foi concluído que se essas exigências fossem abolidas ou reduzidas [...] isso significaria um retorno às possibilidades de felicidade” (FREUD, 2020b, p. 334). Os avanços da cultura não são desprezados, mas têm em Freud (2020b) um destino psicanalítico com este valor:

Há mais um fator de decepção a ser acrescentado aqui. Nas últimas gerações os seres humanos fizeram progressos extraordinários nas ciências naturais e em sua aplicação técnica, fortalecendo o seu domínio sobre a natureza de uma maneira antes inimaginável. Os detalhes desses avanços são de conhecimento geral, sendo desnecessário enumerá-los. Os humanos orgulham-se dessas conquistas e têm direito a isso. Mas eles acreditam ter percebido que essa possibilidade recém-adquirida de usufruir do espaço e do tempo, essa subjugação das forças da natureza, a realização de um anseio milenar não elevou a quantidade de satisfação prazerosa que eles esperavam da vida e não nos tornou, segundo suas sensações, mais felizes (FREUD, 2020b, p. 335).

Freud (2020b) anuncia que escreve a partir da “voz da crítica pessimista”, e considera que uma série de progressos científicos que beneficiaram o ser humano, como a redução da mortalidade infantil e dos perigos de infecção das mulheres parturientes, “segue o modelo daquele ‘prazer barato’, anunciado em certa anedota” (FREUD, 2020b, p. 334). Ele compara o prazer obtido por meio da cultura com o simples gesto de esticar a perna fora da coberta para depois recolhê-la em uma noite fria. Então pergunta: “e, enfim, de que nos serve uma vida longa se ela é lamentável, pobre em alegrias e tão carregada de sofrimento que só podemos saudar a morte como redentora?” (FREUD, 2020b, p. 336).

O autor anota o grau de dificuldade de se formar um julgamento quanto a se antes da cultura havia mais ou menos felicidade. E teoriza: “sempre teremos a tendência de aprender a miséria objetivamente” (FREUD, 2020b, p. 336). Ao procurar por um julgamento objetivo sobre a quantidade de felicidade que o indivíduo do passado tinha quando havia sobre ele uma carga menor de exigências culturais, aquele que julga transporta a própria constituição anímica para o julgamento, em detrimento da constituição original do ser que está sendo observado. “Mas a felicidade é algo inteiramente subjetivo” (FREUD, 2020b, p. 336). “Com horror”, Freud (2020b) lista situações limite, como a de escravizados, a dos que foram submetidos à guerra, ou perseguidos pela Santa Inquisição, ou ainda a dos judeus que esperavam pelo *pogrom*, como submetidas à dificuldade de julgamento sobre a felicidade (FREUD, 2020b).

Ele acrescenta, entretanto, agravantes para a realização do julgamento, isto é, as “maneiras mais grosseiras e mais refinadas de narcotização” (FREUD, 2020b, p. 337) a que os indivíduos observados poderiam estar submetidos. Pode-se considerar, nesse contexto, uma pesquisa realizada com 430 brasileiros que buscaram por atendimento primário de saúde no país. Desses, 25,8% consumiam algum tipo de medicação psicotrópica. Os menos escolarizados, os casados, e os trabalhadores informais tiveram destaque naquele grupo (BORGES et al., 2015). Além disso, os

próprios discursos políticos podem ter efeitos narcotizantes, no que é chamado “efeito calmante” (CAVALCANTE; FERREIRA, 2008).

Os primeiros atos culturais foram a utilização de ferramentas, o controle do fogo, e a construção de habitações. Freud (2020b) considera esses elementos a partir de uma observação que considera “longe o bastante”. Quanto às ferramentas, elas são úteis como prolongamentos da força humana, quando possibilitam que, por meio de navios, as águas sejam navegáveis, de aviões, que o ar seja um caminho para a locomoção, do telefone, pelo qual se pode ouvir a voz de alguém distante. Essa subjugação das dificuldades do corpo deu ao homem uma representação ideal de onisciência que foi encarnada em seus deuses. “Portanto, podemos dizer que esses deuses eram ideais culturais” (FREUD, 2020b, p. 339).

Na busca pelo ideal de deus, o homem se tornou muito próximo de ser ele mesmo um deus, pela habilidade de criar ferramentas como “órgãos auxiliares” (FREUD, 2020b, p. 340). Freud (2020b) afirma que os progressos culturais não estavam limitados à década de 1930, ano do lançamento de seu livro, e que “tempos distantes irão trazer consigo novos avanços, provavelmente inimagináveis” (FREUD, 2020b, p. 340). Um século depois, pode-se evocar a tecnologia de telas com a função tocarⁱⁱⁱ como exemplo paradigmático dos avanços profetizados por Freud.

No autor (2020b), as conquistas culturais são descritas pela perspectiva de suas utilidades materiais, como no caso do controle de inundações, o tratamento do solo para a agricultura, a mineração como fonte de substância para produção de novas ferramentas, a abundância e a velocidade dos “meios de transporte”, ou ainda o extermínio de animais perigosos. Freud (2020b) trata dos efeitos anímicos das tecnologias sobre o indivíduo, quando menciona a saudade que se pode aplacar com um telefonema, ou com a memória do útero materno resultante da construção de uma casa, dentre outras menções rarefeitas.

No caso das novas tecnologias, o progresso científico que possibilitou as telas sensíveis ao toque é uma combinação de materiais, ondas elétricas, e acústicas, entretanto a física e a química dessa ferramenta servem de suporte para uma utilidade psicológica. A popularização dessa tecnologia, dentre outras, como os óculos para a experiência de realidade virtual, marca um grau diferente de interferência das tecnologias da cultura sobre o indivíduo, uma vez que agora há conexão intrínseca de tais tecnologias com a psiquê individual (PELLANDA; DEMOLY, 2014).

Esse aspecto emocional do uso das tecnologias é elemento fundamental a ser acrescentado à psicanálise da democracia quando, além do que há de cibernético nas ferramentas, na extensão do corpo, há ainda a conexão de tais ferramentas com a internet. Isto é, a ferramenta usada pelo indivíduo, que na argumentação freudiana (2020b) funcionava como um prolongamento de músculos na forma de um motor, por exemplo, pode também, contemporaneamente, ser considerada um prolongamento da psiquê, dadas as condições de uso das novas tecnologias demandarem exaustiva atividade psíquica. Não é apropriado, porém, considerar que ferramentas mais primitivas não tenham sido precursoras de tal exigência psíquica, como cartas, imprensa, ou o telégrafo.

3.2 VIOLÊNCIA E PSICOPOLÍTICA

Os “signos de limpeza e ordem” são apresentados por Freud (2020b) como reivindicações da cultura, bem como um culto à beleza inútil. Isto é, a beleza, na perspectiva de *O mal-estar na cultura* não tem serventia que não seja o benefício daquele que dela pode extrair alguma satisfação. “Logo percebemos que o inútil, que esperamos que seja apreciado pela cultura, é a beleza” (FREUD, 2020b, p. 341). Já no caso da ordem, o autor argumenta que o funcionamento natural do universo, mais especificamente da ordenada dinâmica dos astros, quando aplicado à vida pessoal “preserva as [...] forças psíquicas” dos seres humanos (FREUD, 2020b, p. 342). Paradoxalmente, o ser humano dá “mostras de uma inclinação natural para a negligência, a irregularidade e a falta de confiabilidade em relação a seu trabalho” (FREUD, 2020b, p. 242).

O último traço da cultura trazido por Freud (2020b) diz respeito à estruturação dos seres humanos entre si. Os papéis de vizinho, de força auxiliar, de objeto sexual para o outro, e de membro da família são exemplos. Além dessas, há também a relação com o Estado. Para o autor, o elemento cultural passa a existir a partir de uma tentativa de regular essas relações sociais. Sem o desenvolvimento da cultura, “essas relações ficariam submetidas à arbitrariedade do indivíduo, isto é, o mais forte fisicamente as decidiria no sentido de seus interesses e moções pulsionais” (FREUD, 2020b, p. 344). O poder da comunidade faz oposição ao poder do indivíduo como “direito”. Para tanto, os membros dessa comunidade devem limitar suas possibilidades de satisfação – o que é algo totalmente novo para o indivíduo que antes não conhecia uma barreira como essa.

É quando se observa a exigência cultural da justiça, pela qual, a partir do surgimento da ordem do direito, a ordem não é infringida em favor do indivíduo (FREUD, 2020b).

Na visão freudiana (2020b), outro desdobramento do desenvolvimento cultural é no sentido de que o direito é expressão tão somente de um indivíduo, como também é de grupos menores (“casta, camada da população, tribo”). Nesse sentido, o direito serve para impedir que tais grupos menores se comportem tal qual um indivíduo violento. O “resultado final” desse direito é que todos os que são capazes de viver em comunidade contribuam com seus “sacrifícios pulsionais, e que não deixe ninguém [...] tornar-se vítima da violência” (FREUD, 2020b, p. 345). Neste ponto, a perspectiva freudiana sobre a coerção da cultura sobre o indivíduo, no sentido de coibir a violência brutal, coincide com uma das definições clássicas de democracia. A democracia, justamente, tem por característica manter viva a pergunta de como é possível transitar entre governos sem que haja derramamento de sangue (POPPER, 2019).

De toda sorte, o comportamento violento dos seres humanos mudou com o passar dos anos, com o que Elias (2011) chama de “processo civilizador”. O autor faz uma distinção entre *Zivilisation* e *Kultur*, conceitos que modificam a interpretação do mal-estar freudiano. Isso porque são visões de mundo diferentes, não raramente opostas. Tais palavras “são inteiramente claras no emprego interno da sociedade a que pertencem. Mas a forma pela qual uma parte do mundo está ligada a elas [...] torna difícil defini-las para um estranho” (ELIAS, 2011, p. 24). Ele oferece uma explicação:

O conceito francês e inglês de civilização pode se referir a fatos políticos ou econômicos, religiosos ou técnicos, morais ou sociais. O conceito alemão de *Kultur* alude basicamente a fatos intelectuais, artísticos e religiosos e apresenta a tendência de traçar uma nítida linha divisória entre fatos deste tipo, por um lado, e fatos políticos, econômicos e sociais, por outro. O conceito francês e inglês de civilização pode se referir a realizações, mas também atitudes ou “comportamento” de pessoas, pouco importando se realizaram ou não alguma coisa. No conceito alemão de *Kultur*, em contraste, a referência a “comportamento”, o valor que a pessoa tem em virtude de sua mera existência e conduta, sem absolutamente qualquer realização, é muito secundário (ELIAS, 2011, p. 24).

A diferença entre os entendimentos de “civilização” e “cultura” interfere, desse modo, em pelo menos duas traduções amplamente aceitas pela comunidade psicanalítica e acadêmica da obra freudiana sobre o mal-estar para o português. O título original em alemão *Das Unbehagen in der Kultur* (2012b) foi traduzido como O

mal-estar na civilização (2010), e *O mal-estar na cultura* (2020b). Compreende-se que os apontamentos de Elias (2011) não somente rememoram uma condição interpretativa dos anos 1930, no aspecto da constituição sociológica dos termos, mas que a exegese de *Kultur* está em movimento.

Essa discussão é cara para uma revisão teórica sobre o mal-estar em Freud, porque é mais ampla do que a questão léxica. Freud se recusa a diferenciar as duas expressões, embora haja em toda sua obra perto de 800 ocorrências para a palavra *Kultur*, contra pouquíssimas “que se contam nos dedos” (IANNINI; TAVARES, 2020, p. 17) para *Zivilisation*. Tal recusa de diferenciação fica marcada na *Carta de Freud a Einstein*, dentro do debate *Por que a Guerra?*, quando Freud, ao se referir à cultura, ressalva: “Sei que outros preferem chama-lo de civilização” (FREUD, 2020e, p. 440). No conceito alemão de cultura, no nacionalismo germânico, havia uma beligerância latente, “que serviria de combustível ao conflito de 1914 [Primeira Guerra Mundial] e que seria novamente mobilizado na espiral de violência do III Reich” (IANNINI; TAVARES, 2020, p. 18). É pertinente voltar ao debate entre Freud e Elias.

Freud (2020b), ao tratar sobre a violência, considera que a liberdade individual não é um bem cultural, porque é superior à cultura. Nesse ponto, Freud e Elias entendem de maneira similar. Porém, para Freud o indivíduo longe da cultura “quase não era capaz” de defender tal liberdade (FREUD, 2020b, p. 345). Já sob o prisma de Elias (2011) de *Zivilisation*, o indivíduo poderia estar sujeito às mais diversas formas de coerção externa, mas atribuía a elas um valor relativo, o que tornava a realização de suas vontades possível.

Bocca (2016) contrasta as visões comteanas e freudianas acerca das camadas do desenvolvimento do homem. Ele o faz ao evidenciar este ponto de divergência entre os autores: enquanto, para Comte, o homem se teria transformado em um ser racional e abandonado as camadas primitivas de sua formação, para Freud o homem primitivo, anímico, não somente está operante no agora como é responsável por grande parte das decisões de vida. Para Bocca:

Fica assim traçado um quadro otimista acerca da conquista do reconhecimento da realidade exterior à consciência do homem, com a promessa adicional de um consequente e efetivo amadurecimento das relações sociais, bem como do progresso material e de condições de vida pela conquista da natureza. Em termos freudianos, corresponderia a uma redução da produção do mal-estar na civilização (BOCCA, 2016, p. 39).

Nesse sentido, a filosofia do contemporâneo Han (2020), embora o autor pareça se utilizar de uma gramática analítica nem tão semelhante à psicanálise, elucida a relação dos sentimentos, do anímico, com o uso das redes sociais digitais. Ele o faz deste modo:

O sentimento permite uma narração: tem uma duração ou uma profundidade narrativa. Nenhum afeto nem a emoção são narráveis. A crise dos sentimentos, que pode ser observada no teatro atual, também é uma crise narrativa. [...] Por falta de narrativa, uma massa de afetos é levada ao palco. Ao contrário do sentimento, o afeto não abre nenhum espaço final, ele procura uma via linear para ser descarregado. O medium digital também é o meio do afeto. A comunicação digital favorece uma descarga imediata de afeto (HAN, 2020, p. 60).

O texto aborda uma reflexão interessante sobre a natureza dos sentimentos e afetos na narrativa, principalmente no contexto do teatro contemporâneo e da comunicação digital. Han (2020) destaca que os sentimentos têm uma capacidade narrativa, pois possuem uma duração e uma profundidade que se expressam em termos narrativos. No entanto, ele argumenta que os afetos e emoções não são narráveis da mesma maneira que os sentimentos, o que levanta a questão de uma crise dos sentimentos na atualidade. A "crise dos sentimentos" mencionada parece se referir a uma dificuldade em incorporar sentimentos de forma significativa nas narrativas contemporâneas. O autor sugere que, devido à falta de narrativa adequada, uma massa de afetos é apresentada no palco. Isso implica que os afetos são expressos de forma direta e imediata, sem um espaço para desenvolvimento narrativo ou reflexão mais profunda.

Além disso, Han (2020) estabelece uma conexão entre essa questão teatral e o meio digital. Ele argumenta que o meio digital é propício para a "descarga imediata de afeto", o que pode ser relacionado à rapidez com que as emoções são expressas e compartilhadas nas plataformas digitais, como redes sociais. Nesse contexto, a comunicação digital parece promover uma forma mais direta e instantânea de expressar afetos, o que pode ser contrastado com a narratividade mais profunda dos sentimentos. Para o autor, a dominação que antes se deu de maneira biológica, pelo controle do corpo dos humanos, agora se dá pelo domínio de seus sentimentos (HAN, 2020).

ⁱ Nesta dissertação, não se investiga de que forma os textos chegaram ao pensamento atual. Isto é, se efetivamente foram escritos ou publicados tais como as peças inteiras que conhecemos neste ano. Calçados na ficha catalográfica, o primeiro texto está há três anos do segundo. Podemos inferir que

se trate de tempo suficiente para que novas conclusões sejam apresentadas sobre o assunto da religião.

- ii A um ano de *O futuro de uma ilusão*, Freud publica um comentário de uma carta que recebeu de um médico dos Estados Unidos. Esse médico teria lido uma entrevista concedida por Freud sobre religião, na qual reforça a ideia de não acreditar em vida após a morte. Aquele médico dos Estados Unidos, na intenção de evangelização, apresenta as razões pelas quais manteve a própria fé, depois de se encontrar com o cadáver de uma senhora bonita. A publicação é chamada Uma vivência religiosa. Freud, porém, mantém um ponto de vista que já tinha, além de oferecer uma psicanálise para a experiência de fé relatada pelo interlocutor. Naquele momento da carta e do comentário da carta (por volta de 1928), a psicanálise se desenvolve em Viena, e nos Estados Unidos há o surgimento do fundamentalismo religioso pentecostal.
- iii Em que pese o toque físico ser uma necessidade biológica para o ser humano desde o nascimento até o fim da vida (FERREIRA; CALLADO, 2013), as ferramentas com a função tocar (monitores, *tablets*, celulares, relógios, videogames) atravessam o aprimoramento material de uma função corporal, como os óculos ou a cadeira de rodas, para uma relação de troca de carícias. “O corpo não é algo isolado num ser humano, mas é o instrumento que temos para nos acoplar com o ambiente e, assim, ir fluindo na vida. As afecções do corpo neste fluir vão nos constituindo como subjetividade. E é nesta mesma direção que ocorre a aprendizagem: como um acoplamento complexo com a realidade. A aprendizagem é sempre emergência” (PELLANDA; DEMOLY, 2014, p. 73).

4 NARCISISMO DAS PEQUENAS DIFERENÇAS

Neste capítulo final de revisão teórica, a violência fica evidenciada quando da discussão sobre a formação de grupos, e da adesão de seus membros. Tal adesão é observada a partir da constituição e funcionamento do aparelho psíquico dos indivíduos. Presume-se que as referências ao Isso, Eu e Supereu sejam autoexplicativas, por se tratar de conceitos freudianos sedimentados. São apresentadas as principais diferenças entre os conceitos de cultura e civilização para a religião, com o uso de um autor de suporte. Também são exploradas de maneira conclusiva as duas hipóteses da pesquisa, quais sejam a de que a religião fundamentalista pentecostal se converteu parcial ou totalmente em partido político. A abordagem psicanalítica intrínseca à pesquisa ganha seus contornos finais, na forma de uma psicanálise social e política.

Para Freud (2021b), o Eu ocupa um lugar intermediário entre o mundo exterior e o Isso, de modo que seu intento é “servir a todos os seus senhores a um só tempo” (FREUD, 2021b, p. 271). O autor chega a uma fórmula simplificada, que serve de caminho inicial à investigação sobre as características da formação de grupos, na qual “a neurose é o resultado de um conflito entre o Eu e seu Isso, ao passo que a psicose é o resultado análogo de uma perturbação semelhante nas relações entre o Eu e o mundo exterior” (FREUD, 2021b, p. 271).

O autor atribui à religião o rótulo de neurose universal, e, portanto, pode-se inferir que a prática religiosa dependa antes do conflito entre o Eu e as exigências do Isso. Anteriormente à escolha de grupos, há um impasse intrapsíquico. As exigências do Isso, negadas pelo Eu, levam ao recalque e ao sintoma; ao passo que o sintoma, quando descoberto pelo Eu como resultado do recalque, passa a ser novamente combatido. Há a formação da neurose (FREUD, 2021b).

Esse mecanismo, contudo, revela-se insuficiente na investigação de grupos, uma vez que, ainda que a gênese da neurose, ou da neurose universal, seja de caráter intrapsíquico, o indivíduo que adere a um grupo o faz a partir de uma relação com o outro. Nesse caso, evidencia-se a necessidade de contemplar relação dele com a realidade exterior, ou, de modo simultâneo, com o Supereu. Esse Supereu foi internalizado de experiências advindas do externo, mais

comumente relacionadas aos cuidados parentais, e, como mais recentemente compreendido, a conjuntos representativos mais amplos⁹.

Em um caso mais saliente de um conflito do indivíduo com seu Supereu, e com sua realidade externa, “o mundo exterior não é absolutamente percebido, ou sua percepção permanece totalmente ineficaz” (FREUD, 2021b, p. 273). Para Freud (2021b), normalmente o mundo exterior governa o Eu de duas maneiras: por percepções atuais e renováveis; e pelo repertório de percepções antigas. Se tal conflito não somente é saliente, mas é ainda agravado, constata-se a amênia, pela qual novas percepções são recusadas, e há a criação de uma cópia da realidade externa para ser utilizada internamente, e “[...] esse novo mundo é constituído de acordo com as moções de desejo do Isso, e que o motivo dessa ruptura com o mundo exterior foi um grave e intolerável impedimento de desejo” (FREUD, 2021b, p. 273). A título de resumo quanto à abordagem freudiana da neurose e da psicose:

A neurose de transferência corresponde a um conflito entre o Eu e o Isso; a neurose narcísica, a um conflito entre o Eu e o Supereu¹⁰; a psicose, a um conflito entre o eu e o mundo exterior. É claro que não sabemos dizer imediatamente se, de fato, ganhamos algum conhecimento novo ou se apenas enriquecemos a nossa fórmula. Mas penso que essa possibilidade de aplicação precisa nos encorajar a continuar mantendo no horizonte a sugerida divisão do aparelho psíquico em Eu, Supereu e Isso”. [...] Assim, as inconseqüências, as excentricidades e as loucuras dos seres humanos apareceriam sob uma luz semelhante às de suas perversões sexuais, através de cuja aceitação eles estariam se poupando de recalcamientos (FREUD, 2021b, p. 275).

A partir dessa introdução sobre a estrutura das neuroses, bem como sobre o resultado agravado de um conflito do Eu com a realidade externa, na forma psicose, de desconexão com a realidade, aparece uma teoria possível para o surgimento de grupos reunidos por compartilharem cópias semelhantes da realidade externa, no que se poderia chamar de “Brasil paralelo”. Apesar da observação se referir a mecanismos individuais, a distinção entre psicologia individual e de massas “perde muito sua nitidez se examinada a fundo” (FREUD, 2020c, p. 137). Em Freud (2020c), muito raramente se pode tratar do indivíduo sem que seja levada em conta a relação dele

⁹ Enquanto a teoria freudiana traz as figuras pai e mãe como que consolidadas no que tem a ver com os papéis no desenvolvimento infantil, as mudanças culturais mais recentes interpretam tais papéis como possíveis de serem vividos não somente por indivíduos independentemente de seu gênero, como também poderia haver a fragmentação desses papéis, com mais de uma pessoa fazendo as vezes dos cuidados paternos ou maternos, por exemplo.

¹⁰ Substituiu-se a grafia da tradução, “Super-Eu”, por Supereu, como recurso de padronização. Aplica-se a todas as citações de *Neurose e psicose* (1924).

com o outro. Esse outro é tomado “como modelo, como objeto, como auxiliar e como adversário” (FREUD, 2020c, p. 137).

Pelo viés da psicologia individual, a relação da pessoa com os membros de sua família, e com um número limitado de gente próxima, como são professores, funcionários da medicina, por exemplo, configura um grau limitado de influência (FREUD, 2020c). Pela abordagem de Freud (2020c) para uma psicologia das massas, seria necessário contemplar também a influência de grandes grupos sobre o indivíduo. Ao mesmo tempo, o autor questiona se o mero número de pessoas, um acúmulo numérico que se possa caracterizar como massa, seria uma explicação razoável para a realização da “pulsão social” (FREUD, 2020c, p. 138). Ao que Freud (2020c) apresenta esta alternativa, cara a esta investigação, sobre a formação das massas: “que os inícios de sua formação podem ser encontrados em um círculo mais estreito, como o da família” (FREUD, 2020c, p. 139).

Dentre as descrições proeminentes de Freud (2020c) sobre a formação das massas, ganha destaque a característica pela qual não seria necessário o aparecimento de novas qualidades ao indivíduo, mas que seria, para o autor, suficiente compreender que a massa permite ao indivíduo suspender o recalçamento de suas moções pulsionais inconscientes (FREUD, 2020c). Nesse caso, diante da massa, o indivíduo passa a agir de acordo com uma estrutura psíquica externa, que coincide com a da massa à qual aderiu. Em um espaço assim, o indivíduo como um todo, tanto o que o formou quanto o que ele é no “aqui e agora”, some, em favorecimento da vida grupal. Desse modo, encontram-se vestígios de tal entrega pessoal à massa quando da observação das circunstâncias de linchamentos¹. Freud (2020c) toma por verdades as premissas de que há, na formação da massa, o efeito hipnótico, e de que há correspondência entre a vida anímica dos selvagens e das crianças, além de que há “rebaixamento do rendimento intelectual que o indivíduo experimenta por sua dissolução na massa” (FREUD, 2020c, p. 146).

“A massa é impulsiva, mutável e excitável. Ela é guiada quase que exclusivamente pelo inconsciente” (FREUD, 2020c, p. 146). É imprudente deixar essas características de lado, ainda que sejam generalistas, na observação psicanalítica da formação de massas, e, por consequência, na atividade democrática como um todo – isto é, desde as deliberações em pequenas comissões, comitês, até a eleição máxima de um país, qual seja a escolha de seu dirigente mais alto. De todo modo, reforça-se que ainda que os grupos de deliberação possam ser menores e não

seja adequado atribuir a eles o título de massas, os indivíduos que deliberam em tais grupos pertencem a verdadeiros agrupamentos de massa.

Avança-se, em Freud (2020c), para a proeminente constatação de que a massa “chega muito rapidamente a extremos; uma vez enunciada uma suspeita, esta se transforma para ela, de imediato, em certeza irrefutável; um gérmen de antipatia torna-se ódio selvagem” (FREUD, 2020c, p. 147). A ligação pelo ódio, a escolha de um inimigo em comum, toma quase que completamente a atenção de uma psicanálise social que esteja calçada no conceito de narcisismo das pequenas diferenças. Amplie-se, de todo modo, tal entendimento para além da democracia. Isso porque escolhas aparentemente singelas, como a de uma torcida esportiva, estão também submetidas ao mesmo fenômeno. Quanto ao apreço de certas massas contemporâneas por notícias falsas, uma explicação psicanalítica desponta dentre as considerações freudianas, pela qual:

as massas nunca conheceram a sede pela verdade. Elas exigem ilusões, a que não podem renunciar. Para elas, o irreal sempre predomina sobre o real; o inverídico as influencia quase tão fortemente quanto o verdadeiro. Elas têm a visível tendência de não fazer nenhuma distinção entre ambos (FREUD, 2020c, p. 150).

Evidentemente, as notícias falsas, tal qual nomeadas contemporaneamente, não são uma novidade em termos de prática humana. Em essência, são mentiras, ou ainda os previstos crimes de calúnia, injúria e difamação descritos no Código Penal Brasileiro. Em que pese, porém, o risco que tal prática, de mentir, quando associada ao funcionamento em rede, representa à democracia, chega-se a um entendimento, de modo muito natural. Freud (2020c) presume a formação de uma alma social, na qual estão as características psicológicas da massa, e que tal alma é substitutiva para o indivíduo que da massa participa; pode-se questionar se a alma compartilhada do grupo poderia também estar sujeita aos mecanismos clássicos das neuroses e psicoses. Ou ainda, tal alma poderia também sofrer de amênia, caso em que as trocas com a realidade são interrompidas? Do ponto de vista freudiano, porém, a pergunta sequer carece de resposta, uma vez que a adesão à massa, tão simplesmente, submete o indivíduo ao afastamento de sua própria vida e, conseqüentemente, a experimentar os efeitos de compor a massa, dentre os quais a diferenciação da mentira e da verdade é dificultada. Infere-se que a resposta quanto à possibilidade de amênia em uma alma coletiva seja

desconcertante, no sentido de que, em Freud (2020c), a massa corresponde justamente à descrição de um sintoma, quanto ao papel de pouca ou nenhuma relevância que concede à realidade externa. Ao mesmo tempo, o autor confere às massas a capacidade de criações coletivas, como o folclore. A influência da massa sobre as criações individuais também tem atenção da investigação psicanalítica (FREUD, 2020c).

O autor também toma por verdade que a massa não carece de uma organização, e que se ela existe, tal organização, trata-se de algo rudimentar. Ao mesmo tempo, do ponto de vista psicológico da formação da massa, é preciso que os indivíduos que a compõem tenham “alguma coisa em comum, um interesse comum por um objeto, uma mesma orientação afetiva em determinada situação e [...] um certo grau de capacidade de se influenciar mutuamente” (FREUD, 2020c, p. 154). Tal entrega afetiva à massa se torna prazerosa, porque os participantes podem se render irrestritamente a suas paixões enquanto desaparecem em tal massa, e perdem o sentimento limitador que experimentam individualmente. “Em obediência à nova autoridade, ele está autorizado a colocar fora de ação a sua ‘consciência moral’ anterior e a ceder à tentação do ganho de prazer” (FREUD, 2020c, p. 156). O indivíduo submetido à massa experimenta uma alteração profunda em sua atividade psicológica, ao mesmo tempo em que sua capacidade intelectual é rebaixada. Nos dois casos, os processos têm a ver com a equiparação de tal indivíduo com o grupo.

Emergem da teoria freudiana duas massas artificiais. Nesse passo, a Igreja e o exército ganham, em *Psicologia das massas e análise do Eu* (1921), um capítulo dedicado. Os dois casos são utilizados na uma investigação psicanalítica que observa a atividade política do fundamentalismo pentecostal no Brasil. Em ambas, uma certa coerção externa é utilizada para impedir sua dissolução. Tal coerção pode ser observada na dificuldade enfrentada por quem dessas massas deseja se libertar.

Tanto na Igreja quanto no exército, não se pode abdicar desta ilusão: há um líder que ama a todos os membros indistintamente. Face ao amor que os membros recebem igualmente, quer de Cristo, quer do general, eles passam a se dedicar também uns aos outros. Freud (2020c) afirma que, nesse sentido, a Igreja é democrática. Para o autor, as consequências das dissoluções dessas massas são diferentes. Enquanto no exército a ruptura do grupo acarreta pânico, na Igreja tal ruptura desimpede o cometimento de barbaridades antes não cometidas porque não faziam sentido frente ao amor igual ofertado por Cristo (FREUD, 2020c).

O tensionamento teórico proposto é que os fundamentos psicanalíticos da formação de massas são aplicáveis às massas politicamente engajadas. Essas massas podem ser caracterizadas por suas conversações políticas e decisões de voto, mas também pela recusa de participação no sistema político democrático, ou mesmo pela decisão de não somente se negar a participar de tal sistema, como também de dele abrir mão. Tal tensionamento, porém, não é inédito e, é realizado por Freud (2020c) logo que ele encerra seu capítulo sobre as massas artificiais Igreja e exército:

Se outra ligação de massa entra no lugar da ligação religiosa, tal como a ligação socialista parece estar conseguindo agora, isso resultará na mesma intolerância contra os que estão de fora, tal como na época das lutas religiosas, e, se as diferenças entre pontos de vista científicos pudessem um dia adquirir para as massas uma importância semelhante, o mesmo resultado se repetiria também para essa motivação (FREUD, 2020c, p. 172).

Um dos desfechos da formação de massas, o mais importante para esta investigação sobre a participação política de fundamentalistas pentecostais à luz do narcisismo das pequenas diferenças, é a evidente hostilidade contra os que estão fora do grupo. Nesse caso, lá em 1921, “o alemão do sul não suporta o alemão do norte” (FREUD, 2020c, p. 174), ou, ainda, em 2023, brasileiros do Sul, Sudeste e Nordeste interpretam papéis beligerantes em suas defesas de grupo. Esses grupos poderiam ser chamados de étnicos. Isso, porém, não se pode aplicar às contribuições hostis de um indivíduo na política, tampouco na Igreja, ou exército. Então se pergunta que funcionamento se assemelha à massa eleitoral, se não é étnica? Infere-se que a massa eleitoral brasileira seja também de construção artificial, tal qual são Igreja e exército. As características que sustentam tal inferência são a coerção externa, a dificuldade de abandono, a escolha de um líder sobre todos e que a todos ama de modo igualitário, e a existência de um inimigo comum: voto obrigatório, necessidade de quitação eleitoral, defesa de um líder-candidato, hostilidade ao adversário desse líder, respectivamente.

4.1 MASSA ELEITORAL E AGRESSÃO

No curso da revisão conceitual sobre “narcisismo das pequenas diferenças”, foram buscadas explicações para a formação de grupos como a Igreja, o exército, e a massa eleitoral, a partir das condições anímicas do indivíduo, sede de sua decisão de

renúncia da própria consciência moral em favor de uma experiência coletiva. Mas qual experiência humana seria tão indispensável ao indivíduo, a ponto de ele procurar por ela ao preço de interferências poderosas em seus afetos, e de rebaixamento intelectual? A teoria freudiana em *O mal-estar na cultura* oferece algumas perspectivas. Dentre elas está o grande feito dos seres humanos de terem convertido sua animalidade em ciência e técnica. “Há muito tempo atrás, ele [o ser humano] havia formado para si uma representação ideal de onipotência e onisciência que ele encarnou em seus deuses” (FREUD, 2020b, p. 339). Essa é uma indicação acerca da profundidade e da complexidade das interioridades que levam os seres humanos à submissão a deuses que são ideais culturais (FREUD, 2020b), e, por consequência, a estarem dispostos a tal submissão.

É notável que, quando transformados em ideais, os deuses ficam submetidos à realização humana comum desse tipo de anseio: não completamente, de alguma forma, ou apenas em parte. Nesse sentido, os indivíduos estiveram perto de se tornarem eles mesmos um deus (FREUD, 2020b). Tal afirmação ganha força quando se olha para esses indivíduos em face de seus membros auxiliares – máquinas, datacenters, mãos cirúrgicas remotas, inteligência artificial no diagnóstico médico, o relógio que faz eletroencefalograma em segundos. Mas apesar disso, e da sugestão freudiana de que, pelo desenvolvimento cultural, o futuro aumentará ainda mais a semelhança com Deus, “não queremos esquecer, igualmente, que o ser humano de hoje não se sente feliz com essa semelhança” (FREUD, 2020b, p. 340).

Apesar da energia psíquica destinada à relação com um deus, no que se constitui como solução para o desamparo da vida e a certeza da morte, e não somente com um deus qualquer, mas ainda com o Deus tradicional da formação cultural proveniente do judaísmo e do cristianismo, há a lacuna da agressividade. Em se dando vazão, em termos práticos, a tal agressividade, ou ainda a restringindo, às vezes até as últimas consequências, os seres humanos são também governados por tal pulsão de destruição. Quando Freud (2020b) redige com clareza a expressão “narcisismo das pequenas diferenças” (FREUD, 2020b, p. 367), ele não o faz sem antes discorrer sobre a tendência à agressividade.

No Brasil, o primeiro semestre de 2023 contabilizou 14 pessoas mortas por um membro da família em decorrência de seu posicionamento político, mas o total de assassinatos motivados por tal diferença chegam a 33 (BORBA et al., 2023a, 2023b). Esses números são relativos a um ano não eleitoral. Derradeiramente, quanto às

proposições desta pesquisa, passa-se ao exame de um emblemático assassinato ocorrido meses antes da última eleição presidencial no Brasil.

Em julho de 2022, o tesoureiro do PT de Foz do Iguaçu (PR), Marcelo Arruda, comemorava seu aniversário de 50 anos. A decoração da festa tinha motivos políticos. Em frente a uma parede de bexigas vermelhas, havia um pôster gigante, com uma foto de Luiz Inácio Lula da Silva, junto à frase “Pro Brasil voltar a sorrir”. Naquela ocasião, Lula tinha sido duas vezes presidente do Brasil, e concorria a mais um mandato presidencial, contra a reeleição de Jair Messias Bolsonaro. No dia de seu aniversário, Arruda foi morto a tiros por um autodeclarado bolsonarista, Jorge Guaranho, e toda a ação foi gravada por câmeras de segurança. Embora tenham existido outros casos de agressões à época das eleições de 2022, nos quais se explorou uma suposta motivação política como principal, outros elementos típicos em crimes contra a vida, como a legítima defesa, acabaram por esmaecer a influência política daqueles assassinatos. Por essas razões, a morte de Arruda se tornou de grande representação acerca do desfecho violento de uma adesão à massa.

Alguns elementos psicanalíticos se evidenciam, no que tange à investigação de tal assassinato, pela perspectiva da formação de grupos. A começar pela coerção externa. A polarização política pode ser observada no Brasil a partir de 2013 (DE CAMPOS; SIMÕES, 2023). Nas eleições de 2022, ela chega aos contratos de trabalho, e atinge os elementos da geração de renda e do reconhecimento cultural, na forma de “assédio eleitoral ou político, além de ser uma agressão aos direitos personalíssimos do empregado, tais como a privacidade e a intimidade” (LOPES; DOS SANTOS, 2022). A operacionalização de tal coerção externa foi também proveniente das redes digitais, sobre as quais

é importante indicar que a ideia central é a de que tais políticos usam as redes, alegando que não necessitam de intermediários para dialogar com a população, aproveitando da ainda incipiente regulamentação destas para propagarem em massa *fake news* e mensagens de ódio contra seus inimigos (DE CAMPOS; SIMÕES, 2023).

Além desses elementos de coerção, pelo menos mais um é integrado ao sistema, e tal elemento é substancialmente coercitivo quando observado na literatura freudiana revisada nos capítulos anteriores: a religião. O comportamento assemelhado de fundamentalistas pentecostais e bolsonaristas leva à constatação de que, em uma análise simplificada, a prática religiosa pentecostal, com largo sucesso

legislativo no Brasil (LACERDA, 2022), compartilhou com o bolsonarismo seus recursos discursivos. Tais recursos, porém, podem ter sido simplesmente tomados à força, quando de um abuso sobre líderes pentecostais ingênuos, muito facilmente manipulados a acreditar em uma consumação de sua vingança sobre o mundo mau (ADAMS, 2010), que se inicia pela conversão de Bolsonaro à religião deles; ou, ainda, pelas hipóteses desta pesquisa, de que a religião fundamentalista pentecostal se converteu parcial ou totalmente em partido político.

A adesão dos evangélicos a Bolsonaro, em parte, certamente se explica como retribuição pelas sinalizações que ele ofereceu à direita cristã. Desde 2011, o então deputado protagonizou a agenda moral conservadora, central para os religiosos, chegando a cunhar a expressão "kit gay" para se referir ao Programa Escola Sem Homofobia, proposto pelo então Ministro da Educação Fernando Haddad – depois do que Bolsonaro quintuplicou sua votação para deputado federal [...]. Logo após anunciar sua candidatura à Presidência em 2016, Bolsonaro se batizou no Rio Jordão, em Israel, pelas mãos do pastor Everaldo – mantendo, assim, nas palavras de Oualalou [...], "uma ambiguidade religiosa produtiva", tornando-se evangélico sem deixar de ser católico. [...] Bolsonaro foi o primeiro candidato competitivo desde a redemocratização a mencionar Deus em um lema de campanha (LACERDA, 2022, p. 154).

Quanto à escolha de um líder e à destinação de ódio ao adversário desse líder, as paixões das massas são inequívocas. É pertinente reforçar que as bases psicanalíticas da constituição de grupos e da renúncia da moral pessoal quando da adesão a um grupo dizem respeito, por suas características genéricas, a praticamente qualquer formação de massa. No caso em questão, do assassinato do tesoureiro do PT no Paraná, investigam-se as condições ambientais do homicida, para testar a psicanálise freudiana da formação de grupos sobre a realidade fática e material. A Justiça admite que há provas suficientes para que Guaranho seja julgado pelo Tribunal do Júri. Quando da pronúncia do juiz, a denúncia do Ministério Público é citada e reforça o caráter político do assassinato. No dia em que Guaranho matou Arruda, ele primeiro foi impedido de entrar na festa de aniversário, ao que respondeu, de acordo com a denúncia, que “retornaria e acabaria com todos, não obstante à fútil motivação da querela (preferências político-partidárias antagônicas)” (BRASIL, 2022). A questão partidária é demonstrada ainda mais claramente na denúncia:

Jorge José Da Rocha Guaranho chegou sozinho [...], aos brados de ‘aqui é Bolsonaro’. [...] Dolosamente e imbuído da mesma fútil motivação, dizendo ‘petista vai morrer tudo’, detonou dois disparos contra a vítima, atingindo-a no abdômen e na coxa direita, o que a fez cair. [...] Extravassando todo seu *animus necandi* [intenção de matar], detonou mais um disparo na vítima já caída [...]. Guaranho desequilibrou-se, ocasião em que, em movimento cambaleante, foi alvejado por disparos detonados pela vítima, que – mesmo sentada e ofuscada pelas mesas e cadeiras dispostas à sua frente – atirava em legítima defesa própria, de sua esposa e da dezena de convidados que ainda remanesciam na festa, os quais tiveram suas vidas expostas à situação de perigo comum produzida deliberadamente pelo tiroteio iniciado pelo denunciado. Desse tresloucado agir, resultaram na vítima, Marcelo Aloizio De Arruda, os ferimentos descritos no laudo de necropsia (BRASIL, 2022).

Na minibiografia escrita por ele mesmo, Guaranho se definia, exatamente uma semana antes de matar um opositor político, data de sua última publicação em uma rede social, como “Policial Penal FederalBR Conservador, Cristão🙏, Bolsonaro Presidente, armas = defesa, Não ao Aborto, Não às Drogas🚫 (sic passim)” (GUARANHO, [s.d.]). O uso dos pictogramas *emoji* no corpo do texto corroboram para a influência do grupo político sobre o indivíduo, tais como elementos presentes na comunicação da rede de tal grupo. A bandeira nacional brasileira acabou por se tornar um símbolo partidário, no que evidencia a sujeição de um símbolo nacional a um grupo específico (DE FREITAS; BOAVENTURA, 2022).

Que circunstâncias psicológicas poderiam, portanto, ter transformado tal perfil amplamente aceito, do ponto de vista da moralidade brasileira, de um conservador cristão para um assassino “fútil”? Quando da inscrição “armas = defesa (sic)”, e do subsequente assassinato que empreendeu, pode-se perguntar: de que Guaranho se defendeu? Qual era o conteúdo de seu interior que tão plenamente se entregou aos afetos da massa, em detrimento de sua moralidade individual? De volta à formação de grupos e ao narcisismo das pequenas diferenças, grandes cargas de afetos e a possibilidade de suprimir as repressões internas contra a exteriorização da violência surgem como respostas possíveis. Além do mais, a repetição verbalizada de máximas bolsonaristas como “aqui é Bolsonaro”, ou ainda uma versão própria do que disse Bolsonaro sobre “fuzilar a petralhada” (BOTTINI; LUZ, 2022) na forma de “petista vai morrer tudo”, indicam a submissão tanto ao líder quanto, por consequência, ao grupo. Sua conversão em homicida, longe dos efeitos da massa, poderia ser considerada improvável. Em entrevista ao site local de notícias bolsonaristas Gazeta do Povo, a esposa disse que Guaranho não participava de carreatas, e nem de partidos políticos, mas que gostava de acompanhar a política pelas redes sociais.

Quanto às poderosas influências nos afetos do indivíduo, a cultura exige ligações libidinais poderosas. Essa cultura requer, para sua própria manutenção, o “nível máximo de libido inibida quanto à meta para fortalecer os laços comunitários com relações de amizade” (FREUD, 2020b, p. 359). Torna-se um pouco mais compreensível a razão pela qual, sob a perspectiva freudiana, a cultura é demandante de relações aprofundadas, libidinais, quando se constata que o indivíduo dessa cultura “não hesita em me prejudicar, caso isso lhe traga alguma vantagem, e nem ao menos se pergunta se o grau do seu benefício corresponde ao tamanho do dano que me causa” (FREUD, 2020b, p. 261). Os motivos mais populares e admirados, em termos de aparência de moralidade, passam a ser questionados por Freud (2020b), quanto a seus efeitos sobre o comportamento dos indivíduos submetidos à cultura.

A ética é apresentada como o juiz de coisas boas ou más, ao que Freud (2020b) teoriza como sendo necessário que essas diferenças sejam eliminadas. Isso porque na ética observada pelo autor haveria prêmios para a maldade. Quando a agressividade fica explicitada na teoria freudiana, há também a revelação de que quando as forças de inibição da agressividade são suspensas, como pode ser a ocasião em que o indivíduo submetido à massa é tomado por um senso de invencibilidade, o ser humano é revelado “como uma besta selvagem, alheia à tendência de poupar a própria espécie” (FREUD, 2020b, p. 363).

4.2 LIBERDADE SEXUAL E RISCO DE DISSOLUÇÃO

O resultado do exame psicanalítico sobre a ação política dos fundamentalistas pentecostais na democracia brasileira contemporânea expõe o exato oposto da renúncia da religião pela sociedade – de modo que o prenúncio de Freud (2020a) sobre a religião caminhar para o desaparecimento não dá sinais de efetivação. Isto é, ainda que possa haver, e há, críticas à prática religiosa aplicada a temas políticos, a existência de tal crítica não aponta para o fim da religião, mas reforça precisamente que houve e há preservação e progresso da religião nos espaços sociopolíticos. As derivações da influência religiosa sobre a sociedade desafiam uma compreensão contemporânea da moral, quando do surgimento de traficantes cariocas neopentecostais que utilizam sua crença para a prática de crimes, ou ainda a utilização da Bíblia para assegurar o direito à posse e ao uso armas.

A expansão de evangélicos do Brasil é marcada por um crescimento notável. Pelos dados no último Censo Demográfico consolidado em 2010, eram 22,2% da

população, em uma escalada marcada por dados de 1980 (6,6%), 1991 (9%), e 2000 (15,4%). Os evangélicos pentecostais foram indicados pela pesquisa como o grupo com o maior número de integrantes com renda familiar até um salário mínimo, 63,7% (IBGE, 2012). Os dados do Censo de 2022 estão sendo processados, mas pesquisas recentes indicam que o crescimento de evangélicos é provável. Em 2020, com uma amostra de 2.948 entrevistas e índice autodeclarado de confiança 95%, o Datafolha estimou que os evangélicos no Brasil tenham chegado a 31% da população. Desses, 48% têm renda até dois salários mínimos. Ocorre que a renda dos grupos religiosos aponta para uma questão trazida por Fraser¹¹ (2006) que se torna interessante para a análise da ação política fundamentalista pentecostal.

A luta por reconhecimento é um paradigma da participação política em evidência a partir do Século 20. As reivindicações públicas são relacionadas ao reconhecimento da diferença, quando as bandeiras da nacionalidade, etnicidade, 'raça', gênero e sexualidade suplantam os interesses de classe. Nesse caso, a dominação cultural ocupa o papel antes ocupado pela dominação econômica (FRASER, 2006). Para a autora, tal abordagem vai ao encontro da formação de uma teoria crítica do reconhecimento, pela qual seria possível observar redistribuição de renda e reconhecimento simultaneamente. Fraser:

Lutas por reconhecimento assumem com frequência a forma de chamar a atenção para a presumida especificidade de algum grupo – ou mesmo de criá-la performativamente – e, portanto, afirmar seu valor. Desse modo, elas tendem a promover a diferenciação do grupo. Lutas de redistribuição, em contraste, buscam com frequência abolir os arranjos econômicos que embasam a especificidade do grupo (um exemplo seriam as demandas feministas para abolir a divisão do trabalho segundo o gênero). Desse modo, elas tendem a promover a *desdiferenciação* do grupo. O resultado é que a política do reconhecimento e a política da redistribuição parecem ter com frequência objetivos mutuamente contraditórios. Enquanto a primeira tende a promover a diferenciação do grupo, a segunda tende a desestabilizá-la. Desse modo, os dois tipos de luta estão em tensão; um pode interferir no outro, ou mesmo agir contra o outro (FRASER, 2006, p. 233).

A partir da perspectiva de Fraser (2006), e de sua observação que contempla a luta de classes clássica e a atual mobilização por reconhecimento cultural, pode-se tensionar a proposta freudiana do narcisismo das pequenas diferenças, conferindo a ela uma evolução cultural, pela qual se explicita o aspecto econômico, como pano de fundo, e a necessidade de um remédio de compensação, de

¹¹ Fraser é crítica de Habermas, a partir da qual há certos avanços no conceito de esfera pública.

reconhecimento, ao mesmo tempo. Conclui-se que as bandeiras políticas de costumes adotadas por evangélicos perpassa pela questão econômica, e, para fins teóricos, pela tradicional luta de classes.

Para Cowan (2014), tal prática religiosa excedeu os limites familiares ou de comunidades privadas para a política democrática, na forma de agremiações parlamentares como a bancada evangélica, presente desde a Assembleia Nacional Constituinte. Uma suposta degradação moral serviu de argumento contra os “comunistas”, pelos quais o “comportamento sexual forçou as comportas dos impedimentos morais e passou a admitir tudo e a não impedir nada” (COWAN, 2014, p. 115). De maneira não exclusiva, mas com destaque, as pautas da nova direita, ou do novo populismo, são relacionadas a evangélicos (TRINDADE, 2022). Desde as eleições presidenciais de 2018, uma parte dos evangélicos regrediu aos anos 1980 no Brasil, no que se definiram “contra o comunismo” (GUADALUPE, 2020). Esse discurso se manteve em evidência durante os quatro anos do governo eleito naquele ano. A vitória no pleito à Presidência da República e o mandato de Jair Messias Bolsonaro foi considerado uma vitória, dentre outras bandeiras, contra o “comunismo”. A partir da eleição presidencial de 2018, uma parte dos líderes evangélicos, dentre os quais os mais proeminentes nomes no cenário nacional, mantiveram tal luta viva em suas pregações, e opiniões políticas.

Nesse sentido, é interessante notar que o gatilho que levou os evangélicos a participarem da política nos anos 80 foi a suposta ameaça católica de restringir a liberdade religiosa em todo o continente; enquanto agora, os evangélicos buscam alianças de valor político com seus históricos rivais religiosos com o objetivo de implementar agendas “morais” e políticas comuns. Também é curioso notar que o único tema que consegue unir todos os evangélicos de cada país são os supostos inimigos comuns, que, antes eram o comunismo e o catolicismo, e agora é a chamada ‘ideologia de gênero’ (GUADALUPE, 2020, p. 20).

No palco público, o “comunismo” temido por agrupamentos políticos – com a ressalva de que tal prática comunista, no contexto proposto, pouco ou nada guarda de histórico ou teórico em relação à registrada experiência de tornar O *manifesto comunista* uma prática política, como foi possível observar dos intentos soviéticos – seguiu seu caminho de adaptação aos tempos e encontrou, dentre suas múltiplas derivações, o impasse relacionado à liberdade sexual. É a “ideologia de gênero”, que chega em forma de pânico. “Em outros termos, pânicos morais alimentados por atores políticos – religiosos ou não – podem ter sido ampliados

pela presença de mulheres na Presidência” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017). Note-se que um dos resultados esperados da dissolução de uma massa militar é, como demonstrado anteriormente, o pânico. É pertinente observar que pentecostais são frequentes em mencionar “guerra”, “guerra espiritual”, ou variações desses significados. O pânico quanto ao que chamam de “ideologia de gênero” pode estar calçado, pois, no risco de dissolução do grupo.

Para Miskolci e Campana (2017), uma parte significativa da responsabilidade pelo estabelecimento de uma agenda religiosa e política relacionada ao que se popularizou como a expressão “ideologia de gênero” é da Igreja Católica, nas figuras dos papas João Paulo II e Bento XVIⁱⁱ. Segundo Vaggione (2013), o desafio do atual Papa Francisco é moralⁱⁱⁱ.

De volta a Fraser (2006), encontra-se a luta por reconhecimento empreendida simultaneamente à luta por redistribuição econômica. No entendimento dela, em contraste à “ideologia de gênero”, os elementos tidos como femininos são desqualificados não somente quando associados às mulheres:

No entanto, isso é apenas uma parte da história. Na verdade, o gênero não é somente uma diferenciação econômico-política, mas também uma diferenciação de valoração cultural. Como tal, ele também abarca elementos que se assemelham mais à sexualidade do que à classe, e isso permite enquadrá-lo na problemática do reconhecimento. Seguramente, uma característica central da injustiça de gênero é o androcentrismo: a construção autorizada de normas que privilegiam os traços associados à masculinidade. Em sua companhia está o sexismo cultural: a desqualificação generalizada das coisas codificadas como “femininas”, paradigmaticamente – mas não só –, as mulheres (FRASER, 2006, p. 234).

O pentecostalismo foi rápido em assimilar que o pânico moral originado pela liberdade sexual teria força suficiente para gerar poderosos afetos em seus seguidores e simpatizantes, e que tais afetos encontrariam destinos também longe de seus púlpitos. Isso porque a disposição contrária à liberdade sexual não está restrita a fundamentalistas, mas pode ser observada em grupos brasileiros de variadas formações (DOS SANTOS, 2017). Por essa via, o discurso pentecostal contra o “comunismo”, e sua implicação contemporânea, qual seja, na perspectiva do grupo, a “ideologia de gênero” pela qual mulheres estão desobrigadas de serem mães e pessoas do mesmo sexo podem viver livres, acabou por se tornar hegemônico, tanto nos púlpitos quanto nos comícios e, repetidamente, na atividade parlamentar.

A similaridade da massa eleitoral com a massa artificial descrita por Freud, como as que constituem Igreja e exército, é tão ampla que a investigação encontra dificuldade na busca de uma diferença relevante. A massa eleitoral bolsonarista parece um efeito mnemônico de uma constituição anterior que corresponde precisamente à massa pentecostal. O fato é que em 2022 a pregação religiosa provinda de púlpitos pentecostais favoreceu seu *Führer* sem que qualquer constrangimento tenha sido suficiente para que, ainda que tardiamente, tenham sido constatadas autocríticas ou ponderações na mesma proporção do apaixonamento eleitoral. Essa característica de perfeita rendição ao líder aponta para pelo menos dois entendimentos psicanalíticos: o infantilismo, carente de proteção parental, que busca na relação com um deus a concessão de vitórias sobre seus inimigos, e uma vingança final à altura das expectativas da criança; e a constituição de uma massa facilmente levada à obediência pela repetição de palavras assimiláveis e o rebaixamento intelectual.

Tal massa acrítica requer para si as vantagens de uma proteção que, ausente, tende a se condensar em rompimento, frequentemente violento. Especula-se, neste ponto, que o julgamento no Tribunal do Júri do homem que matou o outro por motivos políticos leve à irrefragável condenação de alguém – seja a do próprio homicida, na forma de uma condenação formal imposta pelo Estado, sejam ainda as condenações do líder do grupo ao qual o assassino pertence, ou, ainda, a do grupo como um todo. Isto é, se para justificar o homicídio que cometeu sob motivação eleitoral o assassino argumenta que estava sob efeito de uma comoção de massa, logo seu líder seria corresponsável pelo crime, e ele mesmo, o assassino, poderia ser compreendido como uma vítima desse líder. Ao mesmo tempo, se o assassino admite ter sido encantado por um grupo político a ponto de suspender a própria identidade moral, admite publicamente, portanto, sua gravíssima carência de afetos, e a irrelevância de seu intelecto.

Nessas alternativas de condenação, porém, desaparece a responsabilidade dos fundamentalistas pentecostais sobre a polarização política no Brasil. Ocorre que, muito diferentemente de suas participações em palanques políticos, ou ainda da concessão de seus púlpitos e programas de televisão a candidatos, diante dos casos de violência política o pentecostalismo se acovarda, e se retira silenciosamente da esfera pública sob a premissa de ser uma religião, logo, digna em si mesma e com garantias constitucionais. Tal grupo adota a mesma postura da direita reacionária

mundial, qual seja a de acusar os outros do que o próprio acusador faz, e afirma: “sofro perseguição”. Esse fato colabora com a ideia de que o bolsonarismo é espectro da prática fundamentalista pentecostal na política.

A psicanálise da constituição da agressividade dos grupos encontra informações relevantes e não freudianas na obra de Elias (2011). Para o autor, os instintos experimentados pelos seres humanos, nos quais estão compreendidos os desejos sexuais e de agressividade, não podem ser separados, tanto quanto, em sua analogia, não seria possível separar o coração e o estômago, ou o sangue que corre nos genitais do que corre no cérebro. Esses instintos “se complementam e em partes se substituem, transformam-se dentro de certos limites e se compensam mutuamente. [...] Sua estrutura é ainda obscura” (ELIAS, 2011, p. 182).

Embora Elias (2011) reconheça que separar a pulsão de agressividade no conjunto das disposições humanas seja algo “extremamente” (ELIAS, 2011, p. 182) frutífero e instrutivo, sua abordagem insere tal disposição em um conjunto geral. A diferenciação quanto ao padrão de agressividade observado nas diferentes nações do Ocidente é relacionada ao grau de controle das emoções experimentado nas sociedades. Em uma comparação com o tempo das Grandes Migrações, mesmo as nações mais belicosas do mundo seriam pacíficas. Esse resultado teria sido alcançado pelo alto grau de dependência mútua dos membros da comunidade, e pelo aparato técnico militar (ELIAS, 2011).

Pela perspectiva de Elias (2011), a agressão empreendida por seres humanos “foi transformada, ‘refinada’, ‘civilizada’ como todas as outras formas de prazer, e sua violência imediata e descontrolada aparece apenas em sonhos ou em explosões isoladas que explicamos como patológicas” (ELIAS, 2011, p. 183). No tempo das Grandes Migrações, teria havido uma liberação da violência ainda mais franca e desinibida do que na Idade Média (ELIAS, 2011). É saliente, nessa abordagem, que a agressividade seja chamada de prazer, e que entre agressão e prazer haja pouca diferenciação. Quanto às práticas de violência, aos empreendimentos de ações violentas, elas encontrariam suas ocasiões de realização a depender de questões socioambientais. “E só em épocas de sublevação social ou quando o controle social é mais frouxo [...] elas se manifestam mais direta e livremente, menos controladas pela vergonha e a repugnância” (ELIAS, 2011, p. 183).

A investigação psicanalítica, cuja índole é também observar as ruínas psíquicas que compõem os indivíduos, encontra no prazer da agressão um elemento notável

quando da formação de grupos. Segundo Elias (2011), o passado deixou registros de que os prisioneiros mais “pobres e humildes” eram mutilados, justamente porque não tinham dinheiro e por seu resgate não podia se esperar nada. O caso era diferente quando da subjugação de cavaleiros que podiam se proteger pelos próprios recursos financeiros. Mas apesar da disparidade de tratamento entre pobres e ricos, a realização das mutilações era prazerosa para os algozes (ELIAS, 2011).

As crônicas pesquisadas por Elias (2011) foram escritas por religiosos, e, no entendimento dele, são o ponto de vista dos que eram oprimidos pela classe guerreira, e que, justamente por tal ponto de vista, haveria um grau confiável nos relatos. Infere-se que Elias (2011) tenha se dado ao trabalho dessa ressalva porque tais relatos, originalmente publicados por ele em 1939, descrevem um comportamento humano perturbador. São relatos que colaboram com a perspectiva freudiana de que a violência levaria os seres humanos a um comportamento animal. O que Elias (2011) descreve é uma satisfação psíquica em violentar. Quanto a agressores dessa estirpe, registra-se:

Ele passa a vida na rapinagem, destruindo igrejas, atacando peregrinos, oprimindo viúvas e órfãos. Sente especial prazer em mutilar inocentes. Em um único mosteiro, o dos monges negros de Sarlat, há 150 homens e mulheres cujas mãos ele cortou ou cujos olhos arrancou. E sua esposa é igualmente cruel. Ela o ajuda nas execuções. E sente prazer em torturar mulheres pobres. Manda-lhes cortar os seios ou extrair as unhas, de modo a que não possam mais trabalhar (ELIAS, 2011, p. 184).

Em tempos eventuais de paz, a inquietude acerca de sua preparação e propósito bélico carecia “pelo menos da ilusão de guerra” (ELIAS, 2011, p. 186). Eram então realizados torneios que pouco se diferenciavam de guerras verdadeiras em seus efeitos violentos (ELIAS, 2011). Nesse contexto, vem à observação psicanalítica a “guerra” contra o comunismo fantasioso empreendida por fundamentalistas contemporaneamente. Isto é, um grupo que é tão fortemente preparado para a “guerra” da guerra depende. Quando Freud (2020b) afirma que a religião seria uma neurose universal substitutiva das neuroses individuais, não fica explicitado que tal substituição seja capaz de impedir imoralidades, caso o indivíduo as queira cometer apesar das admoestações religiosas.

A liberdade para desobedecer à religião ocupa papéis diferentes nas concepções de cultura de Freud (2020b) e de civilização de Elias (2011). Ocorre que, para o primeiro, a questão não é tratada como tão comum quanto se observa na obra

do segundo. No caso de Elias (2011), além do grande prazer em atos violentos, como a dilaceração de gatos vivos pela comunidade em uma festividade anual, acrescenta-se um certo desprezo pelo medo do inferno, e, por conseguinte, pela religião como um todo. Rememore-se que o conceito de *Kultur* se aproxima da perspectiva freudiana, alemã, na qual a religião ocupa um papel mais poderoso que em *Zivilisation*, perspectiva de Elias (2011), francesa.

Não à toa, o pentecostalismo passou a se opor à França em praticamente qualquer questão geopolítica. Para esse grupo, a França é um símbolo de degradação moral, não raro por motivos pouco explicados. Isto é, ocorre que, na contemporaneidade, fundamentalistas pentecostais brasileiros realizam a façanha de praticar xenofobia contra árabes migrantes na França. Bem como ignoraram que a França tem participação no território amazônico. O que interessa mais fortemente, porém, à investigação psicanalítica, é o fato de que a França seja a emblemática experiência civilizatória, em contraste com a experiência cultural alemã. Nesse sentido, a origem do desprezo à França da parte de fundamentalistas poderia também residir no fato de que, para civilizacionistas, ordens religiosas e nada são basicamente a mesma coisa. Para Elias:

Só para nós, para quem tudo é mais controlado, moderado, calculado, em quem tabus sociais mergulham muito mais fortemente no tecido da vida instintiva como forma de autocontrole, é que esta visível intensidade de religiosidade, beligerância ou crueldade parece contraditória. A religião, a crença na onipotência punitiva ou premiadora de Deus nunca teve em si um efeito “civilizador” ou de controle de emoções. Muito ao contrário, a religião é sempre exatamente tão “civilizada” como a sociedade ou classe que a sustenta (ELIAS, 2011, p. 190).

Nesse entendimento, a religião como um todo perde grande parte de seu encantamento relacionado à elevação dos padrões morais. A religião, pelo paradigma de Elias (2011), é mais propriamente submetida a uma condição de vulgaridade, de coisa temporária e de ocasião, e sequer atinge o patamar de uma ilusão.

ⁱ O linchamento é assunto da psicanálise de Freud, em *Totem e tabu*, mais especificamente relacionado ao hábito da coroação de líderes que, na medida em que perdiam seu prestígio com o povo, eram agredidos, quando não mortos. Mais recentemente, o documentário brasileiro *A primeira pedra*, de acordo com a sinopse, “investiga a onda de linchamentos no Brasil e mostra como essa violência, praticada muitas vezes por pessoas que se consideram ‘cidadãos de bem’, tornou-se cotidiana”. O que leva um indivíduo reto, do ponto de vista do Código Penal, a aderir à massa violenta de linchadores é tema central da produção. O filme retrata ainda, jornalisticamente, casos em que

peças foram confundidas com outras, e executadas por grupos convictos de que estavam praticando justiça.

- ii Psicanaliticamente, os intentos papais poderiam ser observados pelo prisma do “sentido antitético das palavras primitivas” (FREUD, 2013), de modo que, ainda que tenham mantido os sinais de sua aprovação ou desaprovação, suporte ou combate a, trouxeram inequivocamente as questões do gênero para o debate público, e acabaram por, ainda que incendiariamente, revelar diferenças irreconciliáveis entre o “como deveria ser” católico e o “como as coisas são” da vida humana.
- iii “Se João Paulo II teve o comunismo como seu fantasma, Bento XVI o laicismo, Francisco terá que enfrentar esse “rebanho indisciplinado” que não apenas é amplo e diverso em questões sexuais, mas também politiza sua identificação religiosa em favor dos direitos sexuais e reprodutivos. O relativismo moral tem sido uma obsessão para o Vaticano há anos. O problema é que esse relativismo não é mais apenas o resultado de várias ideologias (como o liberalismo, o comunismo ou o laicismo), mas também surge da própria tradição católica como uma religião de libertação. Mesmo que isso desagrade a hierarquia, os católicos são uma parte fundamental das mudanças na região. Isso ficou evidente na Argentina quando o casamento igualitário estava em discussão, e membros do clero, fiéis e políticos usaram sua identificação com o catolicismo para justificar o reconhecimento dos direitos das uniões do mesmo sexo. Isso é demonstrado nos debates teológicos impregnados de interpretações feministas e da diversidade sexual, que desconstruem uma religião baseada em punição e pecado, abrindo alternativas para a mudança social e legal. O fantasma, hoje, parece estar dentro, e a intransigência combinada com a falta de carisma do último Papa apenas contribuiu para expandi-lo” (VAGGIONE, 2013). Tradução nossa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, no que tange à utilização de fatos políticos psicológicos ou materiais, buscou-se não prejudicar o debate propriamente teórico, e, sempre que foi possível, voltou-se ao que pode ser inserido em um contexto anacrônico, ou que pode ser ampliado ou diminuído em cada caso de utilização. De toda sorte, a formulação de uma psicanálise seguiu com um pé em cada canoa, ou seja, uma linha rígida de revisão teórica, e uma linha exploratória dos fatos. Quanto a esse último intento, uma multiplicidade de fatos poderia ser mencionada minuciosa e exaustivamente, o que tomaria para si o papel de uma pesquisa realizada para a linha filosofia da psicanálise. Portanto, uma certa simplicidade marca o resultado como um todo.

É preciso resolver em definitivo as duas hipóteses da pesquisa, quais sejam a de que a religião fundamentalista pentecostal se converteu i. parcial ou ii. totalmente em partido político. Dentre os elementos fáticos mais apropriados para uma utilização, em face do levantamento teórico, destaca-se a cessão que fundamentalistas pentecostais fizeram de seus púlpitos – em seus templos, programas de rádio, e de televisão – para a realização de campanhas eleitorais tanto dissimuladas quanto explícitas. Mas essa mera cessão não configura um partido político, senão apoio eleitoral com altíssimo risco de ilegalidade, dadas as condições para abuso de poder religioso estarem frequentemente satisfeitas.

Nesse caso, a primeira hipótese ainda não está provada. Mas isso muda tão logo são consideradas quais são as candidaturas apoiadas, e sob quais condições. Os nomes apoiados nos púlpitos não somente são membros da comunidade religiosa, ainda que tal pertencimento careça somente de uma aparência aceitável, a despeito de controvérsias comportamentais, como é o caso do batismo de Jair Messias Bolsonaro no Rio Jordão, mas são nomes que representam projetos estruturantes de poder. Se assim não o fosse, não haveria de se formar uma bancada classificada por sua religião. Sendo assim, a primeira hipótese é verdadeira. Uma espécie de fusão de duas massas artificiais, Igreja (propriamente) e exército (simbolicamente), em uma terceira também artificial, a massa eleitoral. Os elementos relacionados ao funcionamento intrapsíquico dos indivíduos que compõem essa massa estão descritos anteriormente.

Quanto à segunda hipótese, duas conclusões competem para seu resultado. Quando, de acordo com a literatura e a observação fática, o grupo fundamentalista

pentecostal e o grupo de apoio ao candidato Jair Messias Bolsonaro são observados comparativamente, ambos se confundem ou ainda se fundem completamente. Isso se dá tanto pelos aspectos psicanalíticos de suas formações, como também pelas bandeiras em comum, e, sobretudo, pela submissão a um mesmo líder. Em sendo assim, dada a espantosa igualdade entre esses dois grupos, chega-se à consideração de que o bolsonarismo é um fenômeno mnêmico da prática política do fundamentalismo pentecostal.

Em um resultado apressado, a segunda hipótese poderia ser tomada por verdadeira. Mas ela não se pode provar diante da questão da responsabilização. Enquanto um partido político e seus membros estão sujeitos ao regramento constitucional e eleitoral, um movimento religioso está protegido por seu caráter transcendental e constitucional. Um organismo religioso não pode ser responsabilizado pela promoção de uma ideia, quando é hábil para argumentar que aquela ideia compõe sua tradição. Ao mesmo tempo, os fiéis dessa mesma comunidade não gozam desse privilégio tão fortemente quanto a instituição em si. Quando tomados individualmente para responderem à sociedade sobre seus atos políticos, correm o risco de serem desqualificados quanto a suas intenções religiosas. Sob tais condições, a segunda hipótese, de que o fundamentalismo pentecostal se converteu completamente em partido político, é inconclusiva.

Quando da revisão sobre ilusão, fica marcado que a cultura desempenha um papel fundamental na vida em comunidade, e na proteção contra as forças da natureza, ao requerer a renúncia dos instintos individuais em benefício do bem-estar coletivo. A coerção é muitas vezes necessária para manter a ordem social, e os líderes exercem influência através da capacidade de incentivar a renúncia dos instintos, e o trabalho. Essa cultura é psicologicamente desafiadora devido à frustração, proibição, e privação que impõe aos indivíduos. Quando internalizada, leva os indivíduos a objetificar o outro como bem, o que resulta em exploração do trabalho alheio, e objetificação sexual. Ela também enfrenta o desafio de lidar com a limitada educabilidade dos seres humanos, especialmente quando se trata de renúncia aos instintos. A cultura ideal exige considerar o desenvolvimento infantil na definição de seus propósitos. Ideais, obras de arte, religião, e ilusões desempenham papéis importantes na cultura. Ideais são narcisistas, e muitas vezes envolvem a rivalidade com outras culturas. A religião surge como uma resposta à necessidade de proteção contra as forças da natureza, e evolui à medida que os deuses são percebidos como sujeitos a um destino além deles.

Em *O futuro de uma ilusão*, Freud faz uma mudança em seu estilo literário e adota uma espécie de metalinguagem ao criar um opositor imaginário para questionar suas próprias ideias. Isso é interpretado como uma maneira de destacar a importância da crítica e da reflexão no processo de internalização da cultura pelos indivíduos. O autor também aborda a relação entre religião e cultura, e destaca que a religião desempenha um papel duplo, ao servir como um recurso cultural contra as forças da natureza e como uma corretora das imperfeições da própria cultura. Além disso, ele explora a ideia de que a religião é um ensinamento que enriquece aqueles que o incorporam em suas vidas. Mas outro ponto relevante é a questão da transmissão do conhecimento religioso. Freud argumenta que a religião se diferencia de outros ensinamentos porque se baseia na crença de antepassados e em provas relacionadas à época deles, o que torna difícil questionar tais provas. Isso leva a uma reflexão sobre a natureza da fé e do conhecimento religioso. Mais ao fim de seu texto, o autor também discute a relação entre religião e moralidade, bem como a possibilidade de repensar a relação entre civilização e religião diante do desafio do desaparecimento da crença em Deus. Esse trecho oferece uma análise crítica das ideias de Freud sobre religião e cultura, uma vez que sua previsão de fim da religião não se confirma.

É necessário evidenciar que a atenção concedida ao fundamentalismo pentecostal brasileiro não o coloca como exclusivo, do ponto de vista da influência religiosa nos assuntos públicos. Isso, porém, não nega que a prática pentecostal seja uma fonte geradora de problemas de ordem moral. A partir de Freud, essa pesquisa aborda a possibilidade de coexistência entre esferas religiosas e políticas, com contribuições mútuas, apesar das diferenças. No entanto, essa coexistência não é um ideal harmonioso, mas sim marcada por oposições entre a religião pentecostal e a cultura. O pentecostalismo no país passa por transformações significativas, o que inclui a flexibilização de costumes, a adoção da Teologia da Prosperidade, e a integração na política partidária. No entanto, em contraste com a ideia de abertura à cultura, a pesquisa aponta para uma crescente distância dos pentecostais em relação a ela. Destaca-se a disseminação de notícias falsas por grupos pentecostais, especialmente em contextos políticos, até mesmo em cultos presenciais. Isso é visto como resultado da linguagem religiosa, baseada em esperança e medo, que atrai seguidores.

Explora-se a relação entre o fundamentalismo religioso e a psicanálise, ao se evidenciar que o descontentamento subjacente aos fundamentalistas os leva a

buscar vingança divina. Essa raiva impulsiona o fundamentalismo, que se opõe à modernidade, e à secularização. Além do mais, o movimento pentecostal no Brasil é associado à ideia de um estado teocrático, no qual a religião exerce influência sobre a política, e a vida pública, que reinterpreta símbolos sagrados e limita a vida dos fiéis também nas decisões de voto. Contorna-se a influência dos pentecostais brasileiros na política, e nas campanhas eleitorais. Há uma ênfase na polarização política, onde a religião desempenha um papel importante.

Quando das compreensões sobre o mal-estar, alguns fatores surgem como contribuidores: a utilização de falsos critérios, a admiração pelos outros e os desejos de poder, sucesso e riqueza. Freud, de todo modo, chama essa lista de "julgamento genérico". Ele argumenta que a grandeza de alguns indivíduos não está necessariamente ligada aos desejos da massa. Evidencia-se o papel da religião na busca pelo sentido da vida. A solução da religião para o problema, porém, é infantil, e desconectada da realidade. Em linhas gerais, observáveis na contemporaneidade, os indivíduos continuam a defender a religião mesmo ao saber, em algum nível, que ela não é sustentável. No entanto, a religião como infantilismo não é tão evidente, e a maioria das obras consultadas não menciona o declínio da religião previsto por Freud.

O texto compara os eventos de 6 de janeiro de 2021 no Capitólio dos EUA e de 8 de janeiro de 2023 em Brasília, e destaca a semelhança de comportamento político, e os desdobramentos legais. O culto ao nacionalismo, junto a suas consequências, é discutido, relacionando-o à psicanálise e à política. Explora-se como a cultura pode causar sofrimento, apesar de seu propósito inicial ser proteger contra ele, e como isso se relaciona com a política contemporânea.

A análise sobre a formação de grupos e massas, à luz das teorias de Freud, Habermas, e Fraser, busca compreender as dinâmicas políticas e sociais que permeiam a sociedade contemporânea, pelo viés da psicanálise. A luta por reconhecimento, central no pensamento de Fraser, muitas vezes colide com a busca por redistribuição de renda e cria tensões no campo político. Enquanto as lutas de reconhecimento buscam afirmar a identidade de grupos específicos, as lutas de redistribuição buscam abolir as estruturas econômicas que sustentam essas diferenças. Além disso, a exploração das teorias de Freud sobre a formação de massas adiciona uma perspectiva psicanalítica interessante ao debate.

A ideia de que as massas são impulsivas, mutáveis e excitáveis, guiadas pelo inconsciente, pode ajudar na compreensão de como grupos políticos podem

se tornar apaixonados, e emocionalmente carregados em suas crenças e ações. A influência do líder sobre a massa, assim como a propensão das massas a aceitar ilusões, e notícias falsas, também são observações importantes. A relação entre indivíduo e grupo, bem como a influência do grupo sobre o indivíduo, são aspectos fundamentais da dinâmica social e política. A ideia de que a massa permite ao indivíduo suspender o recalçamento de suas moções pulsionais inconscientes é particularmente intrigante, pois sugere que os indivíduos podem se ver libertos de restrições morais quando se unem a uma massa. A tendência de as massas se tornarem intolerantes em relação aos que estão de fora do grupo pode ser observada em muitos contextos políticos ao redor do mundo.

A compreensão das massas eleitorais como construções artificiais, com características compartilhadas com outras massas, como a religiosa e a militar, esboça uma compreensão sobre as complexidades da política brasileira, e as tensões entre diferentes grupos políticos. No transcorrer desta análise, busca-se o aprofundamento da compreensão dos mecanismos subjacentes à formação de grupos, e dos fatores que conduzem indivíduos à renúncia de suas consciências morais em busca de experiências coletivas.

A partir da teoria freudiana, reflete-se sobre a transformação da natureza humana, de sua animalidade primordial, para uma esfera de conhecimento e técnica, um feito que aproximou os seres humanos, de alguma forma, da divindade. No entanto, paradoxalmente, essa proximidade com o divino não proporcionou a plenitude ansiada, e a humanidade persiste na busca de algo que a complete. Nesse contexto, a agressividade emerge como um desafio constante, uma pulsão destrutiva que coexiste com o desejo de conexão e transcendência. A expressão "narcisismo das pequenas diferenças", cunhada por Freud, intriga o questionamento de por quê, mesmo quando semelhanças são compartilhadas com outros membros do mesmo grupo de pertencimento, os indivíduos carecem da agressão. Isso se torna ainda mais evidente quando são examinados eventos contemporâneos, como os trágicos episódios políticos ocorridos no Brasil em 2023.

Os casos de violência política, especialmente o assassinato de Marcelo Arruda, incitaram à análise das circunstâncias ambientais que conduziram a tal ato. A religião desempenha um papel de destaque, com líderes políticos se aproximando de grupos religiosos em busca de apoio. A adesão dos pentecostais a Bolsonaro é um exemplo emblemático desse fenômeno. A cultura, conforme

delineada por Freud, exige ligações libidinais intensas, mas também levanta questionamentos sobre a moralidade e as motivações por trás das ações. A ética se manifesta como um juiz complexo, por vezes recompensando a maldade, e a agressividade emerge quando as barreiras inibitórias são suspensas. A análise psicanalítica revela uma dinâmica complexa em relação à religião e à política.

Ao contrário da suposição de que a sociedade poderia renunciar à religião, os eventos relatados apontam para uma preservação e manutenção ativa da religião nos espaços sociopolíticos. Embora haja críticas à influência religiosa nas questões políticas, isso não implica o fim da religião, mas sim um debate sobre seu papel na esfera pública. A ascensão dos evangélicos no Brasil é notável, com um aumento significativo em sua participação na população ao longo das décadas. Isso inclui tanto pentecostais quanto evangélicos em geral, muitos dos quais têm renda familiar baixa. Esse crescimento é relevante, pois os evangélicos desempenham um papel cada vez mais importante na política brasileira, na formação da chamada bancada evangélica no Congresso Nacional.

O discurso político da nova direita e do novo populismo frequentemente se associa aos evangélicos desde as eleições de 2018. Parte dos evangélicos se alinha com uma agenda política que se posiciona contra o que chamam de "comunismo". Essa retórica se manteve forte durante o governo de Jair Messias Bolsonaro. Isso representa uma mudança significativa em relação aos anos 1980, quando os evangélicos estavam preocupados com a suposta ameaça católica ao continente. O tema da "ideologia de gênero" emerge como um ponto de convergência para os evangélicos, e une diferentes denominações em sua oposição a essa suposta ameaça à moral tradicional. Isso reflete a capacidade das igrejas evangélicas de mobilizarem seus seguidores em torno de questões políticas e morais comuns.

A análise também destaca o papel da agressividade e da violência para os grupos, e considera a história de violência associada a algumas práticas religiosas do passado. A psicanálise observa que a agressividade pode desempenhar um papel importante na formação de grupos e que, em alguns casos, a violência pode ser prazerosa para os perpetradores. Isso pode estar relacionado à intensidade das emoções geradas por informações, sejam elas religiosas ou políticas. Além disso, a análise aponta para a natureza acrítica de algumas massas de eleitores, que se rendem completamente ao líder político. Isso pode ser visto como uma busca por proteção e segurança, semelhante à relação de uma criança com seus

pais. A psicanálise também sugere que a obediência cega pode estar relacionada ao prazer em seguir líderes carismáticos e à simplificação intelectual.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, David. Myth and Dogma in 1920: The Fundamentalist-Modernist Controversy and Freud's "Death Drive". *Em*: GOURGOURIS, Stathis (org.). **Freud and Fundamentalism: The Psychological Politics of Knowledge**. New York: Fordham University Press, 2010. p. 26–37.
- ALEIXO, Isabela. Satanismo e fechamento de igrejas: as fake news do 2º turno das eleições. **UOL**, São Paulo, 2022.
- BAKUNIN, Mikhail. **Deus e o Estado**. Kindle ed. [s.l.] : Amazon, 2012. Disponível em: <https://sgar.be/tNci>. Acesso em: 9 maio. 2023.
- BOCCA, Francisco Verardi. Comte com Freud — Possibilidades de pensar a história. *Em*: FONSECA, Eduardo Ribeiro Da; BOCCA, Francisco Verardi; ALMEIDA, Rogério Miranda De; LOPARIC, Zeljko (org.). **Pluralismo na psicanálise**. Curitiba: PUCPress, 2016. p. 31–58.
- BORBA, Felipe; CARNEVALE, Miguel; BAHIA, Pedro; NUNES, Robson; ANANIAS, Rodrigo. Boletim Trimestral — janeiro-março de 2023. **Observatório da violência política e eleitoral no Brasil**, Rio de Janeiro, n. 13, 2023. a. Disponível em: www.giel.uniriotec.br.
- BORBA, Felipe; CARNEVALE, Miguel; BAHIA, Pedro; NUNES, Robson; ANANIAS, Rodrigo. Boletim Trimestral — abril-junho de 2023. **Grupo de Investigação Eleitoral**, [S. l.], v. 14, 2023. b.
- BORGES, Tatiana Longo; MIASSO, Adriana Inocenti; VEDANA, Kelly Graziani Giacchero; TELLES FILHO, Paulo Celso Prado; HEGADOREN, Kathleen Mary. Prevalência do uso de psicotrópicos e fatores associados na atenção primária à saúde. **Acta Paulista de Enfermagem**, [S. l.], v. 28, n. 4, p. 344–349, 2015. DOI: 10.1590/1982-0194201500058.
- BOTTINI, Pierpaolo Cruz; LUZ, Ilana Martins. Defender fuzilamento de opositores não é liberdade de expressão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2022/07/defender-fuzilamento-de-opositores-nao-e-liberdade-de-expressao.shtml>. Acesso em: 30 ago. 2023.
- BRASIL. **Ação penal Nº 0017806-68.2022.8.16.0030, Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, 3ª Vara Criminal da Comarca de Foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu, 2022.
- CAVALCANTE, Marcelo César; FERREIRA, Luiz Antonio. "The soothing effect": o efeito narcotizante do discurso. **Multiciência**, [S. l.], v. 9, p. 54–61, 2008.
- CONCEIÇÃO, Fernando. Genocídio na democracia brasileira. **Cronos: Revista da Pós-Graduação em Ciências Sociais**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 34–45, 2017.
- COWAN, Benjamin Arthur. "Nosso Terreno": crise moral, política evangélica e a formação da 'Nova Direita' brasileira. **Varia Historia**, [S. l.], v. 30, n. 52, p. 101–125, 2014.

DA COSTA, Otávio Barduzzi Rodrigues. Da ojeriza aos meios de comunicação até a adoração dos televangelistas: mudança do ethos midiático entre os pentecostais. **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, [S. l.], v. 1, n. 12, p. 8–31, 2018.

DE CAMPOS, José Vinicius Ribeiro; SIMÕES, Maria Cristina Dancham. A dimensão subjetiva do período pré-eleitoral de 2022: um estudo a partir da psicologia sócio-histórica. **Revista de Psicologia**, [S. l.], v. 14, n. e023001, p. 1–14, 2023.

DE FREITAS, Ernani Cesar; BOAVENTURA, Luis Henrique. Enunciados aderentes: a bandeira do Brasil como ethos de apoio ao bolsonarismo nas eleições de 2022. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 611–636, 2022.

DOS SANTOS, Silvana Mara de Moraes. Diversidade sexual: fonte de opressão e de liberdade no capitalismo. **Argumentum**, [S. l.], v. 9, n. 1, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4755/475555259012.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2023.

EL DIN, Khaled Taky. **Judeus do Irã: Uma expressiva e integrada comunidade**. 2023. Disponível em: <https://iqaraislam.com/judeus-do-ira>. Acesso em: 8 set. 2023.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. v. 1

EMPOLI, Giuliano Da. **Os engenheiros do caos**. 1. ed. São Paulo: Vestígio, 2020.

FERREIRA, Francisco Romão; CALLADO, Lucia Martins. O afeto do toque: os benefícios fisiológicos desencadeados nos recém nascidos. **Revista de Medicina e Saúde de Brasília**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 112–119, 2013.

FERREIRA, Matheus Gomes Mendonça; FUKS, Mario. O hábito de frequentar cultos como mecanismo de mobilização eleitoral: o voto evangélico em Bolsonaro em 2018. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 34, 2021. DOI: 10.1590/0103-3352.2021.34.238866.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de campo**, [S. l.], n. 14/15, p. 1–138, 2006.

FREUD, Sigmund. **Die Zukunft einer Illusion**. [s.l.] : Internationaler Psychoanalytischer Verlag, 1928. Disponível em: <https://sgar.be/Xj62>. Acesso em: 9 maio. 2023.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. *Em*: **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 13–123.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, Sigmund. Totem e tabu. *Em*: **Obras completas, volume 11: totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)**. [s.l.: s.n.]. p. 13–244.

FREUD, Sigmund. **Das Unbehagen in der Kultur: Reclams Universal-Bibliothek**. [s.l.] : Reclam Verlag, 2012. b.

FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão (1927). *Em: Obras completas, volume 17: Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 231–301.

FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão (1927). *Em: IANNINI, Gilson; TAVARES, Pedro Heliodoro (org.). Cultura, sociedade, religião: O mal-estar na cultura e outros escritos*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. a. p. 233–297.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na cultura (1930). *Em: Cultura, sociedade, religião: o mal-estar na cultura e outros escritos*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. b. p. 305–410.

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu (1921). *Em: IANNINI, Gilson; TAVARES, Pedro Heliodoro (org.). Cultura, sociedade, religião: O mal-estar na cultura e outros escritos*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. c. p. 137–231.

FREUD, Sigmund. Uma vivência religiosa (1928). *Em: IANNINI, Gilson; TAVARES, Pedro Heliodoro (org.). Cultura, sociedade, religião: o mal-estar na cultura e outros escritos*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. d. p. 299–304.

FREUD, Sigmund. Por que a guerra? (1933). *Em: Cultura, sociedade, religião: O mal-estar na cultura e outros escritos*. [s.l.: s.n.]. p. 421–444.

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer (1920). *Em: IANNINI, Gilson; TAVARES, Pedro Heliodoro (org.). Além do princípio do prazer = [Jenseits des Lustprinzips]*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. a. p. 57–220.

FREUD, Sigmund. Neurose e psicose (1924). *Em: IANNINI, Gilson (org.). Neurose, psicose, perversão*. [s.l.: s.n.]. p. 271–278.

FREUD, Sigmund. **Carta aos filhos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021. c.

GUADALUPE, José Luis Pérez. Brasil e os novos atores religiosos da política latino-americana. *Em: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (org.). Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 17–110.

GUARANHO, Jorge. **JJR Guaranho**. [s.d.]. Disponível em: <https://twitter.com/jorgeguaranho>. Acesso em: 30 ago. 2023.

HABERMAS, Jürgen. **Fé e saber**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

HABERMAS, Jürgen. Reflections and Hypotheses on a Further Structural Transformation of the Political Public Sphere. **Theory, Culture and Society**, [S. l.], v. 39, n. 4, p. 145–171, 2022. DOI: 10.1177/02632764221112341.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. 7. ed. Belo Horizonte: Âyiné, 2020.

IANNINI, Gilson; TAVARES, Pedro Heliodoro. Para ler o mal-estar. *Em: Cultura, sociedade, religião : O mal-estar na cultura e outros escritos*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 7–32.

IBGE. Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. **Agência IBGE Notícias**, [S. l.], 2012. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14244-asi-censo-2010-numero-de-catolicos-cai-e-aumenta-o-de-evangelicos-espíritas-e-sem-religiao>. Acesso em: 31 ago. 2023.

LACERDA, Marina. Contra o comunismo demoníaco: o apoio evangélico ao regime militar brasileiro e seu paralelo com o endosso da direita cristã ao governo Bolsonaro. **Religião & Sociedade**, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 153–176, 2022. DOI: 10.1590/0100-85872021v42n1cap07.

LÉONARD, Émile-Guillaume. O Protestantismo Brasileiro. Estudo de Eclesiologia e de História Social (IV). **Revista de História**, [S. l.], v. 3, n. 8, 1951.

LOPES, Adriano Marcos Soriano; DOS SANTOS, Solainy Beltrão. Assédio eleitoral no contrato de trabalho. **Consultor Jurídico**, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-set-27/lopes-santos-assedio-eleitoral-contrato-trabalho>. Acesso em: 30 ago. 2023.

LUTERO, Martinho. **Martinho Lutero: uma coletânea de escritos**. São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 2017.

MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. A Ascensão Política dos Pentecostais no Brasil na Avaliação de Líderes Religiosos. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 57, n. 3, p. 601–631, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201419>.

MARCHESAN, Ricardo. Volks, BMW, Hugo Boss: essas e outras gigantes ajudaram Alemanha nazista. **UOL**, [S. l.], 2017. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2017/09/12/empresas-nazismo.htm>. Acesso em: 16 jul. 2023.

MARIANO, Ricardo. Crescimento Pentecostal no Brasil: fatores internos. **Revista de Estudos da Religião**, [S. l.], p. 68–95, 2008. Disponível em: www.pucsp.br/rever/rv4_2008/t_mariano.pdf. Acesso em: 8 set. 2023.

MARSICANO, Ana Carolina de Oliveira; BURITY, Joanildo Albuquerque. Aborto e ativismo “pró-vida” na política brasileira. **Plural, Revista do Programa de Pós - Graduação em Sociologia da USP**, [S. l.], v. 28.1, p. 50–79, 2021.

MARX, Karl, 1818-1883. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 32, n. 3, p. 725–748, 2017. DOI: 10.1590/s0102-69922017.3203008.

MONZANI, Luiz Roberto. **Freud: o movimento de um pensamento**. 3. ed. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2014.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Anticomunismo de conveniência. **Estadão**, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opinioao/marco-aurelio-nogueira/anticomunismo-de-conveniencia/>. Acesso em: 18 ago. 2023.

PASSOS, João Décio. Uma teocracia pentecostal? Considerações a partir da conjuntura política atual. **Horizonte — Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, [S. l.], p. 1109, 2020. DOI: 10.5752/p.2175-5841.2020v18n57p1109.

PELLANDA, Nize Maria Campos; DEMOLY, Karla Rosane do Amaral. As tecnologias touch: corpo, cognição e subjetividade. **Psicologia Clínica**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 69–89, 2014. DOI: 10.1590/S0103-56652014000100006.

PINTO, Weiny César Freitas. Por uma história e método da recepção filosófica da psicanálise: esboço de um programa de pesquisa. **Revista de Filosofia: Aurora**, [S. l.], v. 33, n. 58, p. 144–168, 2021. DOI: 10.7213/1980-5934.33.058.DS08.

POPPER, Karl. Un repaso de mi teoría de la democracia. **Política. Revista de Ciencia Política**, [S. l.], v. 0, n. 18, p. 43–53, 2019. Disponível em: <https://revistapolitica.uchile.cl/index.php/RP/article/view/54338>.

ROCHA, Marcelo; SERAPIÃO, Fabio. Veja cronologia de denúncias e operações do 8 de janeiro. **Folha de S. Paulo**, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/02/veja-cronologia-de-denuncias-e-operacoes-do-8-de-janeiro.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2023.

TRINDADE, Eliane. O embrião de um Brasil governado pela igreja com Bolsonaro. **Folha de S. Paulo**, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/redesocial/2022/10/evangelicos-pregam-brasil-governado-por-igreja-com-bolsonaro-reeleito.shtml>. Acesso em: 13 jul. 2023.

UNITED STATES DEPARTMENT OF JUSTICE. **24 Months Since the January 6 Attack on the Capitol**. 2023. Disponível em: <https://www.justice.gov/usao-dc/24-months-january-6-attack-capitol>. Acesso em: 18 jul. 2023.

VAGGIONE, Juan Marco. **Las ovejas rosas**. 2013. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/soy/1-2862-2013-03-22.html>. Acesso em: 31 ago. 2023.

WUCHERER, Maria Aída. O discurso na arte. **Curriculum**, [S. l.], v. 13, n. 4, p. 61–72, 1974.